



© Edições Tinta-da-china



Este trabalho beneficiou do apoio da Fundação para a Ciência e Tecnologia, no quadro do programa de financiamento plurianual à Unidade de Investigação e Desenvolvimento UID/50012/2025 (<https://doi.org/10.54499/UID/50012/2025>).

CIDADE
PARTICIPADA:
ARQUITECTURA
E DEMOCRACIA

BAIRRO DO PEGO LONGO

COORDENAÇÃO
PAULO PROVIDÊNCIA
CARLOS MACHADO

OPERAÇÕES
SAAL

6

TINTA da CHINA

LISBOA · MMXXVI

ÍNDICE

6 Apresentação da colecção

8 Preâmbulo

Paulo Providência e Carlos Machado

SECÇÃO 1 • TEXTOS

12 SAAL: Bairro do Pego Longo, Concelho de Sintra

Bartolomeu Costa Cabral

18 Pego Longo: registo cronológico de planos e projectos, fotos

Miguel Silva e Valter Vinagre

32 Pego Longo: construção espontânea e urbanidade emergente

Paulo Providência e Mariana Couto

33 Uma pedreira antes do bairro

Planeamento, reabilitação e habitação

34 Bartolomeu constitui equipa

Bartolomeu constitui equipa

37 Plano bottom-up e participação

Condicionantes: apego dos moradores, pedreira e estruturas espontâneas

38 Processo: um olhar sobre a periferia, ou um certo encanto

Faseamentos e construção

61 Casas e casos, os modelos de habitação

O conflito dos tectos inclinados e a proposta de novas tipologias

68 O bloco sul, uma variante urbana

71 Equipamentos e identidade

71 A cantina escolar

72 A igreja e as habitações na configuração de um espaço central

77 A sede da associação de moradores

79 Construção espontânea e urbanidade emergente

84 Bartolomeu Costa Cabral, SAAL Pego Longo

Carlos Machado

SECÇÃO 2 • DOCUMENTOS

92 Depoimentos

Nuno Portas

104 Pego Longo: Situação Económica, Social e Habitacional

Equipa de apoio local e comissão de moradores

126 Depoimentos: entrevista a Mário Crespo

Paulo Providência, Pedro Baía, Mariana Couto

134 Notas

141 Bibliografia

APRESENTAÇÃO DA COLECÇÃO

O projecto editorial *Cidade Participada: Arquitectura e Democracia* é dedicado ao **Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL)**, em vigor entre 1974 e 1976.

Esta colecção tem o objectivo de documentar, estudar e divulgar um conjunto diversificado de processos, projectos e bairros, contribuindo não só para um conhecimento mais completo da arquitectura portuguesa do pós-25 de Abril de 1974, como também para a discussão sobre a construção da cidade contemporânea.

A investigação em curso abrange diversas operações a nível nacional, distribuídas pelas três regiões do país de acordo com a organização do Serviço à data da sua criação: SAAL/Norte, SAAL/Lisboa Centro-Sul e SAAL/Algarve.

O saber adquirido e as ideias e metodologias lançadas pelas diferentes operações poderão servir de base para uma discussão sobre os problemas da cidade contemporânea, sobretudo no que diz respeito à habitação, aos processos de participação, à vivência própria de cada bairro e ao modo de habitar das suas populações.

A estrutura e a coerência da colecção são garantidas pelo conselho editorial. Cada volume tem a seu cargo uma coordenação, uma equipa de investigadores do Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo (CEAU) da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto (FAUP) e investigadores convidados.

A circunscrição de cada livro a uma operação, ou a um grupo de operações, de acordo com a área geográfica em estudo permite, partindo de um melhor entendimento de alguns processos, conhecer a diversidade das circunstâncias, metodologias, projectos e populações envolvidas no programa SAAL. Pretendemos, com esta colecção, divulgar um conjunto de projectos e bairros pouco conhecidos, e aprofundar o estudo daqueles que o tempo cimentou como os mais emblemáticos.

O Conselho Editorial,
Março de 2016

PREÂMBULO

PAULO PROVIDÊNCIA
CARLOS MACHADO

A presente publicação insere-se na colecção «Operações SAAL — Cidade Participada: Arquitectura e Democracia», dedicada à divulgação das operações realizadas no âmbito daquele importante programa, que tinha por objectivo a melhoria das condições de habitação de uma significativa camada da sociedade portuguesa.

A operação objecto de estudo deste volume, coordenada pelo arquitecto Bartolomeu de Costa Cabral (BCC), ocorre numa área periférica da cidade de Lisboa, na fronteira entre os concelhos de Sintra e Oeiras. A brigada técnica, ou «Equipa de Apoio Local» (como a ela se refere BCC), era constituída por Victor Vieira, Bernardo Leitão, Victor Gonçalves, e especialmente pelo arquitecto Mário Crespo, figura indelevelmente ligada ao projecto até ao ano de 2007, e cuja entrevista aqui se transcreve.

O livro, fruto de uma selecção arquivística de materiais e da visita ao local, bem como de conversas com o autor do projecto, apresenta textos de enquadramento e material gráfico que ilustram uma grande produção, permitindo registar a permanente adaptação do projecto inicial a novas condicionantes. Dá-se particular destaque à publicação integral do «estudo de situação», documento fundamental para a compreensão dos dados de partida.

A grande dificuldade de compreensão no resultado da operação levou à produção de duas cartas registando o estado actual, forçosamente fragmentado e incompleto, e a ideação em plano, onde cada elemento projectado encontra o seu sentido. Essas cartografias acompanham um texto onde se vislumbram as particularidades do processo de Pego Longo.

A este conjunto de textos e elementos gráficos, acrescenta-se um texto de enquadramento do projecto e do seu autor, no estimulante ambiente profissional de Lisboa.

Bartolomeu reconhecia no processo SAAL (Serviço de Apoio Ambulatório Local) a virtude de uma participação efectiva das populações, consideradas como pessoas, com as suas aspirações e desejos. E o papel do arquitecto consistia em traduzir fielmente essas mesmas aspirações, considerando que as referências no «estudo de situação» traduzem um arraigado sentimento de ligação à periferia urbana, à pequena escala doméstica das hortas e da «vivenda», à riqueza espacial do indeterminado e diverso, a uma alternativa arquitectónica à densa cidade urbanizada. É disso que trata a presente publicação.

SEÇÃO 1

TEXTOS

© Edições Tinta-da-china

SAAL: BAIRRO DO PEGO LONGO, CONCELHO DE SINTRA

BARTOLOMEU COSTA CABRAL

(3 de Março de 2006)
Texto no Arquivo Bartolomeu Costa Cabral



O Serviço de Apoio Ambulatório Local, como indica o nome, foi uma estrutura de apoio local às populações alojadas em habitações precárias, criada no âmbito do processo da revolução de 25 de Abril, e destinada à renovação das condições habitacionais dessas populações, se possível no próprio local.

O meu interesse, como arquitecto, pela habitação social, tinha começado 20 anos antes, pela mão do arquitecto Nuno Teotónio Pereira, quer no movimento cooperativo, quer na Federação das Caixas de Previdência ou no GTH — Gabinete Técnico de Habitação da Câmara Municipal de Lisboa, na execução de um projecto de habitação social para os Olivais. Assim, face à falta de trabalho para os arquitectos depois do 25 de Abril, a criação do processo SAAL ofereceu uma oportunidade de trabalho que se integrou naturalmente no conceito que vinha desenvolvendo já há alguns anos. Nas reuniões de trabalho e coordenação de actividades do SAAL, foi-me atribuído um bairro de barracas localizadas no alto do Pego Longo, região situada no concelho de Sintra. Tratava-se de uma área limitada de cerca de 500 famílias, circunscrita a um determinado terreno, cujo

proprietário alugava pequenos lotes para a execução de construções clandestinas e precárias, embora inscritas na matriz e pagando um pequeno imposto.

O trabalho já tinha sido iniciado por uma outra equipa de arquitectos e assistentes sociais que tinham levado a cabo a fase preliminar do inquérito às famílias, no sentido de detectar as suas necessidades e aspirações. Em resposta, os habitantes do Bairro do Pego Longo, como já se chamava, tinham manifestado o seu desejo de permanecer no local e com a construção de habitações unifamiliares, individualizadas. A equipa dos arquitectos considerou que o local, dadas as suas características morfológicas — um cabeço com inclinações acentuadas —, não se adaptava à construção dessa tipologia e propuseram mudar a população para uns blocos habitacionais, a construir noutro local. Mas a população não abdicou do desejo de ali permanecer e de construir moradias de rés-do-chão, com uma área de logradouro, onde os habitantes pudessem cultivar, como, aliás, já o faziam nas suas habitações precárias. É que esta actividade tinha uma real expressão na economia de cada família, além de permitir um contacto com a terra a que estavam habituados, pois, na sua maioria, eram populações rurais emigrantes da zona norte do país. E assim começou uma aventura que dura ainda hoje, pois pontualmente há necessidade de intervenção através de elaboração de projectos, em lotes ainda não ocupados, sobretudo dentro do bairro, ou da sua legalização.

O trabalho começou com a elaboração de um plano de pormenor que abrangia uma área mais ampla em redor do núcleo de barracas, com vista a uma expropriação global e a permitir a execução de casas nos terrenos não ocupados, de modo a libertar áreas de lotes de barracas existentes, possibilitando, após a sua demolição, a reconversão das áreas dentro do bairro.

Pretendia-se que as casas, tanto no exterior do bairro como no seu interior, fossem executadas em regime de autoconstrução, sistema que se adaptava facilmente ao tipo de edificações pretendido, uma vez que as casas individuais podiam ser construídas isoladamente ainda que fossem do tipo de banda contínua, encostadas umas às outras.

É claro que este foi um processo longo, uma vez que a capacidade de autoconstrução estava limitada aos feriados e fins-de-semana, assim como as condições de financiamento eram poucas e estavam dependentes das ajudas previstas em materiais ou subsídios do processo SAAL, bem como das capacidades de cada agregado familiar.

A característica principal do processo SAAL foi o facto de estar muito ligado aos aspectos políticos da revolução de 25 de Abril, pelo que foi fortemente condi-

cionado pela evolução do próprio processo revolucionário, não se constituindo como uma estrutura autónoma e estruturada a fim de garantir uma política habitacional continuada. A sua principal virtude foi ter uma participação efectiva por parte das populações, as que se sentiram tratadas como pessoas, podendo fazer valer as suas aspirações e desejos.

O principal interlocutor — o cliente no processo SAAL — eram os próprios utentes, através da comissão dos moradores, órgão eleito dentro do bairro, previsto na lei, e que tinha por objectivo dar uma estrutura e um sentido social a todo o processo da construção da área habitacional.

Na realidade, este processo não era isento de conflitos, pois o individualismo e o confronto de ideias tornavam difícil priorizar o bem comum em detrimento dos interesses individuais. Este aspecto assumiu especial importância relativamente aos lotes ocupados com as barracas, pelo que as novas casas dentro do bairro tinham que respeitar os limites da sua ocupação. A este propósito houve até conflitos de certa gravidade provocados por rivalidades entre vizinhos.

Relativamente aos aspectos projectuais, há uma diferença fundamental entre as habitações construídas fora do núcleo inicial do bairro e as construídas dentro desse núcleo inicial. As primeiras obedecem a um projecto-tipo com tipologias de T0 a T4 com predominância de T2 e T3; as do interior do bairro são edificadas com projectos específicos, diferentes de caso para caso, e em função das condições e configurações do local e das necessidades dos seus habitantes, verificando-se algumas remodelações de construção existentes e a sua consolidação.

A ideia base subjacente aos projectos das habitações é a proposta da localização da cozinha num ponto central, assumindo o fulcro da casa e o seu espaço mais amplo, e ao mesmo tempo criando um mínimo de circulações individualizadas, de modo a garantir a maior espaciosidade da casa.

Esta estrutura foi bem aceite na generalidade dos casos, o que não evitou, porém, que fossem feitas alterações não só no aspecto dos revestimentos e equipamentos da casa, como no aspecto exterior de janelas, portadas, chaminés e arranjo dos quintais, embora sem alteração do volume e áreas brutas de construção.

Na realidade verificou-se um fosso cultural de gosto, entre a generalidade dos habitantes do bairro e o gosto do arquitecto, no que à linguagem em arquitectura actual dizia respeito, e que foi impossível de transpor, até em virtude do processo construtivo adoptado, o de autoconstrução. Neste caso, as casas eram feitas pelos próprios, nas quais eles punham todos os anseios e valores que correspondiam à sua visão de uma casa que correspondesse a um novo estatuto,

longe do que era uma barraca. Nesse aspecto é sintomático o desejo expresso de tectos horizontais e a recusa de tectos inclinados nas casas.

Falta, no entanto, completar tudo o que diz respeito aos arranjos de espaços públicos exteriores, jardins e arranjo geral do bairro, assim como a definitiva situação de legalização dos terrenos e propriedade do terreno a levar a cabo pela Câmara Municipal de Sintra, que neste caso assumiu a continuidade do bairro depois da extinção do processo SAAL.

03 de Março de 2006

© Edições Tinta-da-china

PEGO LONGO: REGISTO CRONOLÓGICO DE PLANOS E PROJECTOS, FOTOS

MIGUEL SILVA
VALTER VINAGRE

Das 40 habitações de expansão iniciais, resultaram, no final, 188 fogos, dos quais 161 como habitação unifamiliar em banda, e 27 fogos no bloco sul, edifício de articulação do bairro com a via municipal 117.

Fase I — 13 fogos
Fase II — 8 fogos
Fase III — 14 fogos
Fase IV — 29 fogos
Fase V — 22 fogos

Fase Nascente — 34 fogos
Fase Poente — 41 fogos
Bloco Sul — 27 fogos

Total 188 fogos

* Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

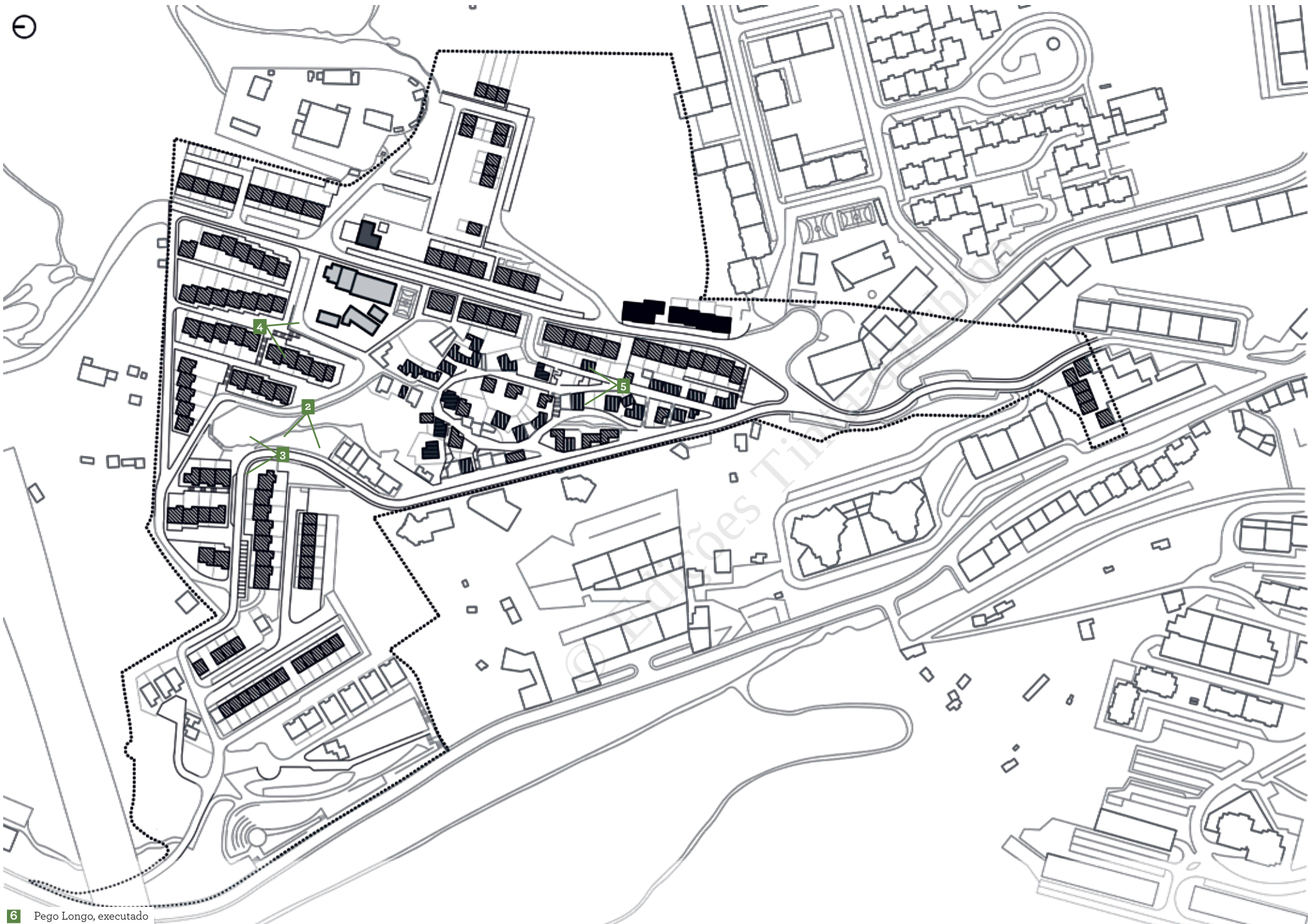
** Universidade da Beira Interior





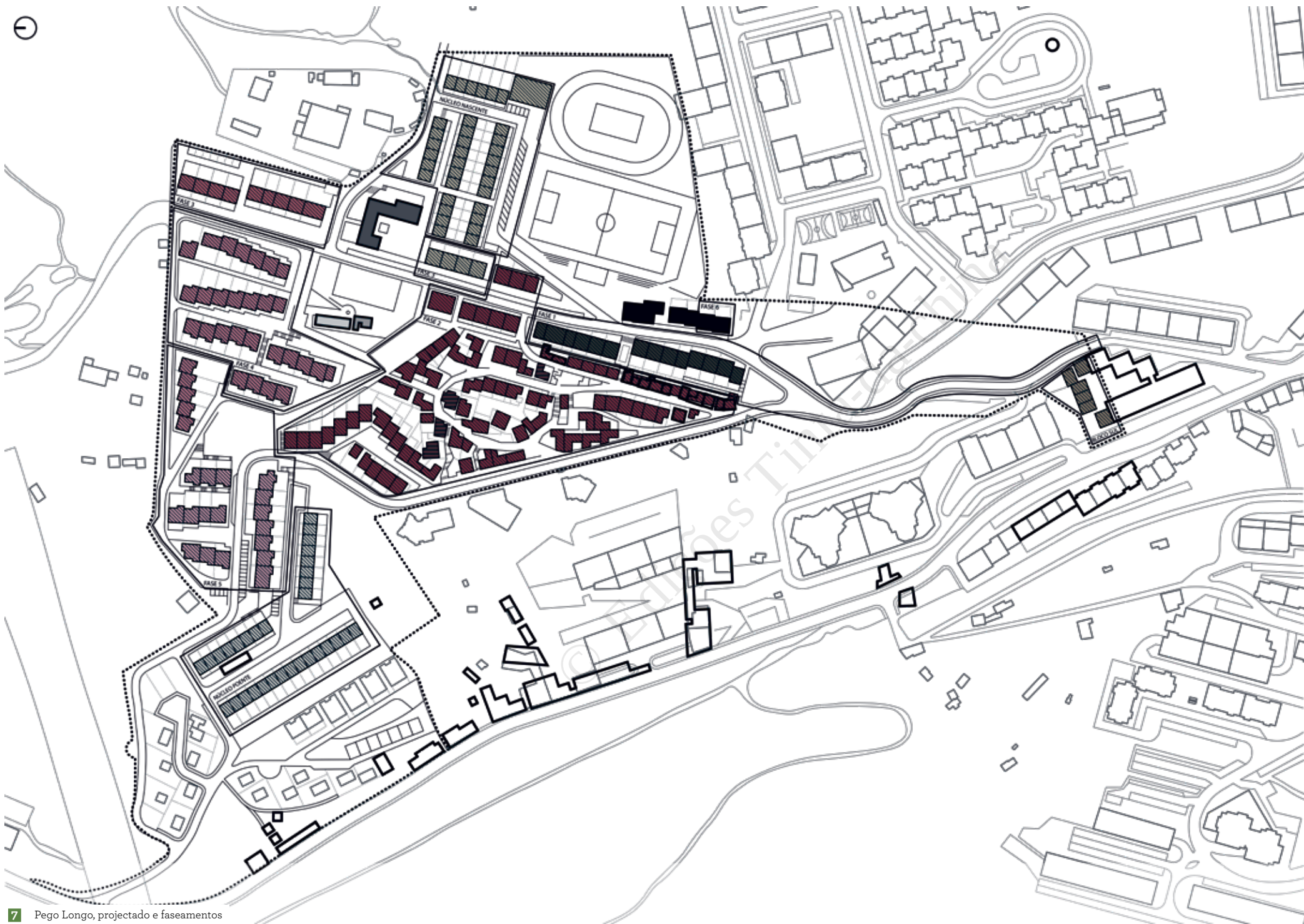






LEGENDA

- reabilitação segundo o plano
- reabilitação fora do plano
- construção segundo o plano
- construção fora do plano
- construção notável
- igreja e salão paroquial
- associação de moradores e centro social
- escola
- rua segundo plano
- rua fora do plano
- perímetro do plano



LEGENDA

- reabilitação segundo o plano
- construção segundo o plano
- construção fora do plano
- construção notável
- igreja e salão paroquial
- associação de moradores e centro social
- cantina
- escola
- rua segundo plano
- rua fora do plano
- perímetro do plano
- fase 1
- fase 2
- fase 3
- fase 4
- fase 5
- fase 6
- bloco sul
- núcleo nascente
- núcleo poente

50 metros

PEGO LONGO: CONSTRUÇÃO ESPONTÂNEA E URBANIDADE EMERGENTE

PAULO PROVIDÊNCIA*
MARIANA COUTO**

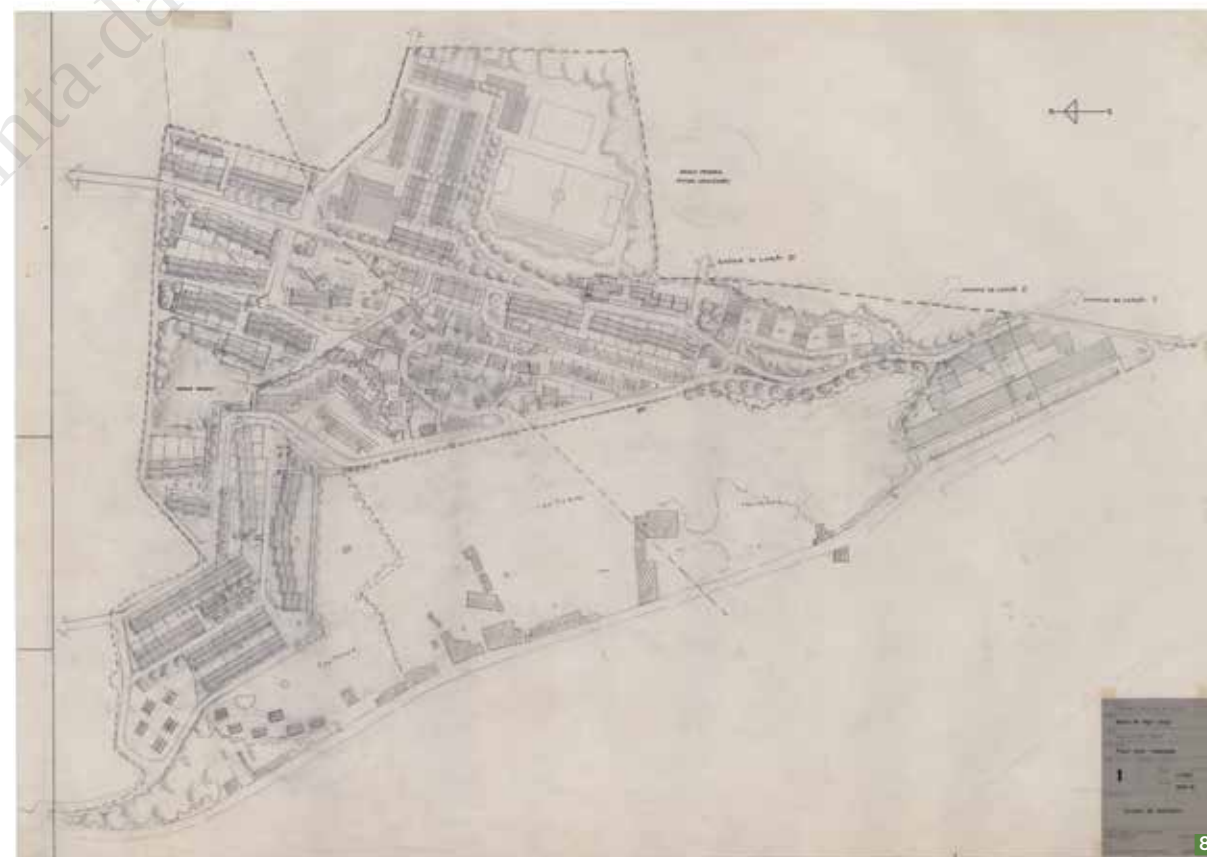
* Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

** Universidade da Beira Interior

UMA PEDREIRA ANTES DO BAIRRO

O projecto para o Bairro do Pego Longo em Belas (fig. 8), Sintra, coordenado por Bartolomeu Costa Cabral, inicia-se a 9 de Fevereiro de 1976 no âmbito do programa de Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL)¹. Os estudos de arquitectura e os trabalhos no bairro desenvolvem-se, contudo, durante 40 anos, muito para além da data da extinção do SAAL: esta é, afinal, uma obra inacabada, apenas descortinável pela consulta das peças documentais pertencentes ao antigo arquivo de Bartolomeu Costa Cabral, situado no ateliê da Rua da Alegria, em Lisboa, e depositadas na Fundação Instituto Arquitecto José Marques da Silva (FIMS), no Porto².

Quando inicia os trabalhos para o Bairro do Pego Longo, Costa Cabral tem já uma vasta experiência em planeamento, reabilitação e habitação. No entanto,



8. Plano geral incluindo expansões, 1984, desenho a grafite.

a abordagem ensaiada é nova, e poderemos dizer, no âmbito do processo SAAL, inédita. A valorização da diversidade espacial gerada pela assimilação topográfica do local de implantação, caracterizado por uma pedreira desactivada, a preservação de uma vivência urbana periférica, não completamente urbana, mas também não rural, e sobretudo a aceitação de um arraigado sentimento de correspondência entre família e habitação individual, vão impulsionar uma abordagem metodológica específica, desenvolvida para ir ao encontro das diversas exigências do processo, moradores e município. A débil urbanidade intencional do Bairro do Pego Longo atende a um modelo de urbanidade alternativo, valorizando a reabilitação das preexistências espontâneas, avaliadas de acordo com as possibilidades (ou impossibilidades) de manutenção e integração, e a centralidade da habitação. Só essa motivação, em resposta à real necessidade e demanda dos moradores, pode explicar o prolongado, rico e diverso projecto.

Planeamento, reabilitação e habitação

Pego Longo tem sido visto como um projecto de habitação inserido, inicialmente, no programa SAAL, e depois da sua extinção, num programa municipal de apoio à construção de habitação. Essa nova circunstância gera um novo papel para Bartolomeu Costa Cabral, que se vê na posição de mediação entre as intervenções espontâneas dos moradores e as entidades camarárias, ou de uma necessária articulação entre a iniciativa privada e o respeito por um plano conjunto, que implica também processos de legalização e permanente actualização. A par dessa complexidade, Pego Longo pretende ser bastante mais do que um programa habitacional — uma possibilidade de desenho e planeamento de periferia, uma compatibilização entre urbanidade emergente e cultivos de subsistência, um plano com equipamentos de bairro dimensionados às necessidades dos moradores, um bairro com áreas desportivas de lazer, e sobretudo uma urbanidade feita de pequena escala nos espaços de encontro entre vizinhos.

A abordagem metodológica do Bairro do Pego Longo decorre de uma vasta experiência de Costa Cabral em projectos de habitação económica, mas também da anterior prática de planeamento e desenho urbano, consolidada pelo trabalho realizado no Gabinete de Estudos de Urbanização da Câmara Municipal de Lisboa, entre 1954 e 1959. Os temas do espaço central de permanência e distribuição do fogo, ou a autoconstrução, foram sendo testados ao longo das décadas de 1950 e 1960, a par da permeabilidade e articulação urbana, com o seu expoente no projecto para a Empresa Pública de Urbanização de Lisboa (EPUL), na Praça

do Martim Moniz, de 1973. Um particular cuidado na avaliação prévia do construído espontâneo de Pego Longo, conduzindo a reabilitação do existente para lhe encontrar novo sentido arquitectónico, surge no pioneiro plano para a Universidade da Beira Interior, na Covilhã, iniciado em 1972, ou na casa da Rua da Verónica, em Lisboa, projecto de 1973.

Acompanhando a anterior experiência profissional de Bartolomeu, três vectores da sua formação ao longo dos anos 60 e 70 permitem compreender melhor o projecto do Pego Longo. Em primeiro lugar, os estágios que realizou no estrangeiro: em Londres, no Greater London Council, no ano de 1965, e em Paris, em 1962, no Centre Scientifique et Technique du Bâtiment (CSTB), valorizando o bairro e a rua, quer como unidade de vizinhança, numa aproximação aos processos sociais na cidade, no sentido de Paul-Henry Chombart de Lauwe (como se pode ver no relatório prévio ao projecto, que se publica na íntegra), quer como recuperação da rua, no sentido de Jane Jacobs (*The Death and Life of American Cities*, 1961), reclamando a vida de bairro em Pego Longo, ou a vivência colectiva, baseada em ruas que evitam o atravessamento urbano. Um segundo vector, que podemos identificar com um ideal de continuidade do projecto moderno, como a ele se refere a importante leitura de Ernesto Rogers (*Esperienza dell'Architettura*, 1958), e que no presente caso se traduz na ideia de prossecução dos hábitos dos habitantes, da «casa para todos», e numa recusa da normatividade moderna. Por fim, o *As Found* ou a ausência de modelos predefinidos, a aprendizagem com a *trouvaille*, o edifício anónimo, resultado de uma técnica elementar de construção, conceptualizado na habitação projectada para o Soho de Londres, em 1953, da autoria de Alison e Peter Smithson. Traduzia-se na valorização de um empirismo crítico que permitia um olhar sempre novo sobre a realidade, e com isso uma aproximação ao projecto a deter-se no específico, no único, naquilo que a espontaneidade da construção revela de inovador, sublinhando o reconhecimento da importância do «encontrado» como forma de processo participado na construção do bairro.

A essas razões deve acrescentar-se uma já vasta experiência em projectos de habitação económica de Costa Cabral, associada a diversas formas de promoção, desde a iniciativa estatal à camarária, ou ainda à promoção cooperativa. Essa experiência inicia-se com Nuno Teotónio Pereira em 1954, uma colaboração que se revelou estruturante durante os seguintes 20 anos de prática profissional. O projecto de um edifício para a Caixa de Previdência do Pessoal da Soda Póvoa³, de habitações para operários e funcionários administrativos,

promovendo a interacção social, ou a colaboração no projecto para a Cooperativa de Construção e Habitação (CCH), em que parte da mão-de-obra foi prestada pelos seus sócios em regime de autoconstrução, são dois exemplos de projectos anteriores de habitação cuja experiência Bartolomeu Costa Cabral trará para Pego Longo.

Já no âmbito do gabinete de Habitações Económicas da Federação das Caixas de Previdência (FCP-HE), projecta, entre 1959 e 1961, com Vasco Croft de Moura, o Bairro da Chamusca⁴, onde alguns fogos apresentam uma organização interna idêntica àquela que será proposta, já na década de 1970, para Pego Longo. Tanto o Bairro da Chamusca como o Bairro do Pego Longo se construíram com base no diálogo com a população, incentivando a apropriação das habitações pela pintura individualizada das fachadas, e em ambos os casos, para além de duas frentes, uma para a rua, com um pequeno jardim, e outra para um pequeno logradouro privado, são adoptados processos construtivos correntes, e a cozinha assume um posicionamento central de organização e distribuição do fogo, permitindo a supressão dos espaços de circulação.

Bartolomeu constitui equipa

O projecto do Bairro do Pego Longo surge, assim, na continuidade de experiências anteriores, decorrentes de um trabalho constante no âmbito da habitação de interesse social⁵. Sendo o SAAL um processo de incidência local, mas coordenado superiormente no FFH, e tendo Nuno Teotónio Pereira por conselheiro e proponente de técnicos em resposta aos pedidos dos moradores, é natural o surgimento do nome de Bartolomeu, após a dificuldade de prosseguimento do projecto com a anterior equipa.

A equipa liderada por António Portugal considerava desadequada a urbanização da área ocupada em lotes alugados ao proprietário da pedreira, dada a natureza escarpada do terreno, a ausência de infra-estruturas e acessos (o único acesso processava-se por estrada de terra batida, comum à pedreira, ainda em laboração), e a discordância em relação ao modelo de edificação, já que Portugal pretendia a construção de um bloco plurifamiliar localizado junto da estrada Sintra-Queluz (Estrada Nacional 117). Tratava-se de um modelo diverso do defendido pelos habitantes e comissão de moradores (ainda em constituição), que pretendiam habitações unifamiliares a construir ou reabilitar nos lotes anteriormente arrendados. A diferença entre os modelos de habitação e procedimentos tinha gerado, entre meados de 1975 e Fevereiro de 1976, um impasse intransponível, levando à desistência da equipa do arquitecto Portugal⁶.

Assim, a partir de 1976, Bartolomeu acompanha todas as transformações do bairro, agindo perante a Câmara Municipal de Sintra (CMS) a pedido dos moradores, mesmo depois de concluídas as obras referentes às suas propostas.

PLANO *BOTTOM-UP* E PARTICIPAÇÃO

Condicionantes: apego dos moradores, pedreira e estruturas espontâneas

O apego dos habitantes aos lotes de terreno, onde porventura produziam alguma horta, e às parcas habitações que tanto lhes tinham custado, «em tempo e trabalho», é talvez a principal condicionante do plano de Pego Longo, exigindo uma avaliação criteriosa sobre as condições dos edifícios para a sua futura incorporação no projecto. A origem rural dos habitantes («do norte,» como é referido no «estudo de situação», ou «com origem no Minho e em Trás-os-Montes, como também é mencionado), na sua maioria ligados à construção civil, propiciava a valorização da pequena propriedade com culturas de subsistência. Reforçava-se uma abordagem que considerava uma débil urbanidade, a prevalência individual de cultivo e a eventual autoconstrução, que se socorria do potencial trabalho dessa mão-de-obra, aos fins-de-semana, para suprir uma desesperançada adjudicação de empreitada.

A estratégia de consolidação do bairro passava também por diferenciar a actuação e adequação às diversas «formas de vida dos moradores», incentivando os habitantes com hábitos mais urbanos, ou que dispensavam o pequeno lote hortícola, a aderirem à operação SAAL em curso no, não muito distante, Bairro da Estrada Militar, na mesma freguesia de Belas. Essa operação, encabeçada pelo arquitecto Duarte Nuno Simões, consistia na construção de habitação colectiva ao longo da Estrada Militar, em bandas contínuas acompanhando a estrada, com volumetrias de dois pisos acima do passeio e outros dois abaixo. A localização dessa operação SAAL, embora numa periferia urbana entre Amadora e Sintra, caracterizava-se por uma proximidade urbana que o Bairro do Pego Longo não possuía, permitindo a Costa Cabral explorar a semi-ruralidade desejada pelos habitantes⁷.

Em Fevereiro de 1976, a equipa de apoio local liderada por Costa Cabral⁸, e então constituída por Mário Crespo (arquitecto), Victor Vieira (engenheiro químico), Bernardo Leitão (estudante de arquitectura) e Victor Gonçalves (deseenhador)⁹, inicia a sua intervenção em Pego Longo com o objectivo de «assegurar

a assistência técnica às necessidades suscitadas pela preparação e pelo desenvolvimento do processo conduzido pelas populações, com vista à solução ou melhoria das suas condições de habitação», sendo essas necessidades, fundamentalmente, «a orientação e/ou execução de operações de inquérito, levantamento, programação, planeamento, acção fundiária, construção, gestão social e fiscalização e obras; a elaboração de estudos e projectos de urbanização, de instalações e de edifícios; e ainda a direcção de obras quando o respectivo volume não ultrapassar a capacidade da equipa»¹⁰.

Processo: um olhar sobre a periferia, ou um certo encanto

Após a constituição da «equipe de apoio local», em Fevereiro de 1976, Bartolomeu inicia duas tarefas necessárias para a definição de um programa de intervenção de reabilitação da área.

Um detalhado levantamento da situação habitacional, económica e social do bairro (publicado na íntegra no presente volume), «Pego Longo: Situação Económica, Social e Habitacional (estudo de situação feito no bairro de Pego Longo, pela equipa de apoio local e pela comissão de moradores)»¹¹, realizado em estreita colaboração com os habitantes (participaram 129 famílias das 143, ou 144, que ali moravam), e assinado pela equipa em nome da comissão de moradores, vem a constituir, conjuntamente com os levantamentos, o programa desta intervenção SAAL. Esse texto, datado de Abril de 1976, que servirá «de base à futura organização da população desse bairro em associação de moradores»¹², permite uma caracterização pormenorizada da origem e do regime de propriedade do bairro, descrevendo as principais especificidades urbanas e construtivas, e ainda a situação económico-social dos moradores; contempla também as classificações etárias, a ocupação e os rendimentos, os níveis de instrução, e ainda a constituição das famílias, permitindo identificar as áreas e as necessidades das habitações. É um documento exaustivo e nele encontramos reflexos dos estudos de sociologia urbana de finais dos anos 60, que Bartolomeu bem conhecia — quer pelo convite endereçado ao sociólogo urbano e etnógrafo Paul-Henry Chombart de Lauwe para conferenciar em Portugal, quer pelo cruzamento com Duccio Turin em 1962, que, aliás daria origem ao seu estágio no CSTB, em Paris. Especialmente os estudos sobre os hábitos da classe operária em Paris, os tempos e deslocações, constituem uma referência concreta para a elaboração da «situação», assim como a realização de entrevistas para melhor se inteirar das várias exigências do programa a elaborar.

A par da «situação», são produzidas cartografias de levantamento da zona central do bairro, entre Março e Junho, materializadas em vários registos: densidades de ocupação (figs. 9 e 10), tipo de construção (fig. 11), estado da conservação (fig. 12) e caracterização topográfica (fig. 13)¹³. Mas, além do estabelecimento de critério de reabilitação, ou de verificação de índices de ocupação das habitações e do terreno, os levantamentos registam o quotidiano e os hábitos dos moradores, com a indicação das construções anexas às habitações, como galinheiros, garagens ou hortas, num processo de registo etnográfico organizado pelo desmembramento da área central em cinco grupos ou unidades de vizinhança (A, B, C, D, E), identificando cada parcela e proprietário (figs. 14 e 15), bem como a reabilitação ou nova construção (fig. 16). Uma perspectiva sintética do levantamento realizado surge no expressivo desenho que condensa uma leitura topográfica do bairro, taludes acentuados e pedreiras, as redes de saneamento, os postes de iluminação pública, o cruzamento da linha de alta tensão, o sistema de arruamentos e acessos, e a indicação dos «edifícios recuperáveis» (fig. 13). Esses levantamentos originam um segundo documento, um manuscrito-síntese, de Maio de 1976, de análise e proposta de intervenção, com a identificação de três factores: as infra-estruturas (águas, saneamento e rede eléctrica), o tipo de construção e estado de conservação, e uma área de expansão necessária à resolução do problema de sobreocupação¹⁴. A «análise» consiste num reconhecimento do local e das profundas necessidades com que se deparava o bairro, exemplarmente registado num conjunto detalhado de peças desenhadas, que posteriormente constituem o suporte de um plano para a área.

A «análise e proposta» é também um programa arquitectónico de actuação, resultando respectivamente num plano da área («Plano de Conjunto», Agosto de 1976), num projecto de expropriação (Agosto de 1976) e num projecto arquitectónico (desenvolvimento de habitação-tipo entre Fevereiro e Agosto de 1976).

Um primeiro plano de conjunto ou plano de urbanização, elaborado entre Julho e Agosto de 1976 (fig. 17), propõe «a recuperação do bairro mantendo a sua estrutura urbana de tal modo que permita a manutenção e melhoramento das construções existentes que para tal apresentam condições, procurando-se assim a maior economia e ao mesmo tempo permitir a sua execução sem obrigar a demolições prematuras». Além disso, «não seria necessário fazer uma alteração ao actual sistema viário e distribuição dos lotes [...] uma vez que [...] não se prevê nenhum tráfego de atravessamento, dando-se primazia ao trânsito de peões». Por essa razão, «o plano propõe fundamentalmente a criação de uma zona de expansão [...] com uma área de 27 000 m² [...] para a construção de cerca



9



10

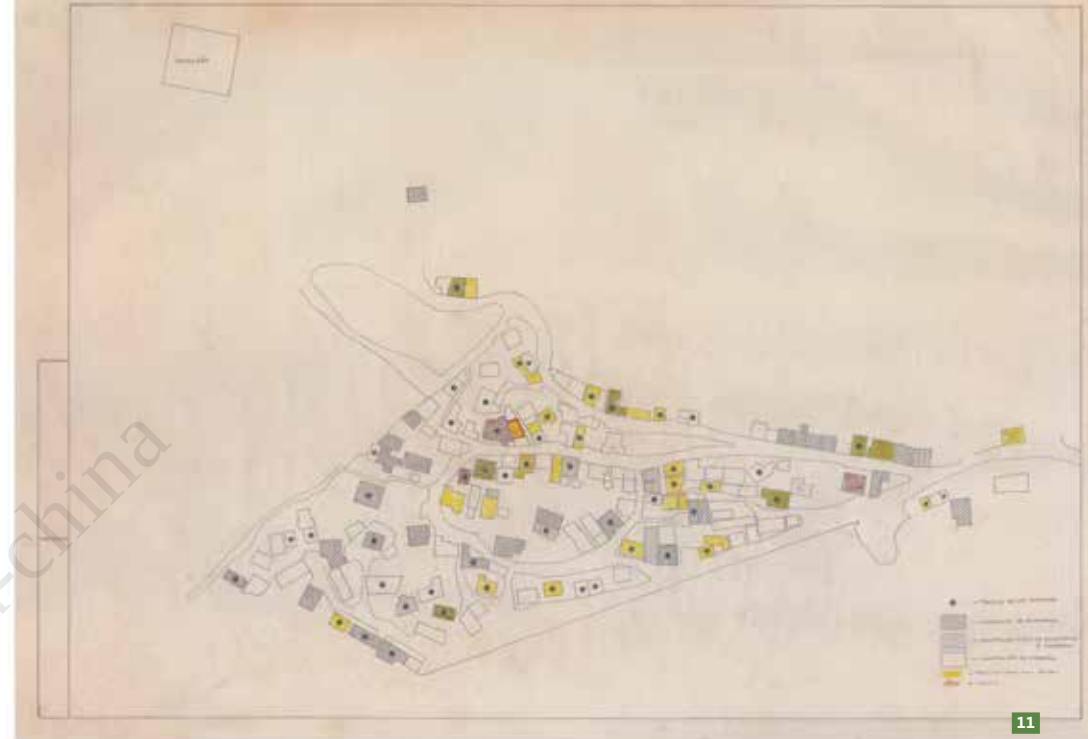
Inquérito

9 Mapeamento das densidades de ocupação.

10 Levantamento de tipologias construtivas e necessidades de expansão.

11 Mapeamento das necessidades de transferência para núcleo de expansão, tipologias construtivas.

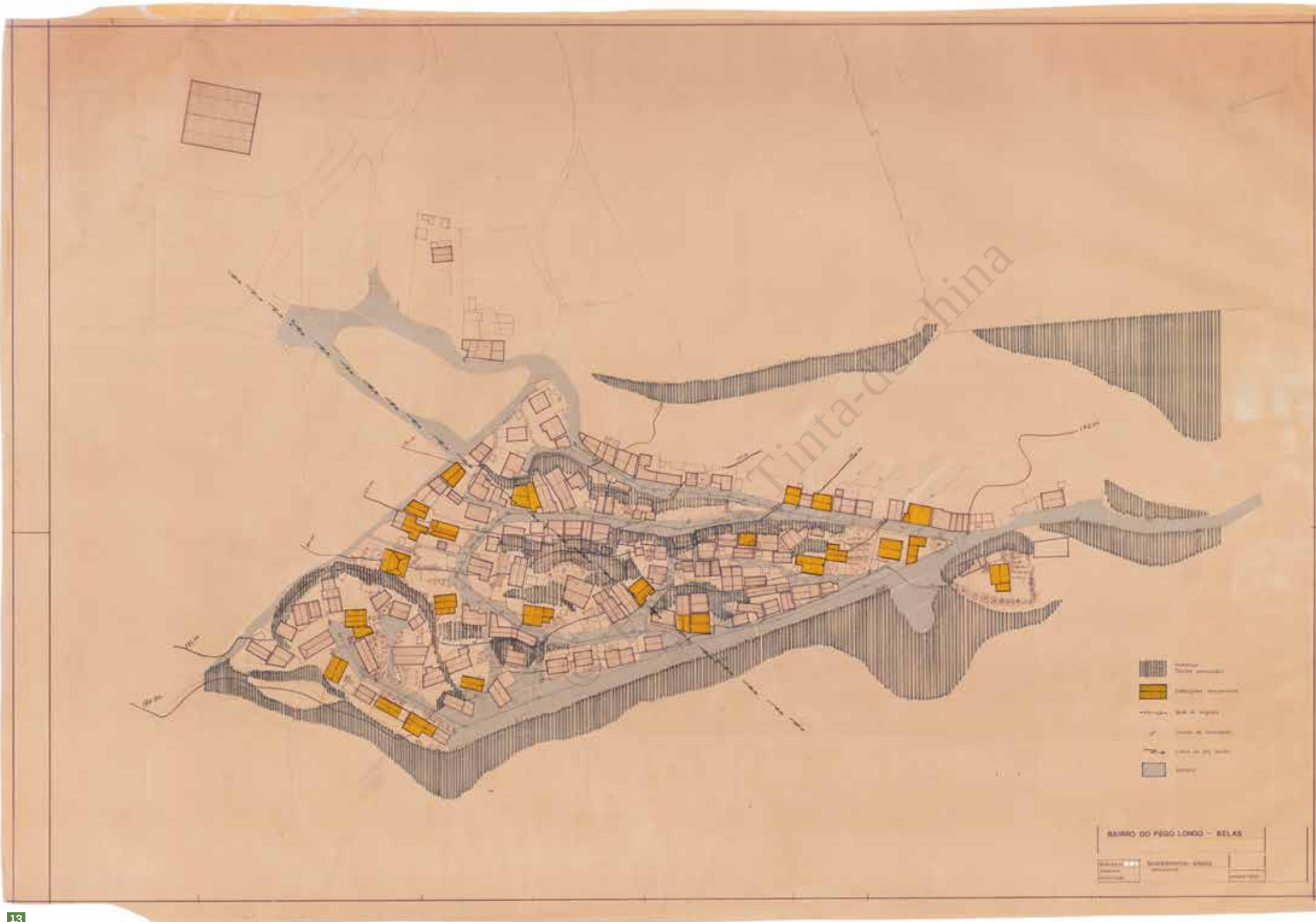
12 Mapeamento do estado de conservação.

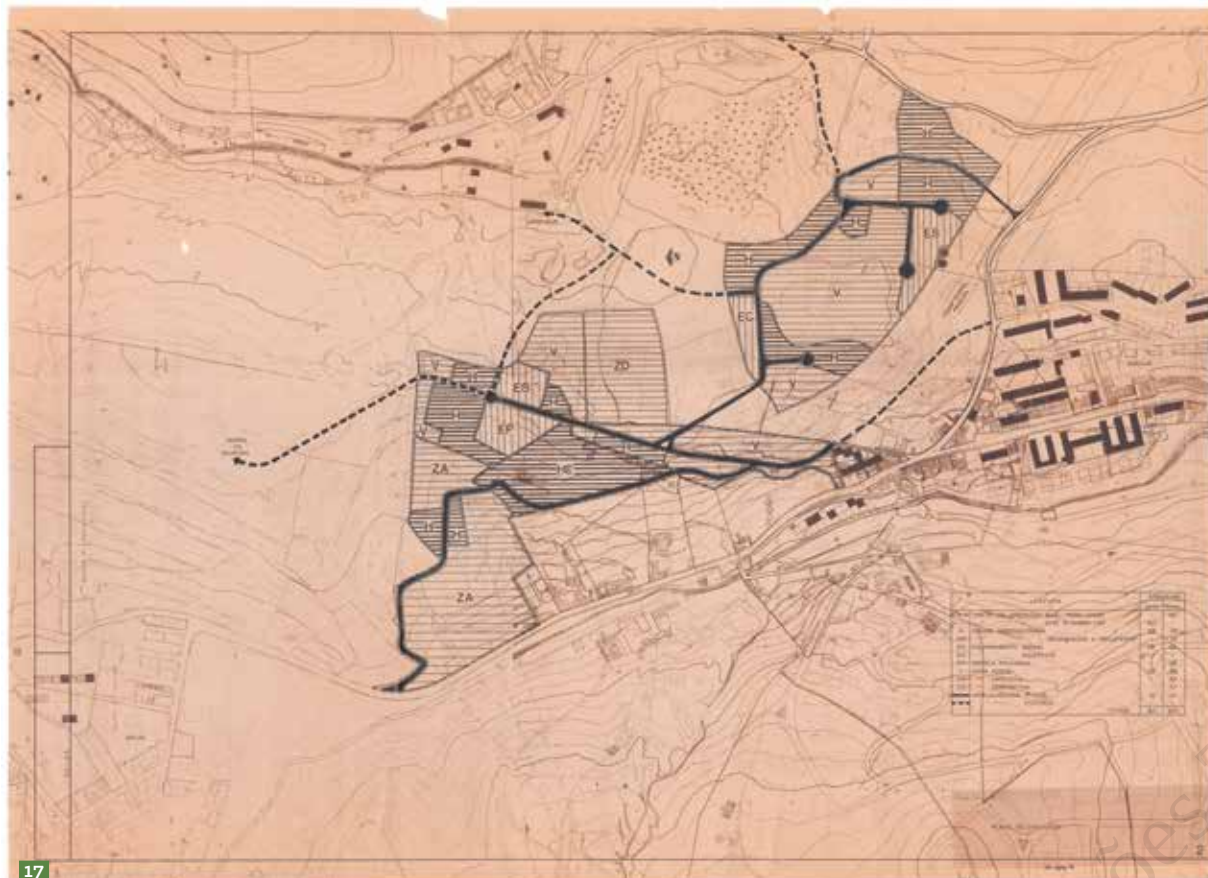


11



12

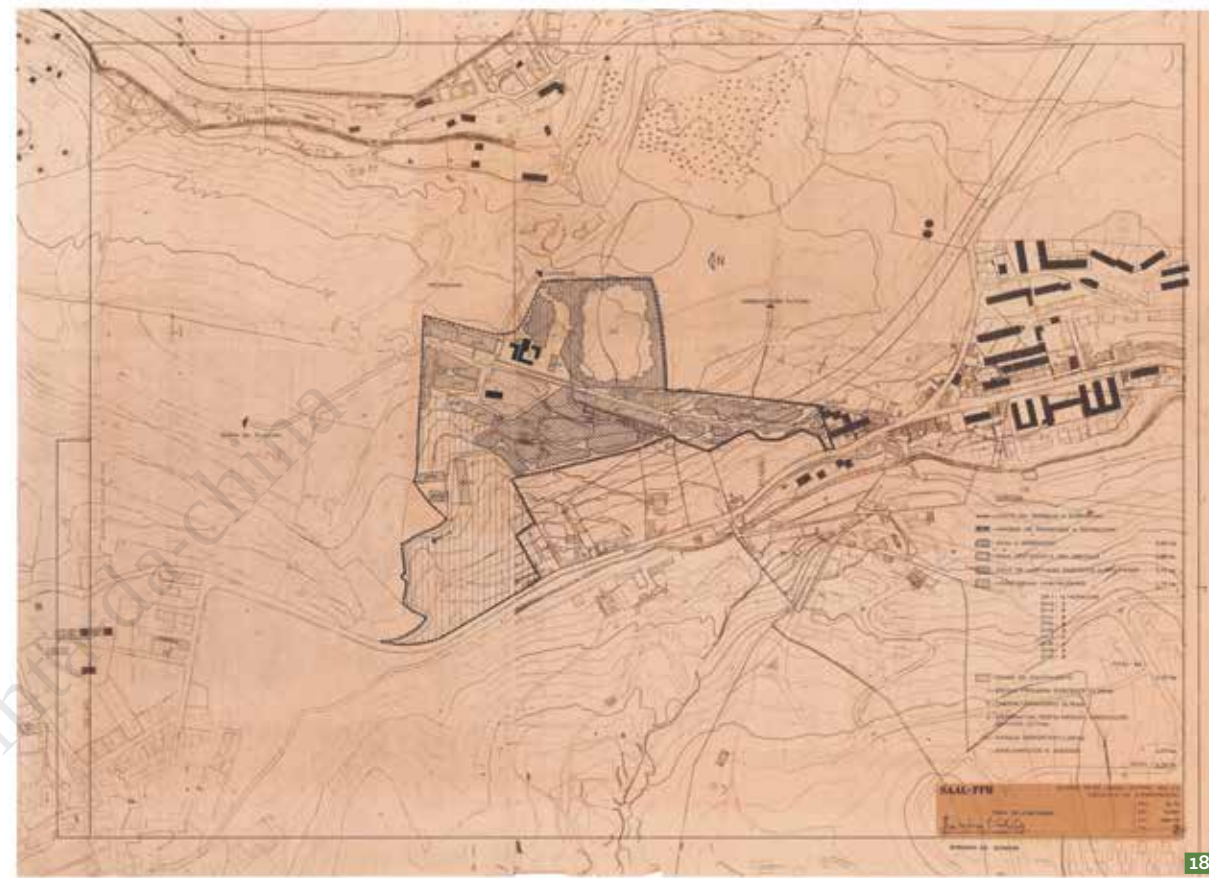




17

de 50 habitações, que se destinam a descongestionar o bairro, de modo a permitir a reconstrução das 'barracas'. Prevê-se, para esta área de expansão, a construção de habitações individuais tipo T3 «com logradouro privado, agrupadas em banda contínua e adaptando-se à topografia local». As habitações da zona de expansão agrupar-se-iam, formando, segundo o arquitecto, «relações de vizinhança que deverão [...] ser arborizadas de modo a criar zonas frescas de sombra para a sua utilização durante todo o Verão».

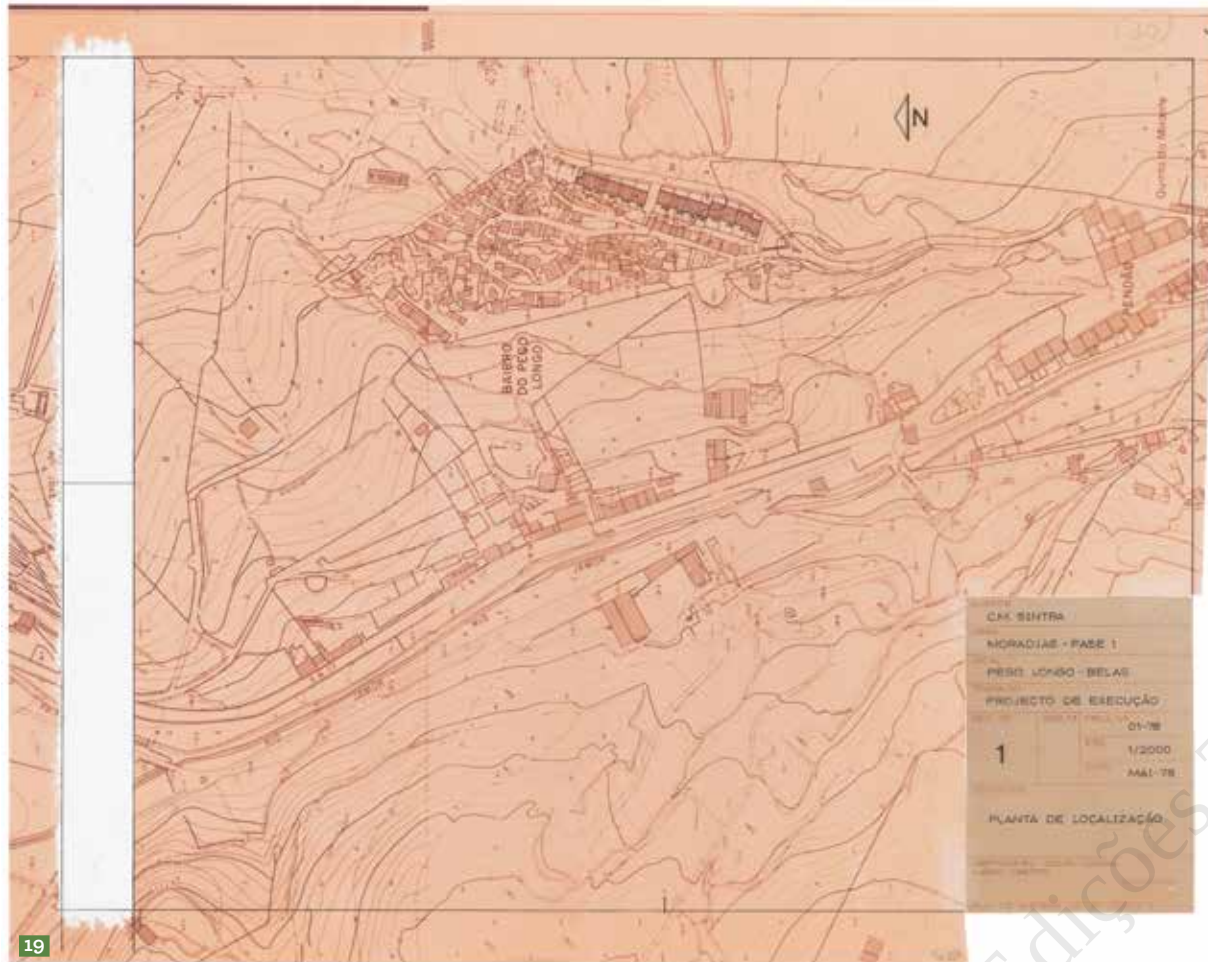
A memória descritiva regista ainda as primeiras intenções de estruturação do bairro: a reabilitação da zona central (fase 2) e a construção de uma banda de habitações (fase 1) (fig. 19). Nesse plano definem-se também intenções gerais da área de expansão (fig. 17): construir cerca de 40 a 50 fogos, habitações unifamiliares com um piso, em zonas limítrofes a expropriar, situadas a norte e a sul-nascente da área central, com áreas exteriores para o cultivo de hortas e a



18

criação de pequenos animais. Procura-se valorizar as «características rurais» do bairro e «recuperar e alargar as construções susceptíveis de o serem num tipo de intervenção caso a caso»¹⁵. Bartolomeu sublinha o desejo manifestado pela maioria dos moradores de permanecerem no local, expresso designadamente pela «prática de cultivo de logradouros e hortas em continuidade ou não com a habitação», «sendo notório o cuidado posto no tratamento de plantas e flores, o que contribui para o aspecto agradável que, apesar de tudo, o bairro por vezes apresenta»¹⁶.

Depois dos primeiros estudos começa, já em Julho de 1976, a elaborar-se o plano de conjunto (fig. 20).¹⁷ Este é aprovado em Setembro, em simultâneo com o processo de expropriação do terreno (fig. 18), os projectos de arruamentos, de águas e saneamento e o anteprojecto da habitação-tipo (figs. 21-26). Assim, em Setembro de 1976, o primeiro plano geral é apresentado à comissão organizadora



19

da associação de moradores a fim de se preparar a sua divulgação à população¹⁸. E em Outubro — mês em que, por despacho do Ministério da Administração Interna e da Habitação, Urbanismo e Construção, se extingue o SAAL, passando a responsabilidade do controlo da operação para a Câmara Municipal de Sintra¹⁹ — inicia-se já uma primeira revisão no sentido de «o tornar mais exequível e económico», aumentando o número de habitações a construir na primeira fase e ampliando a capacidade de resposta às necessidades habitacionais²⁰. Mantendo, não obstante, as suas premissas iniciais, o plano de urbanização será, ao longo do tempo, revisto e corrigido numerosas vezes até ao ano de 2001 (fig. 20).



20

Concomitantemente com o desenho de plano, é proposta a delimitação da área de expropriação de terrenos, datada de Agosto de 1976 (fig. 18)²¹. Em planta, delimitam-se as várias zonas: consolidação da pedreira, arborização, habitação existente a recuperar no núcleo central, habitacionais novas ou de expansão, áreas destinadas a uso agrícola, localizadas sobre um espaço-canal de via rápida, e destinadas a equipamentos. A intenção de articular a urbanidade emergente com a natureza topográfica (pedreiras) e os usos agrícolas é consignada pela adopção de um modelo de construção por pequenos aglomerados habitacionais. Um zonamento distribuído em dez áreas permitia a construção de 62 «moradias» distribuídas em pequenos agrupamentos, alguns com apenas três habitações (ZH2, 6, 9), outros com quatro ou cinco (ZH8 e 7, respectivamente), outros com oito (ZH3, 4, 10), e apenas um com doze, o ZH1, ou fase 1 de urbanização. Esta contabilidade significa que se pretendia reabilitar ou construir na área

central 82 fogos, perfazendo os 144 identificados na «situação». Essa fragmentação favorece uma implantação sensível à diversidade de condições topográficas, um modelo urbanístico que valoriza a pequena escala, surgindo das preexistências ambientais como diria Rogers; um modelo disperso e fragmentado a entretecer continuidades com as construções espontâneas existentes.

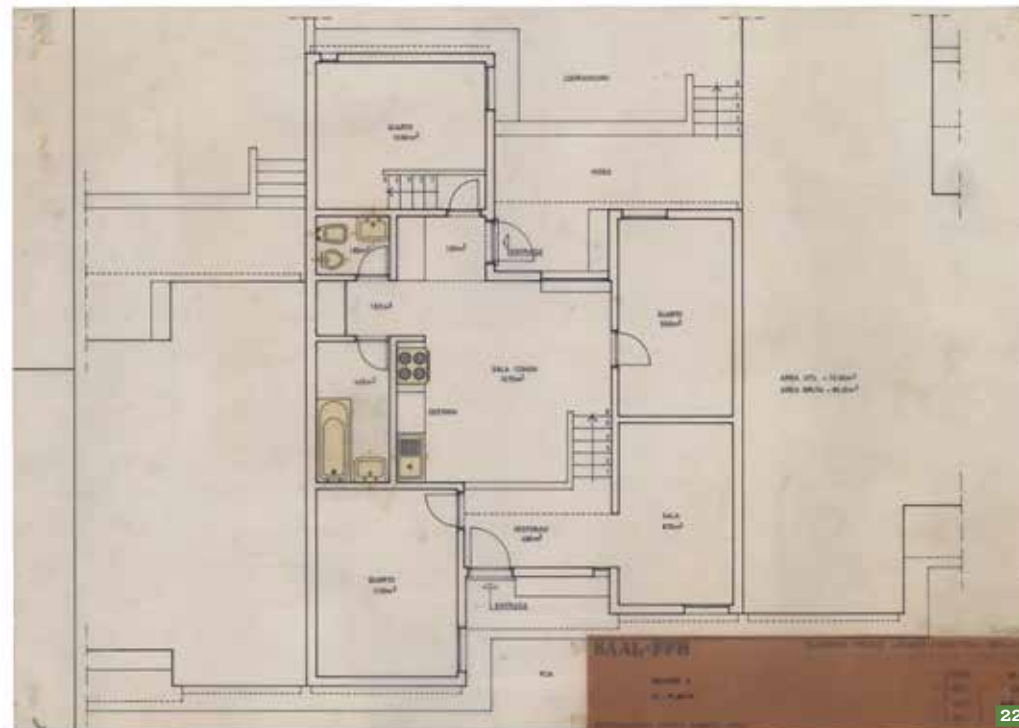
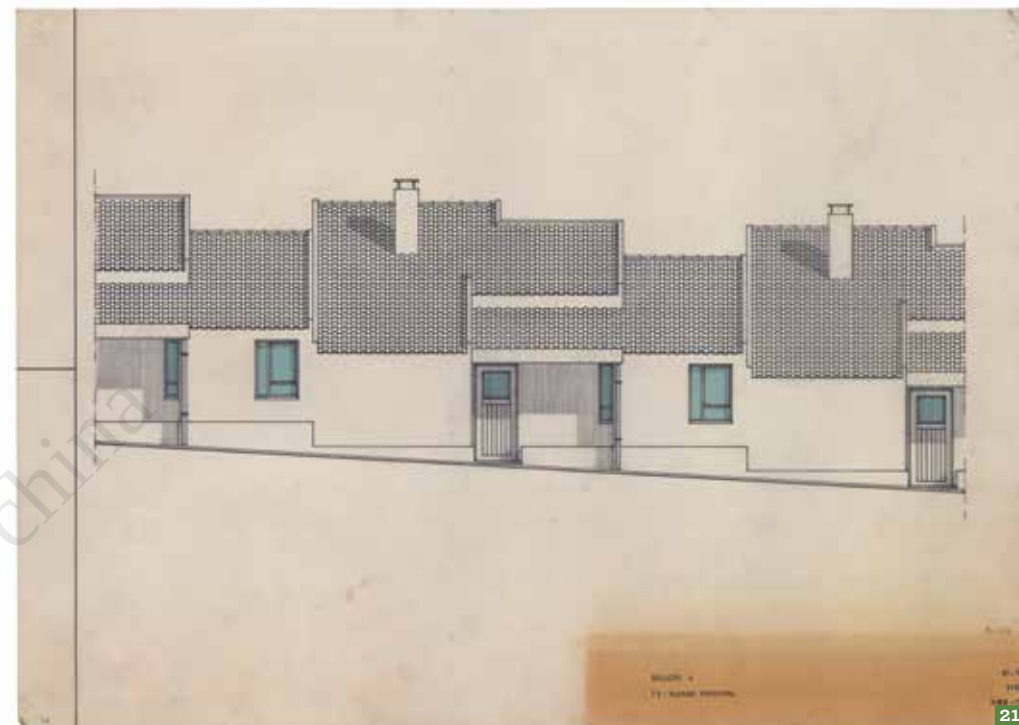
É durante o fértil período de trabalho de Fevereiro a Agosto de 1976, que surge também a primeira proposta projectual de habitação para Pego Longo: os primeiros estudos para a habitação-tipo (T3) materializados em duas soluções, A e B (figs. 21-26). Assim, a entrada principal do fogo junto à rua é precedida por um alpendre, sob o qual se encontra um banco junto à porta (figs. 22 e 25). Esta, por sua vez, abre para um vestíbulo onde se acede a um quarto e uma sala de visitas; o acesso à cozinha/sala comum, a cota superior, é feito mediante seis degraus. Este último é o espaço central da casa e também comunica directamente com mais dois quartos, duas instalações sanitárias e um pátio exterior, e um pequeno logradouro. Os tectos inclinados permitem uma simplificação do processo construtivo mas também uma variação do pé-direito e uma maior complexidade espacial, não obstante as necessárias limitações impostas pela simplicidade das soluções construtivas a adoptar.

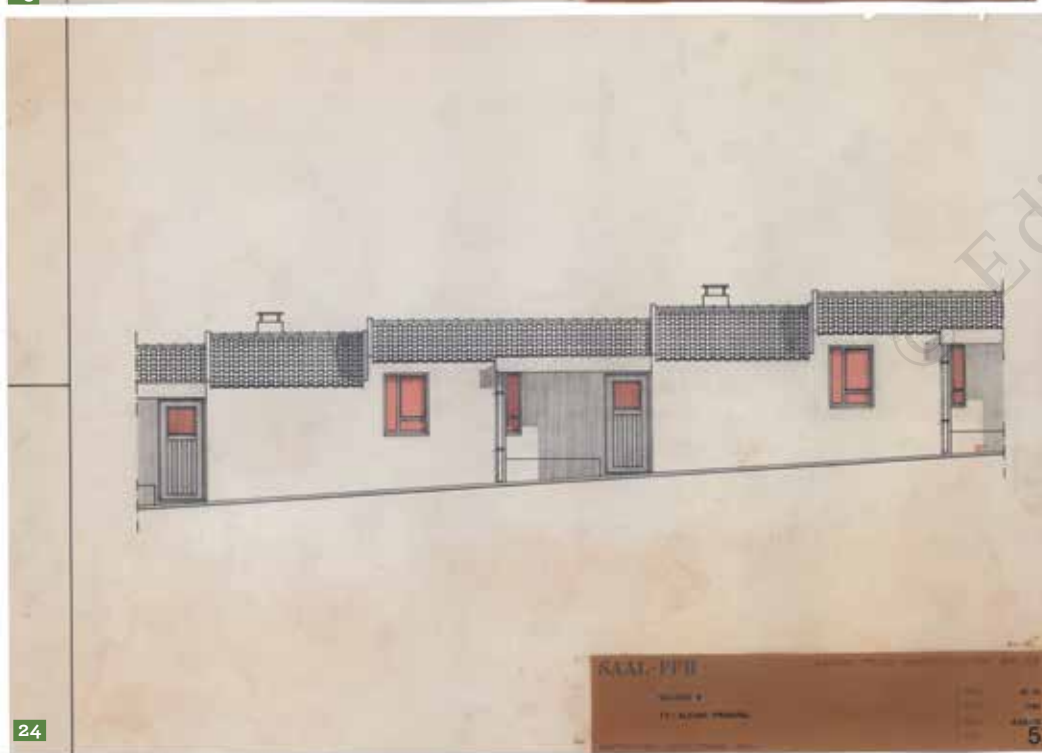
Tanto o posicionamento da cozinha/sala como espaço central, permitindo a supressão de locais de circulação e o máximo aproveitamento da área disponível, os degraus, no interior, procurando uma adequação à topografia do terreno, como os tectos inclinados e o recurso a tecnologias construtivas correntes evocam a construção vernacular e as habitações económicas do Bairro da Chamusca (figs. 23 e 26).

Faseamentos e construção

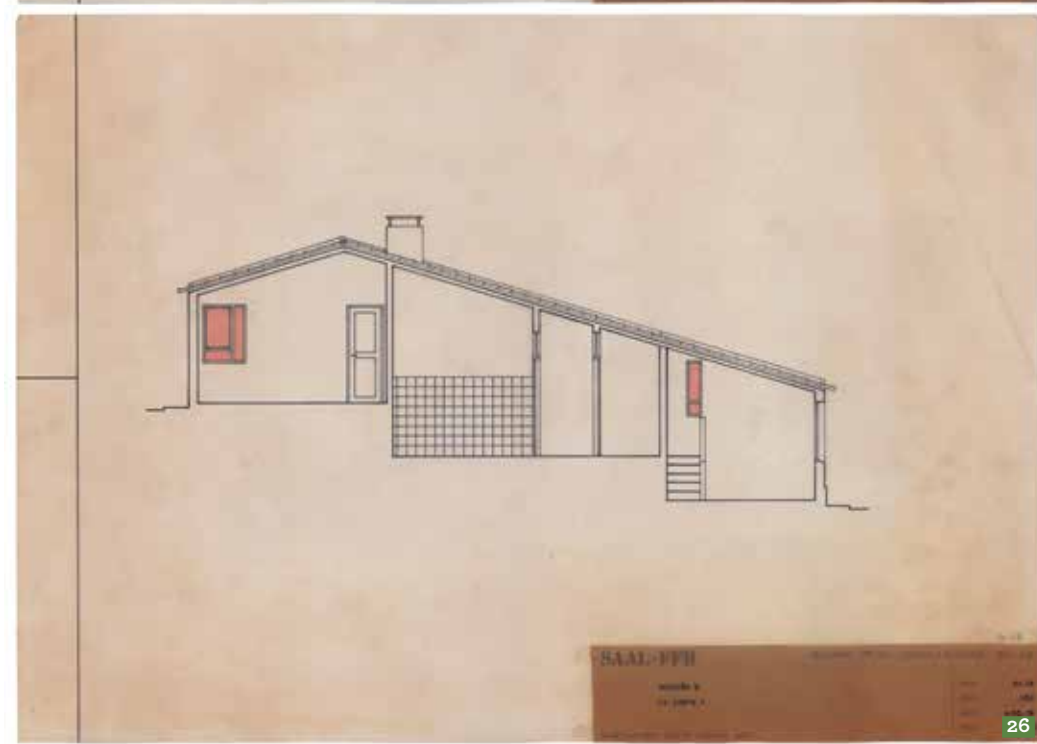
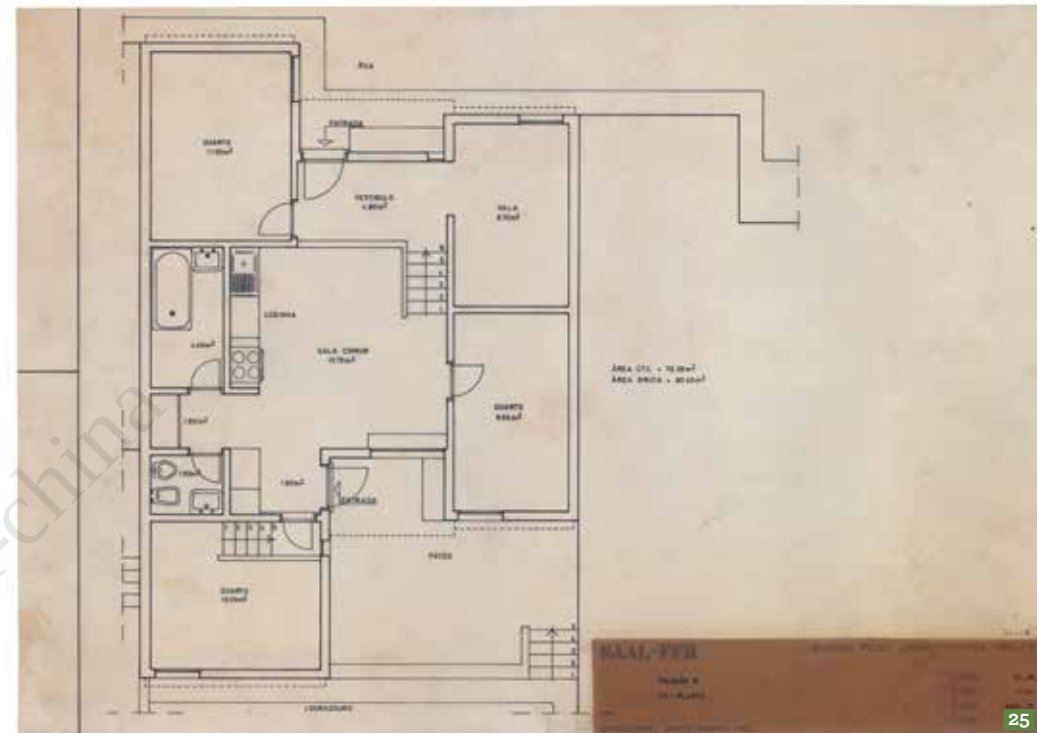
Bartolomeu e a sua equipa desenvolvem uma intensa actividade em Pego Longo entre os meses de Fevereiro, data de aceitação da tarefa, e Setembro de 1976, data de apresentação do plano geral de urbanização à associação de moradores, e data da sua constituição. Este plano apresenta já várias «zonas habitacionais», a norte e poente do núcleo central, que darão origem às fases 3, 4 e 5 de expansão.

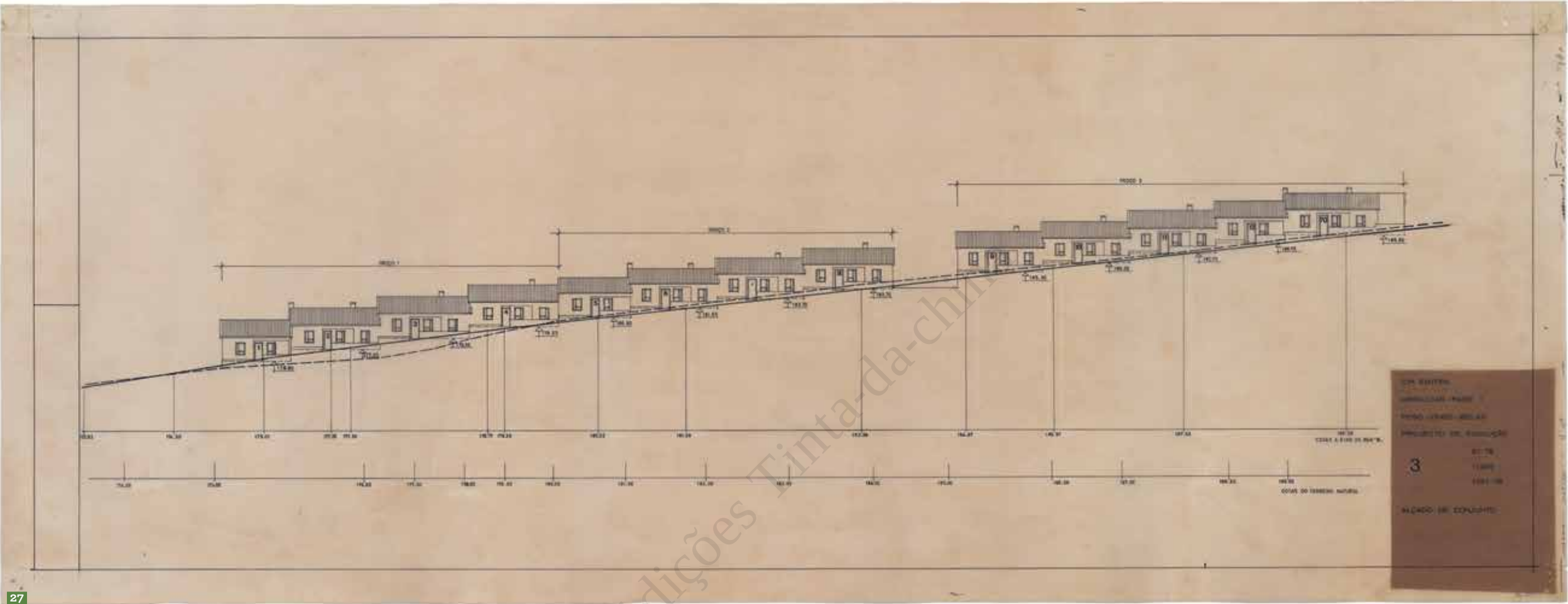
A implementação do plano inicia-se com a construção dos fogos necessários para albergar o excesso de famílias existentes na área central, designada por fase 1 (fig. 19), concebida para uma execução por troços (fig. 27 e figs. 34-37). Nessa fase, procede-se ao melhoramento de infra-estruturas já existentes²¹. Assim, a via que desenha a primeira fase de construção, e que efectivamente





23 Tipo A, corte.
 24 Tipo B, alçado.
 25 Tipo B, planta.
 26 Tipo B, corte.
 Agosto 1976.

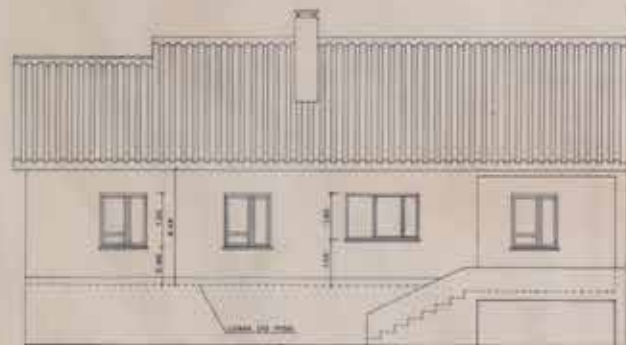
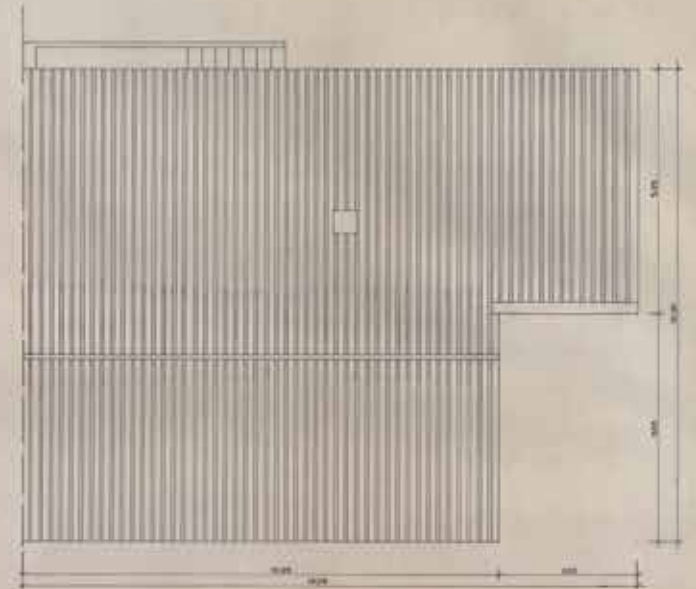
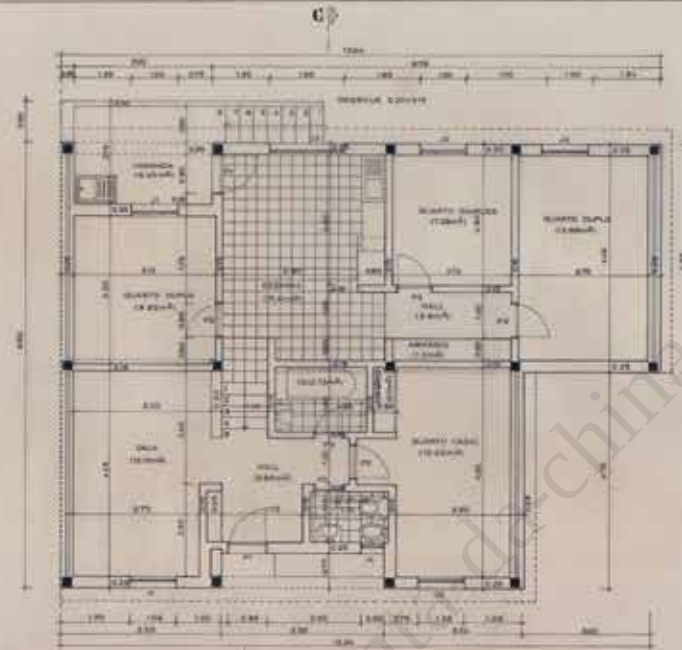
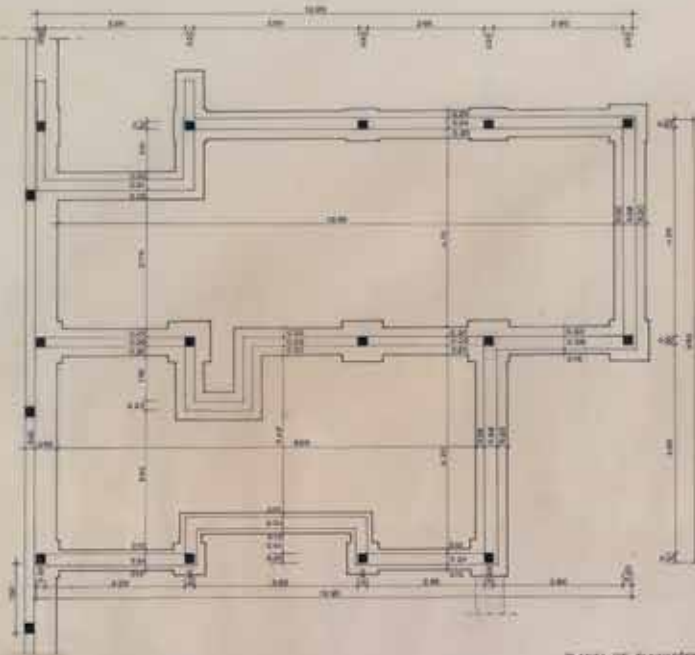




permite criar um acesso ao bairro, está apoiada na topografia da área e desenha-se paralela a uma outra existente, onde se localiza um subtil conjunto de muito modestas habitações que serão o alojamento de operários das pedreiras (fig. 18). A via progride tangencialmente ao núcleo central, e depois deste surge a escola, alcançando o alto da pedreira, e estruturando o acesso às fases 3 e 4. Com forte inserção topográfica, esta via, posteriormente designada por Avenida da Igreja, articula o bairro com a EN 117 / Avenida Miguel Bombarda e a Rua Alexandre Herculano, sendo o elemento fundamental da sua ancoragem urbana (fig. 20).

Em Dezembro de 1979 inicia-se a construção da terceira fase. Esta, na verdade, precedeu a segunda fase, porque a construção desta última estava ainda dependente da demolição de barracas existentes e da transferência das famílias (fig. 20).

A terceira fase localiza-se no prolongamento da via estruturante de expansão e ligação urbana, construída durante a fase inicial; é, portanto, um momento de consolidação do limite nascente da área. Dado o atraso na realização das infra-estruturas, uma rede provisória de saneamento, a remodelar futuramente, é realizada para garantir condições mínimas de habitabilidade. As casas seguem as tipologias anteriormente definidas, mantendo um único piso, sendo constituídas por 13 moradias em banda (12 unidades T3 e um T4), divididas em três

[illegible]

NOTA: se pueden dar minutos y segundos por hora de duración
y horas para minutos por hora del día

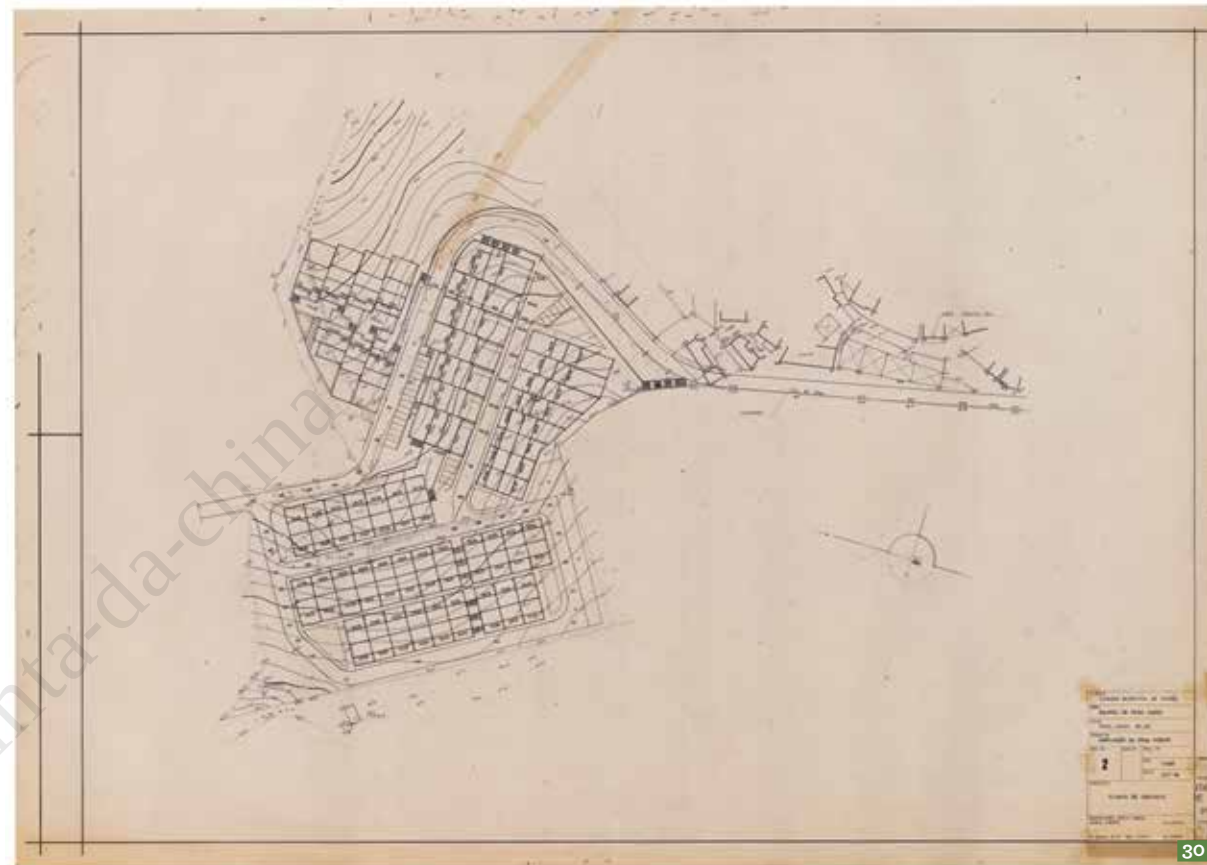
[illegible]



troços, para construção em regime de empreitada ou autoconstrução, tal como na primeira fase. A preocupação com a conformação do espaço público, não só pela disposição das habitações ao longo do arruamento (a actual Avenida da Igreja), mas também pela interrupção da continuidade entre os troços 2 e 3, é uma preocupação projectual renovada desta fase. O futuro «centro», onde se localiza o equipamento social do bairro, situar-se-á entre os troços 1 e 2 da terceira fase de edificação²³.

Posteriormente, considerando quer a ampliação da estrutura de base com a fase 5, quer a construção de habitações e o acesso ao lado sul do núcleo central, Costa Cabral cria uma via paralela à Avenida Miguel Bombarda partindo de um desvio da Avenida da Igreja (fig. 20). O sistema composto pelas duas vias cinto o núcleo central e insere-se num plano mais alargado de articulações urbanas, materializado num desenho viário.

Nas fases 4 e 5, o declive acentuado do terreno obrigou, nalguns casos, à construção em dois pisos, tendo sido elaboradas variantes das moradias das fases 1 a 3, considerando a topografia e a implantação em relação ao arruamento de acesso e, portanto, de acordo com a localização da entrada principal, recuperando-se os degraus no interior, entre o *hall* de entrada e a cozinha. Uma carta tipológica regista as variações de tipologia e assentamento (fig. 38). Decorrente da



acidentada topografia, mas eventualmente também da vontade dos moradores, entre 1979 e 1983 observa-se um conjunto de alterações, iniciando uma «profunda remodelação dos projectos [...] das moradias da Fase 4, 037 a 055», dos troços 2 a 5, «suprimindo o desnível interior e [incluindo] [...] moradias com cave [...]» (figs. 39-41)²⁴. Esta alteração tem consequências na relação das habitações com o espaço exterior ou logradouro, que passa a ser realizado por escada exterior a vencer um piso, além de alterar a predominância de um piso nas volumetrias do bairro. A escada acede a um espaço de lavandaria (na transição interior/exterior), e este, por sua vez, comunica com a cozinha. A entrada do fogo, por sua vez, é caracterizada como um *hall*, e já não como o prolongamento do espaço central de cozinha.

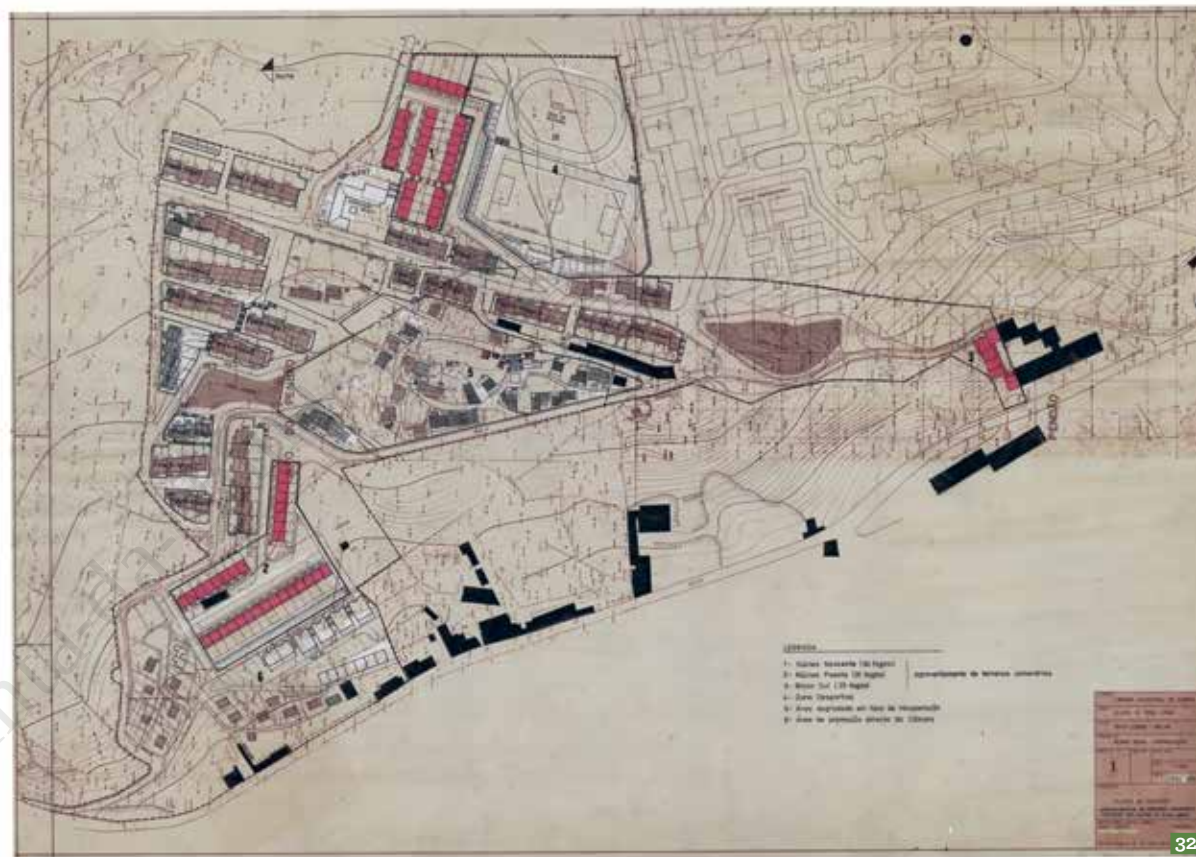
Concluídos os projectos para as fases 1 a 5, surge em 1980 a necessidade de integrar no plano uma nova área de expansão, designada «zona sul», onde se



localiza o bloco sul, a que nos referiremos adiante. A oportunidade gerada pela expropriação dos terrenos para a operação, em tempos de gestão camarária do processo, permite projectar um edifício de remate urbano entre 1979 e 1994 — fundamental na articulação entre a Rua Carlos Pinhão e a Avenida Miguel Bombarda —, e com ele, desenhar um acesso ao bairro por meio de uma grande escadaria pública, que acabou por nunca construída (figs. 42-44 e fig. 47).

A partir de 1984, a pedido da Câmara Municipal de Sintra, realizam-se ainda estudos de loteamento em novas zonas de expansão, tanto a poente como a nascente do núcleo central, inicialmente para a construção de «habitação social», segundo projectos-tipo T2, T3 e T4, para venda²⁵. Já em 1987 se prevê, no designado núcleo nascente, a construção de 34 fogos, e de 41 no núcleo poente.

O plano para a zona poente (1984-1996) (figs. 30-32), bem como os projectos-tipo propostos por Costa Cabral, foram concretizados e a maioria das habitações foi construída; no entanto, o mesmo não aconteceu no núcleo nascente, cuja construção, seguindo o loteamento proposto pelo arquitecto, se encontra estagnada. De facto, só em Outubro de 1996 foi aberto um concurso para a elaboração de um projecto-tipo de moradias, a realizar em regime de autoconstrução. Costa Cabral foi convidado pela CMS a apresentar uma proposta e venceu o concurso²⁶.

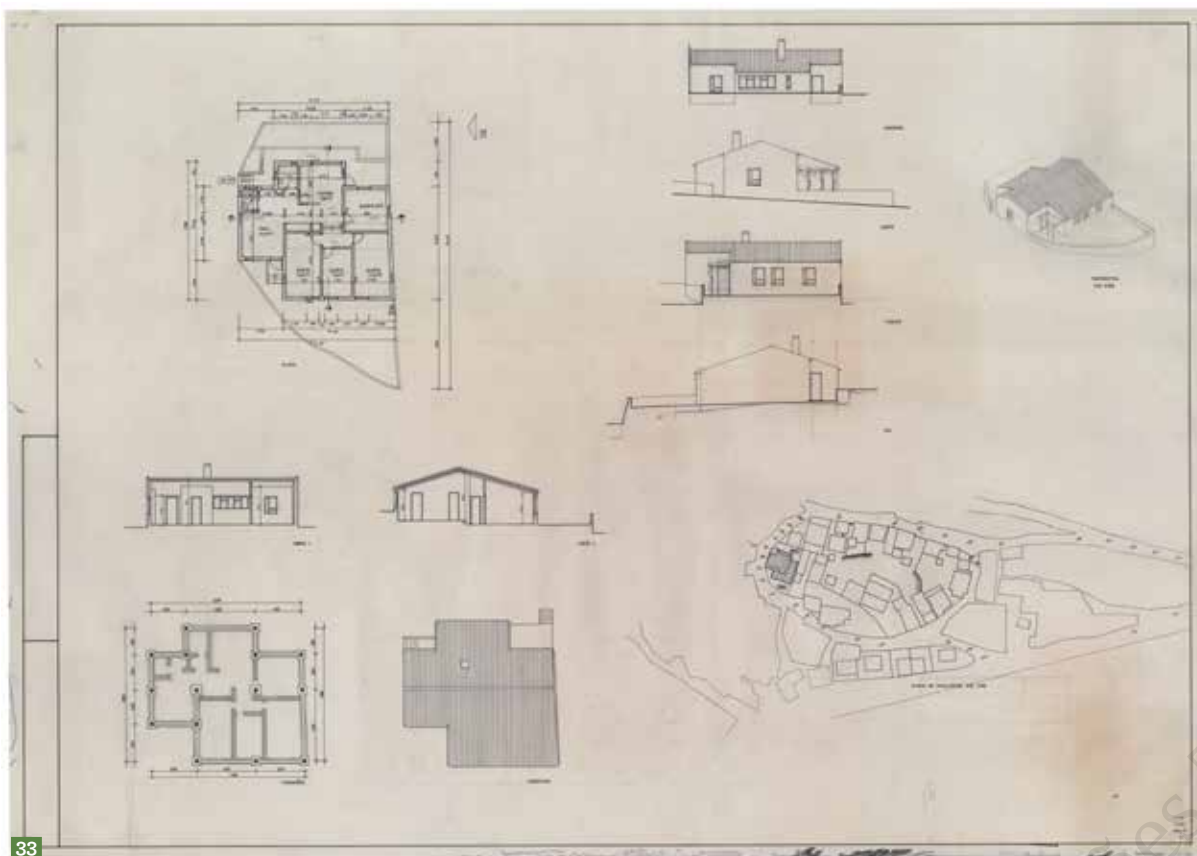


CASAS E CASOS, OS MODELOS DE HABITAÇÃO

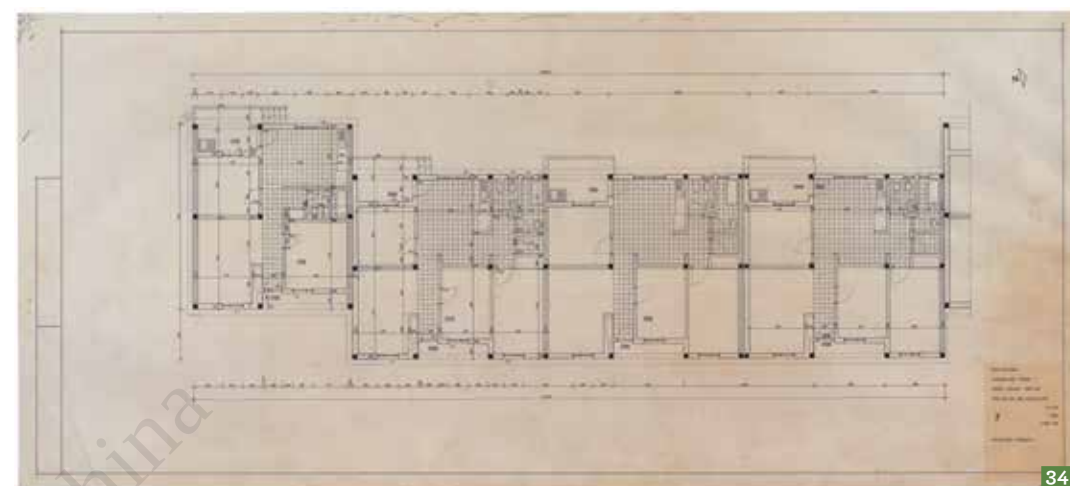
O conflito dos tectos inclinados e a proposta de novas tipologias

Cerca de quatro meses depois de ter assumido a operação de Pego Longo, a equipa de Costa Cabral apresenta aos moradores, em Junho de 1976, o primeiro modelo de casa-tipo, à escala 1/50, para «melhor apreciação da proposta de organização do fogo por parte das pessoas interessadas».

No entanto, e apesar de todos os esforços — nomeadamente a celeridade da equipa na elaboração e apresentação dos projectos para as habitações-tipo e do plano de urbanização —, prolifera, no bairro, a construção clandestina²⁷. Para contornar o problema, em Março de 1977, a câmara cede e permite, finalmente, que os moradores construam as suas próprias habitações, desde que



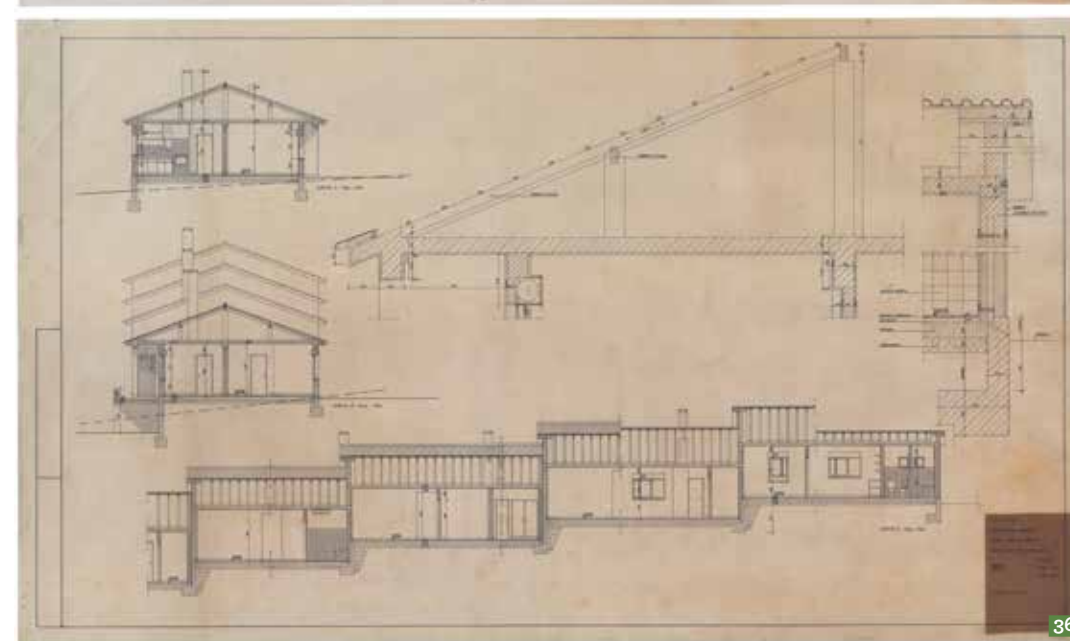
33



34



35



36

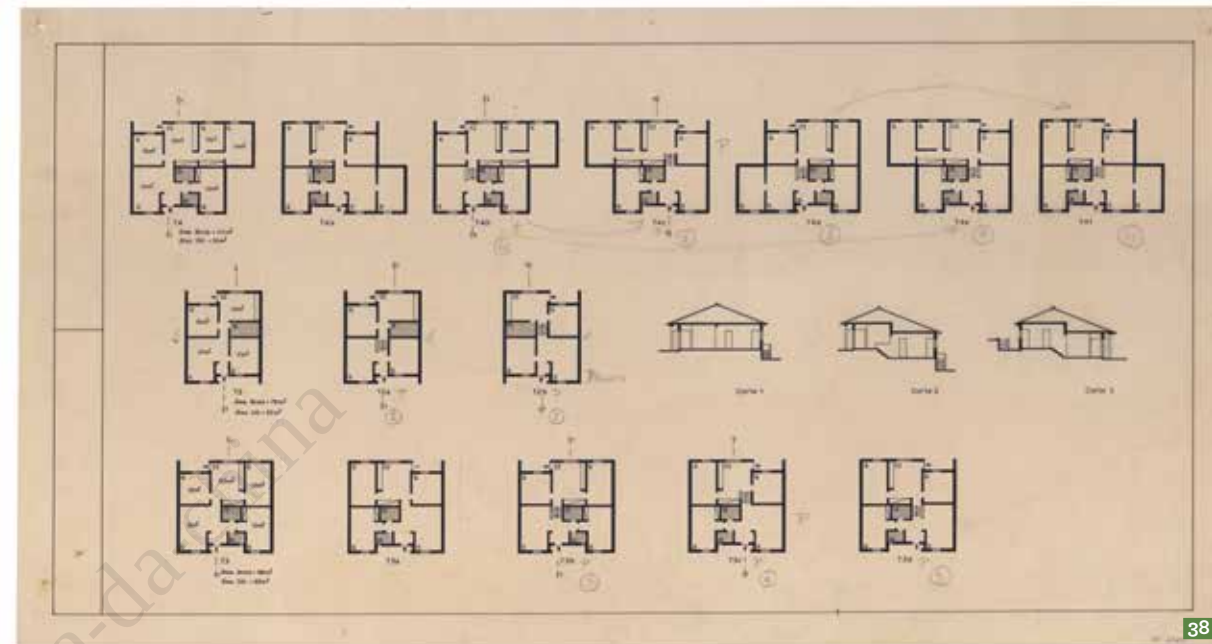
de acordo com uma proposta da equipa SAAL devidamente apreciada pela CMS²⁸. Assim, procurando responder imediatamente a pedidos urgentes de construção dentro do bairro, a equipa elabora os primeiros projectos individuais²⁹ — as casas 71 e 109, no núcleo central interior —, cuja construção se inicia em Julho de 1977 (afinal sem os projectos terminados ou aprovados), sendo a primeira habitação «objecto de empreitada a realizar por empreiteiro residente no bairro usando a mão-de-obra de moradores desempregados e a segunda em regime de autoconstrução»³⁰. A ambas as construções é, contudo, assegurada a «fiscalização e assistência técnica através de uma acção conjunta da equipa SAAL e de um técnico da câmara destacado para o efeito»³¹. A estes pedidos seguem-se muitos outros, aos quais os arquitectos prestam, diligentemente, apoio — incluindo reparações nas próprias barracas, para que estas possam «aguentar mais um Inverno»³².



37

O projecto para a moradia 71, destinada a substituir uma barraca arruinada no núcleo central, é realizado entre Maio e Junho de 1977 (fig. 33). «A morosidade do processo e as necessidades prementes de reconstrução da barraca existente, em estado de ruína», pode ler-se na memória descritiva, «levou o actual ocupante da barraca n.º 71 a realizar por meios próprios a construção representada no presente projecto.»

Com uma área bruta de 95 m² e quatro quartos, esta casa, a primeira a ser construída juntamente com a casa 109³³, localiza-se no interior do núcleo central, pelo que não segue exactamente o modelo proposto nas soluções para a habitação-tipo; assemelha-se, contudo, a esta no posicionamento da sala/cozinha como espaço central de distribuição, permitindo a supressão de áreas de circulação; na procura por uma adequação à topografia, conducente à construção de degraus no interior; na existência de logradouros privados; e ainda nos tectos inclinados, procurando, ao mesmo tempo, uma maior simplicidade construtiva e complexidade espacial. Os constrangimentos económicos impõem uma edificação com base em sistemas construtivos correntes, tendo o arquitecto optado por fundações em betão ciclópico e estrutura com reforço de pilares de betão armado nos cunhais das paredes exteriores — sendo estas últimas duplas, de alvenaria de tijolo com caixa de ar —, cobertura com travejamento de madeira coberto com telha e forro de tecto, pavimentos revestidos a tacos na sala e mosaico hidráulico na cozinha e instalações sanitárias. Estas duas últimas apresentam ainda lambrim de azulejos até 1,5 metros de altura, caixilharias em madeira pintada e envidraçados protegidos com estores plásticos.



38

Provavelmente concluída entre Outubro e Dezembro de 1977, esta casa é construída antes das obras de infra-estruturas, pelo que é apenas estabelecida a ligação à electricidade e a uma rede provisória de esgotos, ficando suspensa a da água. Constituiu, porém, um modelo da tipologia de habitação proposta, à escala real, permitindo um debate mais informado com a população.

A construção da habitação 71 gerou, inesperadamente, uma forte crítica por parte dos moradores, sobretudo por causa dos tectos inclinados e do desnível no interior da habitação³⁴. A recusa do movimento estereotómico de tectos e a exigência de um tecto plano conduziram, assim, a uma reformulação do projecto da habitação-tipo, concretizada a partir de 1978 nas habitações da primeira fase de construção (figs. 34-37)³⁵. A adopção de tectos planos em laje aligeirada e cobertura assente sobre a laje, gerando um sótão no desvão entre tecto e cobertura, e o consequente nivelamento do espaço geram uma estrutura espacial diversa, perdendo a habitação-tipo algumas qualidades, tais como a profundidade e a hierarquia espacial. Na organização interna do fogo prescinde-se do vestíbulo junto à entrada principal, e reduz-se a um patamar ou varanda coberta o espaço de transição de acesso ao pátio junto à cozinha.

A primeira fase ocorre fora do núcleo central e inicia-se com o projecto de três casas-piloto a construir na Avenida da Igreja, por oferta da Igreja Lusitana

O bloco sul, uma variante urbana

A disponibilidade de um pedaço de terreno confinante com edifícios de volumetrias urbanas e empenas expectantes, no limite sul da área expropriada, encontra-se no designado «bloco sul»³⁹. De facto, a articulação urbana prevista no plano, favorecendo a via de acesso, já considerava o remate urbano das empenas, a norte, dos prédios sobre a EN 117, através da construção de um volume com acesso tanto pela Rua Carlos Pinhão, como pela Avenida Miguel Bombarda. A complexidade do edifício residia na resolução da significativa diferença de cotas de cerca de 20 metros entre as ruas, favorecendo uma elevada densidade, resolvida por um «esquema de circulações constituído por uma coluna de elevadores e galerias horizontais de distribuição»⁴⁰.

Uma planta-tipo é elaborada ainda em Dezembro de 1979⁴¹, mas só quase dez anos depois, em Fevereiro de 1988, se realiza o estudo prévio, que é entregue no mês seguinte (fig. 44).

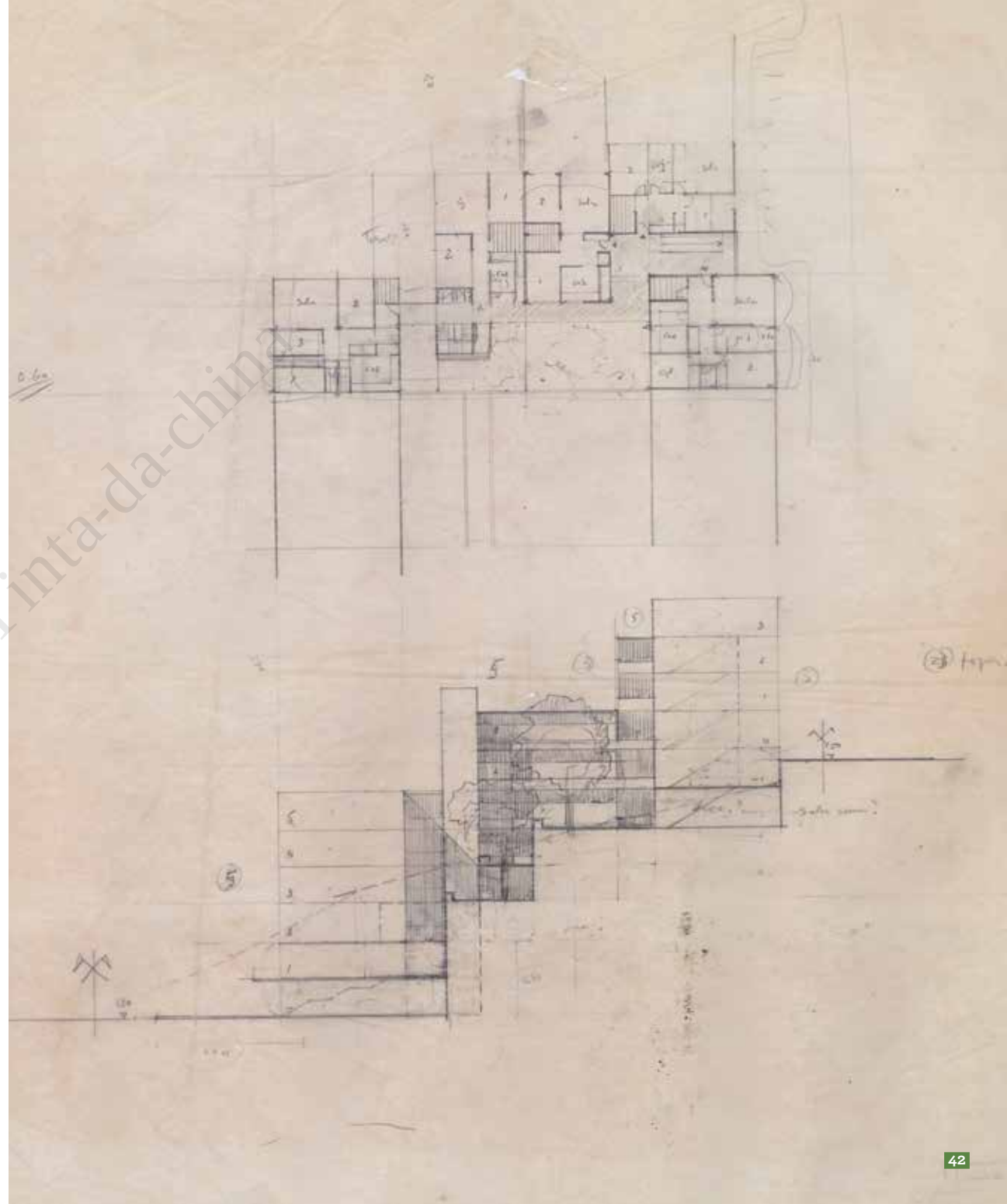
Em 1988, destaca-se a intenção de estabelecer percursos, quer interiores — através de elevadores e galerias acompanhadas por plataformas ajardinadas que conformam o terreno circundante —, quer exteriores — por escadaria lateral —, entre as cotas superior e inferior do terreno, ligando assim o bairro à EN 117.

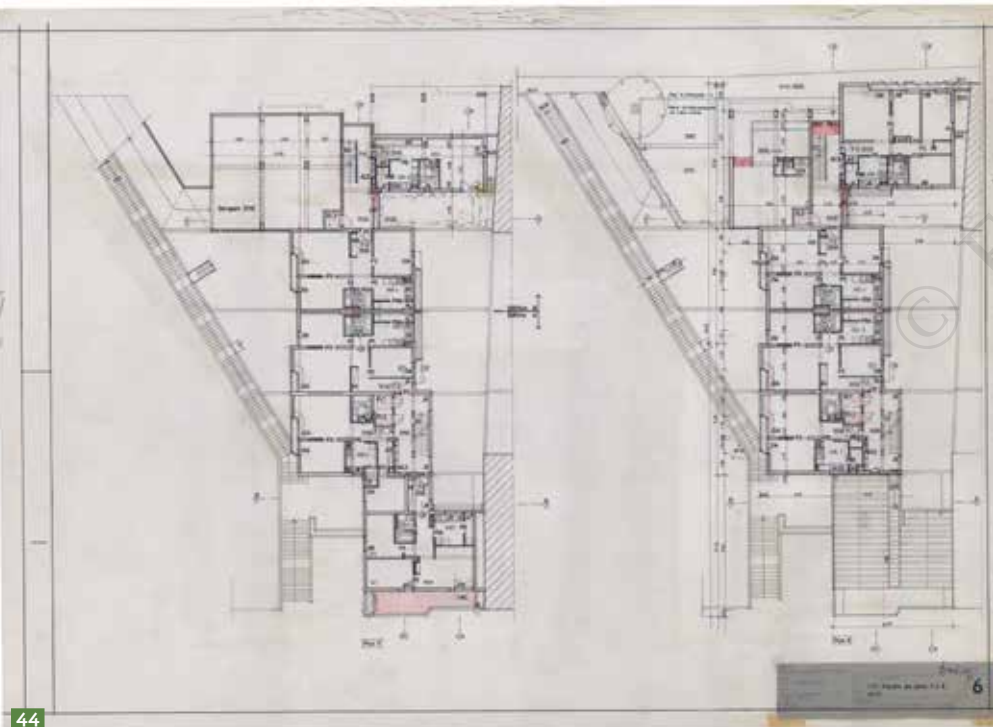
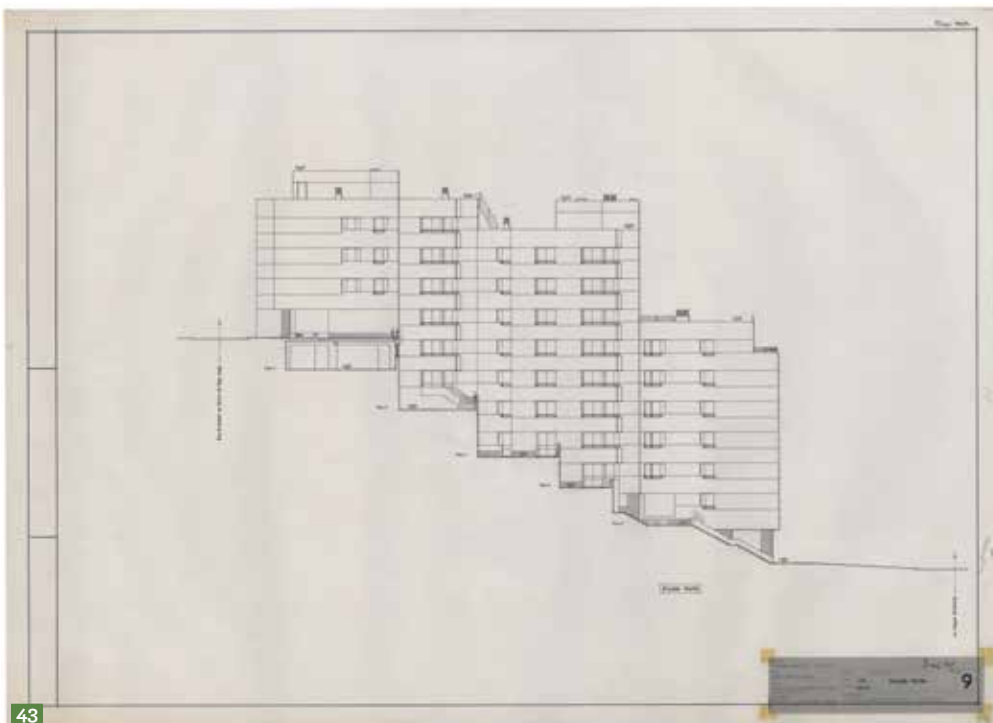
Concretizando uma solução de remate dos edifícios existentes capaz de acompanhar a inclinação da encosta, verifica-se, neste projecto, uma grande preocupação com a integração na envolvente, particularmente através do controlo da escala. Propõe-se uma fragmentação do edifício em vários volumes que fazem a transição entre o novo e o existente e entre as cotas superior e inferior, de modo a diminuir o impacto visual tanto da altura como da largura das fachadas. Há ainda uma ênfase na horizontalidade, evidente no desenho dos vãos.

O projecto de execução é concluído dois anos depois, em Abril de 1990, com várias modificações. Destaca-se o abandono da solução em galeria e a divisão do edifício em dois — Edifício A, com entrada a cota inferior pela Avenida Miguel Bombarda, e Edifício B, com entrada superior, pela Rua Carlos Pinhão — de modo a reduzir o comprimento dos corredores e a área dos espaços de distribuição (figs. 42; 44).

A obra conclui-se em 1994. A escadaria lateral, para uso público, entre as cotas superior e inferior, não foi construída, retirando uma importante contribuição desta intervenção no regime de acessos urbanos a Pego Longo, e votando as plataformas ao abandono e ao acúmulo de lixo⁴².

Entretanto, no início da década de 1980 — entre os primeiros estudos para o bloco de habitação colectiva na zona sul de Pego Longo, em 1979, e o seu





estudo prévio, em 1988 —, Costa Cabral desenhara o plano de recuperação do núcleo central e os planos para novas zonas de expansão a nascente e a poente do bairro, a que nos referimos anteriormente (fig. 32).

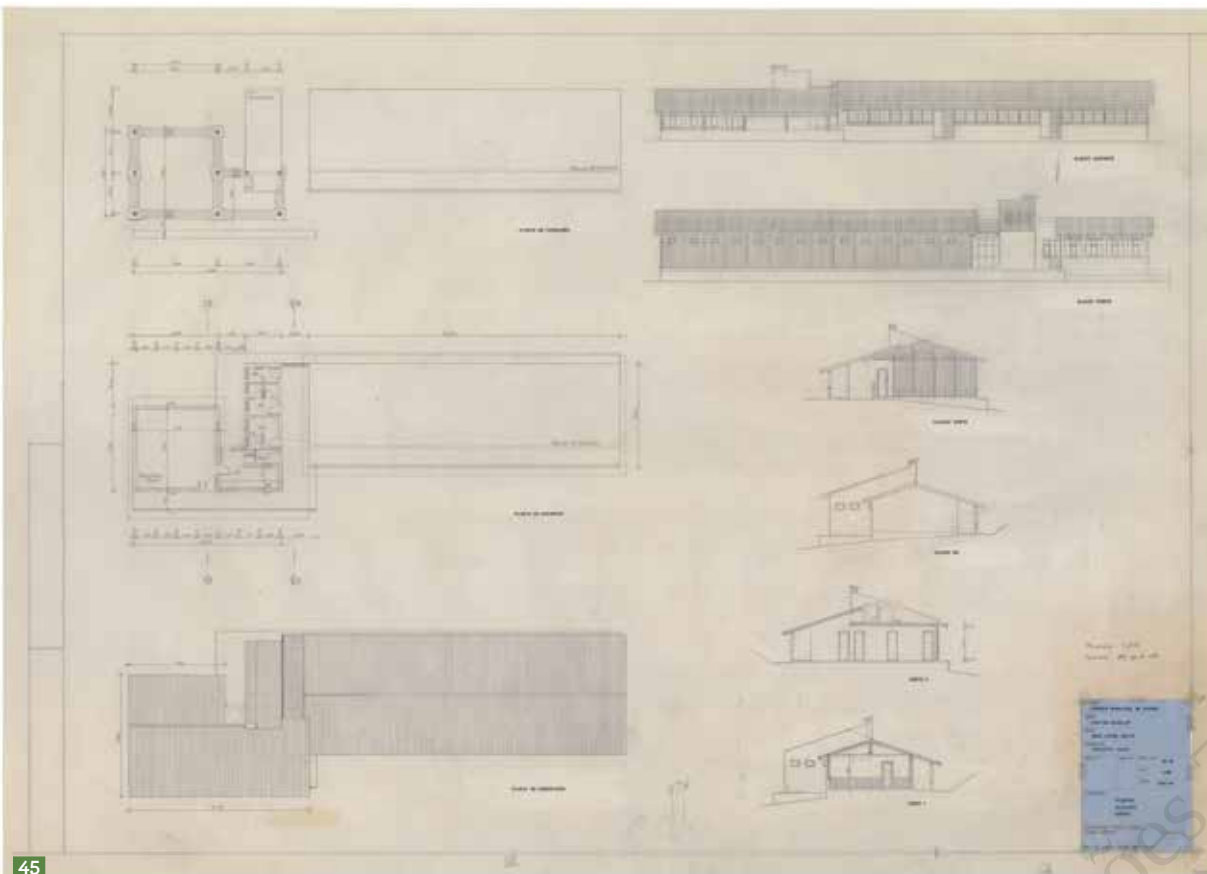
EQUIPAMENTOS E IDENTIDADE

Dotar o bairro de equipamento colectivo era, para Bartolomeu Costa Cabral, uma tarefa de grande importância para a sua consolidação. Por isso, além das áreas habitacionais, o plano prevê, já em 1976⁴³, a criação de um «centro», um «núcleo de equipamento colectivo [...], uma área para actividades desportivas e recreio ao ar livre». O referido equipamento colectivo, pode ainda ler-se na memória descritiva, «localiza-se junto à área livre de desporto e constitui uma zona 'centro' do bairro, onde se estabelece a principal ligação entre a parte existente e a parte nova». Assim, é contemplada a possibilidade de ampliação da escola primária existente⁴⁴, a construção de um ginásio e respectivo balneário, salão de festas e de reuniões, novas instalações para a associação de moradores, escola pré-primária, posto médico e creche. A construção de uma creche, já surgia desde os primeiros estudos, em Março/Abril de 1976⁴⁵.

Também fundamental para Costa Cabral era a criação de áreas verdes; por isso, também já em 1976 estavam previstas zonas arborizadas «principalmente em cortina do lado norte e nascente do bairro, onde se localiza a área destinada a recreio e desporto ao ar livre», segundo plano paisagístico a elaborar. É por essa razão, aliás, que, em Setembro de 1976, a equipa solicita, ao «Conselho de Zona», a colaboração de um arquitecto paisagista para a elaboração do plano dos espaços livres⁴⁶. O mesmo plano previa ainda uma área de quatro hectares para cultivo⁴⁷ pelos moradores, organizados numa pequena cooperativa, indo «ao encontro de um desejo manifestado pela população»⁴⁸. Afinal, como se afirma também na memória descritiva, «a particular situação do bairro, fora de uma continuidade com a área urbana de Queluz, lhe impõe características próprias de que uma relação com o solo através de uma actividade complementar agrícola e a criação de formas mais fortes de vida comunitária serão a contrapartida da sua situação de marginalidade, que pela sua localização é impossível de ultrapassar»⁴⁹.

A cantina escolar

Entretanto, entre Janeiro de 1978 e Dezembro de 1979, durante a construção da fase 1, é elaborado o projecto para uma cantina escolar. Esta, com capacidade



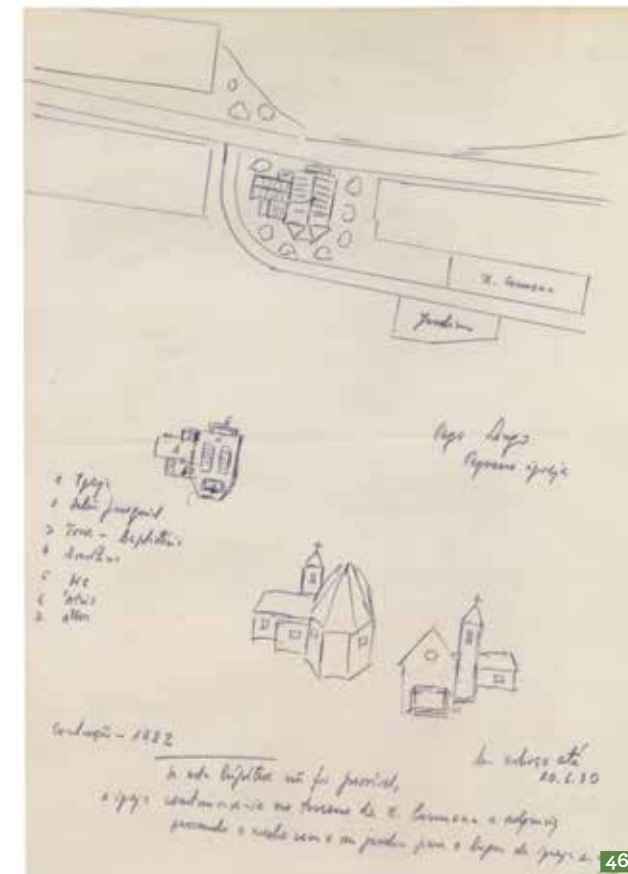
45

para 40 crianças, consiste num edifício apenas à escola primária existente, uma construção pré-fabricada em madeira. O estudo prévio da cantina desenvolve-se em Janeiro de 1978, ainda sem certezas sobre o seu financiamento⁵⁰, e o projecto base é elaborado quase dois anos depois, em Dezembro de 1979 (fig. 45). Mantém-se, nesta proposta, a preocupação com a economia da construção; verifica-se, além disso, com a criação do alpendre que liga a escola, as instalações sanitárias e a sala de refeições, em continuidade com o plano existente, a vontade de incluir espaços exteriores protegidos, de encontro e transição. A construção conclui-se em 1980⁵¹.

A igreja e as habitações na configuração de um espaço central

A construção de um centro paroquial e o edifício de culto são exemplos de abertura e incorporação de iniciativas locais no plano. A localização da igreja, em

72

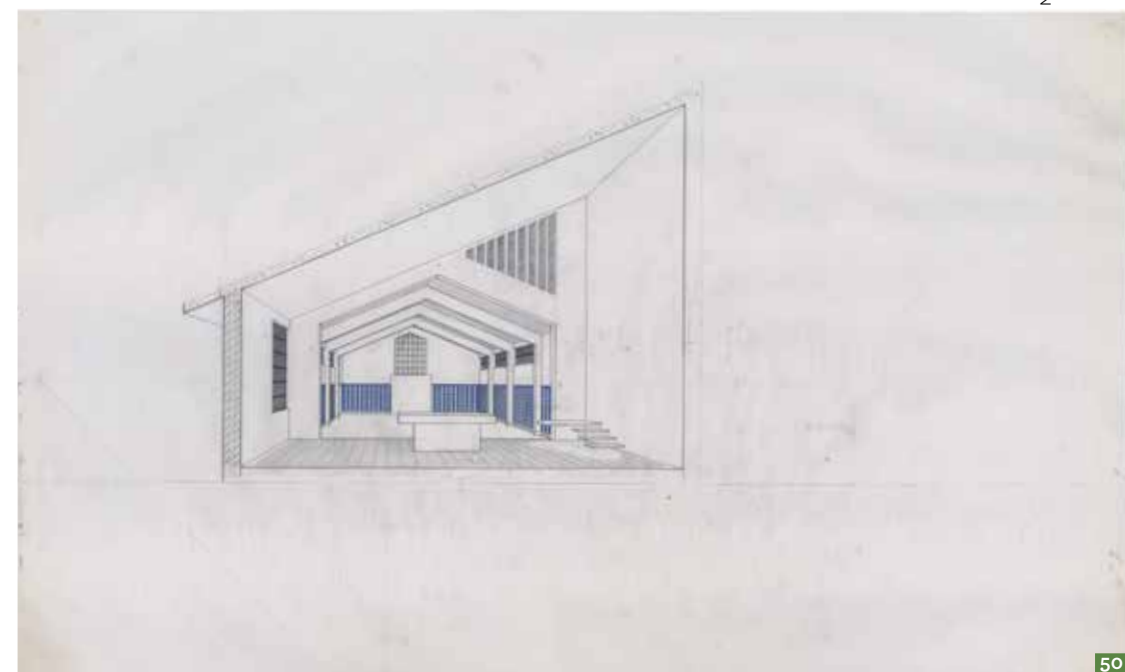
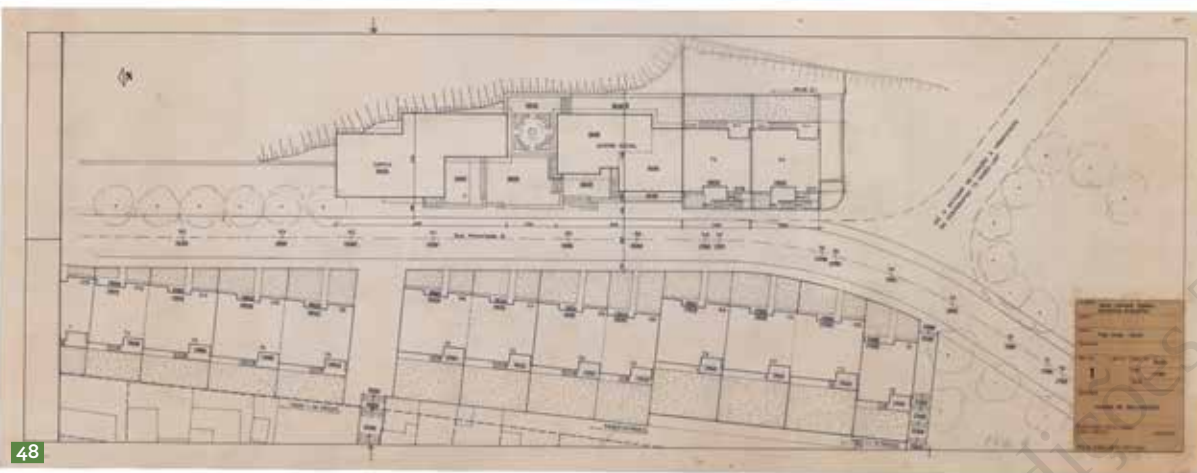
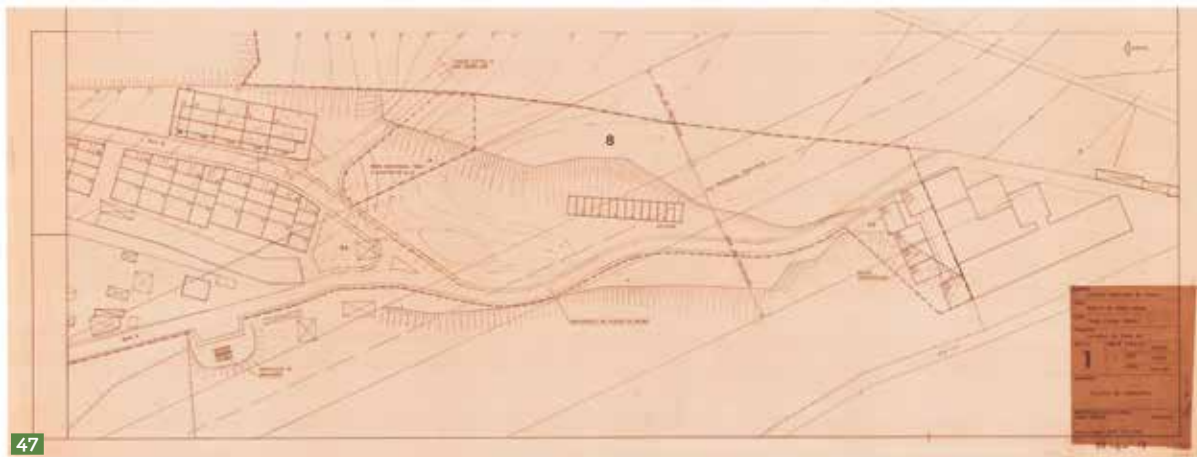


46

concreto, remonta a Maio de 1980, inserida numa proposta para a ocupação da zona sul. A memória descritiva do projecto refere que «foram estabelecidos contactos, com a equipa técnica, para a execução do projecto de uma igreja de culto católico e protestante» — desde logo associada à possibilidade de construção de habitações, em terreno disponível pela expropriação⁵². Com a proposta para a zona sul (fig. 47), o plano do bairro passa, assim, a incluir um grupo de oficinas/armazéns⁵³, cinco moradias — um T4, três T3 e um T0, da futuramente designada fase 6, um edifício de culto e o bloco sul, a que já nos referimos. Uma mudança do local de implantação do edifício de culto conduzirá, contudo, a uma diminuição do número de habitações previstas para a sexta fase, da qual, por essa razão, apenas duas casas serão construídas.

A interpelação do pároco da Igreja Lusitana em Queluz, com significativa obra de apoio social no bairro, incluindo o financiamento de construção de

73



habitações doadas à comissão de moradores, levou à construção da igreja e do centro social (figs. 49 e 50).

Bartolomeu selecciona uma localização junto da via principal de acesso, a qual passa a designar-se Avenida da Igreja. Aí, e construindo um volume entalado entre a pedreira e a via, ou seja, dispondo o corpo principal da igreja paralelamente à via, e com uma orientação com a cabeceira a norte, gera-se um espaço urbano de recepção à igreja delimitado por um programa complementar de salas dedicadas a actividades artesanais, e ainda as três habitações referidas anteriormente (fig. 48). O espaço público definidor desta nova pequena centralidade alinha-se com o espaço intersticial entre os troços 1 e 2 da primeira fase de



construção, reforçando a articulação e permeabilidade urbana do conjunto, e o acesso a partir do núcleo central.

Uma grande elementaridade construtiva, mas com não menos complexidade espacial, é reforçada pela continuidade de uma das águas, assinalando exteriormente o espaço do altar pela excepcionalidade volumétrica (figs. 49, 51). Deste modo, ainda que não tenha sido incluída uma torre propriamente dita, há um volume de pé-direito mais elevado, que surge sobre o altar, situado no extremo oposto ao salão paroquial, e cuja cobertura, com uma água única, não é percebida a partir da rua de acesso; esta solução permite, além disso, a abertura de um vão superior lateral para iluminação poente do altar⁵⁴.

A entrada principal da igreja está protegida por um alpendre (à semelhança das moradias e da cantina escolar, construída no ano em que se iniciam os estudos para a igreja), e a variação do pé-direito contribui para uma maior complexidade espacial e uma transição gradual da escala.

Após várias propostas, e em resposta a um desenho inicial fornecido pelo pastor, em Outubro de 1982 (fig. 46), um novo estudo prévio propõe uma separação entre o edifício da igreja e o do centro social/paroquial (fig. 49). O primeiro engloba, além da sacristia, apenas um escritório e uma sala de espera e está separado do centro paroquial por um pátio. Este último edifício contempla uma sala de convívio, uma biblioteca e uma sala para costura, e ainda um terraço, a cota inferior. O pátio entre a igreja e o centro social assume, neste projecto, lugar de destaque (fig. 49).

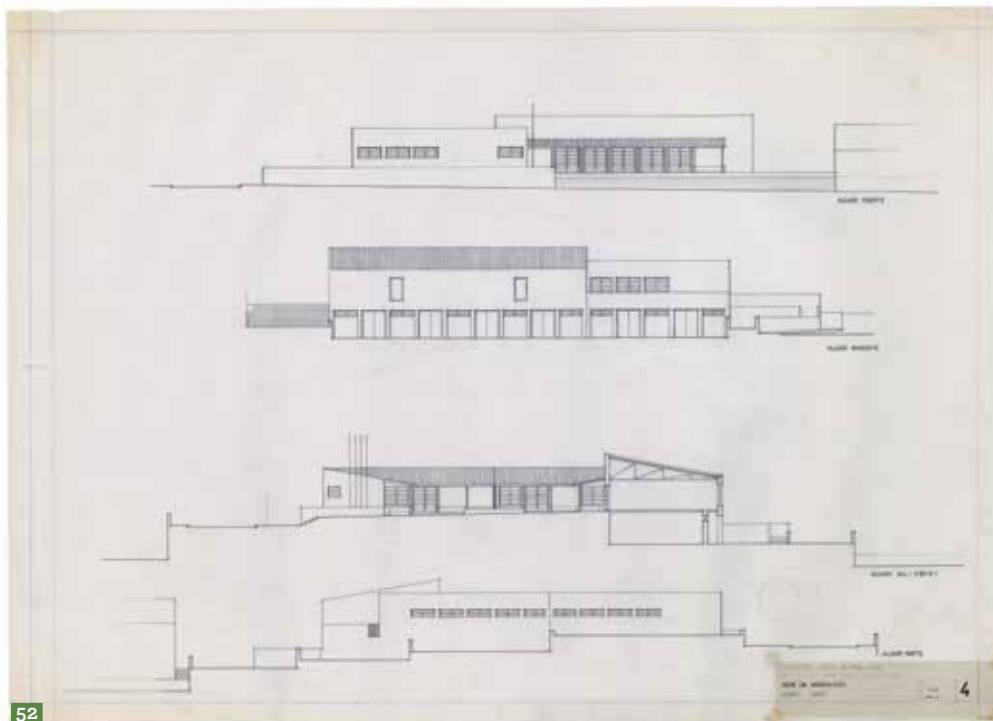
Em Maio de 1984, o edifício da igreja é objecto de novo projecto de execução, e ambos os edifícios são construídos — ainda que com várias adaptações. As telas finais são apresentadas em Junho de 1986.

A sede da associação de moradores

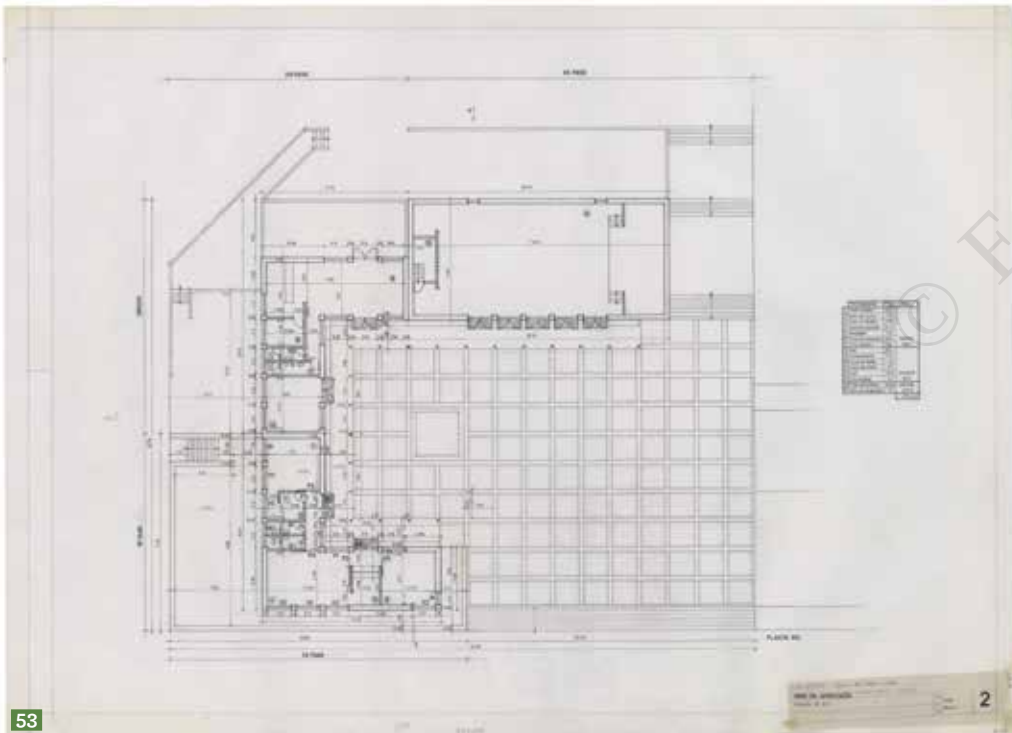
Situada no ponto mais alto do bairro e inserida numa plataforma alargada que remata a Avenida da Igreja, a sede da Associação de Moradores do Bairro do Pego Longo é, pela sua inserção urbana, valorizada. Além disso, a localização é igualmente vantajosa pela proximidade à escola e ao equipamento desportivo, incluído no plano mas não construído.

Inicialmente, a sede da associação de moradores era apenas uma construção pré-fabricada em madeira, que, em 1977, «veio trazer um grande impulso à vida associativa do bairro»⁵⁵ e que incluía um posto médico.

Apesar de as primeiras peças desenhadas referentes à sede da associação datarem de 1988, o seu edifício-sede é parte integrante do plano do bairro desde



52



53

o seu início. Ainda que nas primeiras plantas apenas estivesse representada a localização da sede temporária, estava já contemplada a possibilidade de construção de um «centro paroquial», o qual incluiria, afinal, uma creche, uma sala polivalente e a associação de moradores / cooperativa / posto médico. A estes programas, o edifício da associação aparece associado, em Maio de 1988, ao projecto para uma zona desportiva que incluía, além de um campo de jogos, uma bancada e um balneário⁵⁶.

De acordo com as peças desenhadas em Fevereiro de 1991, o projecto para o novo edifício da associação de moradores organiza-se em piso térreo e cave. No rés-do-chão, em planta em U aberta para um terraço central, precedidos por um alpendre, localizam-se a recepção, a sala da direcção, a sala para atendimento médico (posto médico), a sala de reuniões (a qual poderia funcionar, eventualmente, também como sala de espera), um bar, uma loja e uma sala polivalente com palco e cabine de projecção. Na cave, sob a sala polivalente e com acesso pelo exterior, encontram-se várias salas/oficinas providas de instalações sanitárias (figs. 52 e 53).

À excepção da sala polivalente, a inclinação das coberturas conduz as águas pluviais para o terraço, contribuindo para uma depuração de volumes e da linguagem — particularmente evidente no desenho do alçado poente —, sem prescindir, no entanto, da necessária simplicidade construtiva. A organização em volta de um pátio, em planta, parece remeter, consciente ou inconscientemente, para o edifício da Câmara Municipal de Säynätsalo (Finlândia), projectado por Alvar Aalto, importante referência arquitectónica, ou evocar uma *domus* romana com peristilo.

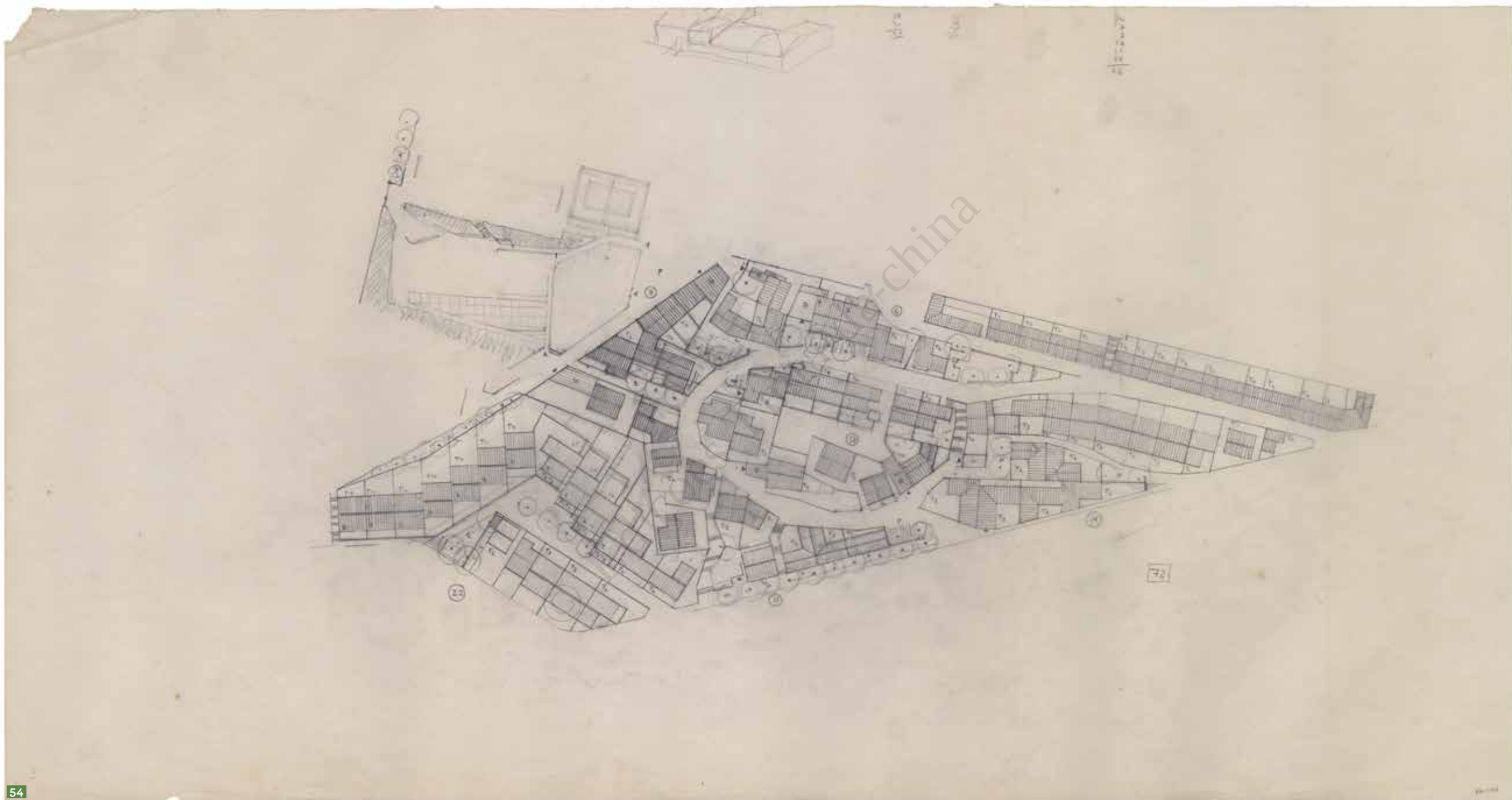
O edifício foi apenas parcialmente construído, tendo os moradores introduzido várias alterações e abdicado do bar e da sala polivalente.

CONSTRUÇÃO ESPONTÂNEA E URBANIDADE EMERGENTE

«Recuperação da Zona Central» (fig. 54), um desenho a grafite à escala 1/500, provavelmente datado de 1982, representa em planta a zona central, reabilitada, do Bairro do Pego Longo. Desenho reflectido, de demorada execução e grande riqueza gráfica (que a passagem a tinta fez perder), nele se identificam os valores sociais, ambientais e arquitectónicos que Bartolomeu Costa Cabral pretendia imprimir na sua coordenação do projecto para o Bairro do Pego Longo: um espe-

⁵² Sede da Associação de Moradores, alçados e corte, Fevereiro 1991.

⁵³ Sede da Associação de Moradores, planta, Fevereiro 1991.



cial respeito pelos lotes, identificados no levantamento realizado em 1976, procedendo a pequenos ajustes de alinhamento, mas **conservando** a riqueza espacial das construções espontâneas; cuidado redobrado no desenho do espaço público através de arborizações **cuidadosamente** desenhadas, **pequenos alargamentos** para estacionamento informal; **ordenamento** de **sequências** de volumes quebrados por estreitas **descontinuidades**, escadarias de **articulação** urbana e atravessamento intersticial; **sequências** de coberturas a desenharem ritmos de construído (como a casa 71, já referida) ordenados por **alinhamentos de construções recuadas** da rua. Resumindo, **esse** desenho **materializa a aspiração** à diversidade tipológica da zona central numa resposta caso-a-caso, mas também **à unidade formal** através do **ritmo acertado de cheios e vazios**, **à integração de espaços verdes na débil urbanidade** projectada, **à qualificação do desenho do espaço público**.

Como refere Bartolomeu, a planificação da zona central «não tinha sido feita [...], dado que havia que tomar em consideração a complexa situação existente e proceder a um exame caso a caso». Se a recuperação do bairro se inicia ainda em 1976 com a construção da casa n.º 71, só em Fevereiro de 1982 se apresenta o plano de pormenor referente ao interior do perímetro do bairro existente, pois só com a edificação das novas habitações construídas na fase 1, e a consequente demolição de «um número considerável de barracas», foi possível proceder à sua elaboração.

Este plano reconhece «a estrutura geral urbanística existente, conforme a linha de orientação do Plano Geral de Urbanização», e propõe uma variedade de soluções que resultam da própria diversidade das construções e das características dos lotes existentes, ou seja, os projectos a elaborar têm de ser estudados caso a caso. Apesar disso, «[s]empre que possível, preferiram-se tipos de casa semelhantes às dos projectos já elaborados», embora, de modo a assegurar os afastamentos mínimos regulamentares, «teve de se prever outros tipos de casa nomeadamente casas em 'L'». A par da economia tipológica, considerou-se, em alguns casos, uma ocupação comercial do rés-do-chão e a existência de pequenas garagens individuais. E «[s]empre que possível previram-se pequenos largos constituindo áreas de estacionamento.»

O plano estabelece novos limites, procurando respeitar os dos lotes existentes⁵⁷ e será «executado no tempo à medida das possibilidades de cada caso». Considera as «casas que foram construídas com projectos individualizados elaborados pela equipe e que foram aprovados pela câmara» e as «casas construídas clandestinamente mas que [...] são susceptíveis de [...] processo de legalização». Prevê também uma «compatibilização com a actual situação do terreno, de

modo a permitir a execução das casas sem obrigar a realojamento quando da [...] construção» e, além disso, «nos lotes urbanos que não foram incluídos no processo de expropriação, indicou-se um princípio de alinhamento e tipos de casa a que ficarão sujeitos»⁵⁸.

A abissal diferença entre o projectado e a realidade construída da zona central revela, afinal, a utopia não cumprida de uma hipótese harmoniosa de periferia, o optimismo de Bartolomeu na aceitação do diverso, da expressão plástica espontânea, tal como é possível observar numa fotografia captada em visita ao bairro, que regista as poucas moradias construídas segundo as suas directrizes e vários lotes que permanecem vazios após as necessárias demolições.

Tomar a complexidade da periferia urbana, incorporando as ocupações espontâneas no projecto de reabilitação e ampliação, ou a possibilidade de construção de uma urbanidade alternativa onde hortas, oficinas, habitações e equipamentos convivem articuladamente, eram objectivos iniciais do projecto. De facto, através de um meticuloso levantamento, Costa Cabral regista as construções clandestinas, barracas e lotes como valor social e económico, permitindo a rápida e urgente indicação de demolições, reconstruções, ampliações, ou a necessária edificação de raiz. É a valorização das preexistências que o leva a investir na criação de um modelo de habitação adaptado à dimensão dos lotes espontâneos, permitindo a autoconstrução, e a estruturar o acesso urbano através de uma via de expansão destinada ao realojamento, considerando a posterior reabilitação da zona central. Essa singular abordagem, no contexto do desenho urbano e do processo SAAL, exalta a complexidade espacial e ambiental das implantações «espontâneas» como qualidade a preservar na área central de intervenção, e adquire directas implicações metodológicas no processo de projecto, materializadas no modelo urbano das áreas de expansão.

BARTOLOMEU COSTA CABRAL, SAAL PEGO LONGO

CARLOS MACHADO



1.

O projecto SAAL para Pego Longo e os seus resultados — aquilo que hoje podemos ver no local como fruto de um longo processo de projecto e obra — são difíceis de compreender, não só porque o projecto e a obra se estendem muito no tempo, mas também porque a metodologia adoptada é experimental, reflexo da perplexidade perante o que fazer depois de reconhecida a falência/dissolução da Carta de Atenas (publicada na revista *Arquitectura*, com tradução de M. Costa Martins e Nuno Teotónio Pereira, com quem Bartolomeu Costa Cabral trabalhou muitos anos e a quem sempre permaneceu ligado). Metodologia aparentemente desordenada e seguramente empírica como resposta ao vazio criado pela ausência de modelos, à desconfiança pela teoria, à intuição de que é necessário regressar à cidade «como sempre foi feita»¹, sem saber como. Uma metodologia que decorre também de um acompanhamento atento e de uma participação activa nas aventuras intelectuais dos arquitectos portugueses no pós-guerra,

sobretudo daqueles para quem a arquitectura deve ser simultaneamente feita e pensada, na qual o pensar e o fazer se sobrepõem.

Importa, desde já, referir o círculo alargado no qual se move Bartolomeu Costa Cabral, do qual fazem parte Nuno Teotónio Pereira, Nuno Portas, Pedro Vieira de Almeida, Vítor Figueiredo, entre outros. Fernando Távora era, no Norte, o protagonista dessa revisão crítica que tanto entusiasmou os jovens arquitectos. Irá propor, logo em 1947, um estudo «realista» do «meio português e da arquitectura portuguesa existente», não como procura de modelos, «o problema não é meramente estético ou formal», mas como ponto de partida para uma arquitectura que resultará necessariamente de um conhecimento mais profundo «do homem e da terra»². O experimentalismo permitirá romper, ainda que com todas as inseguranças daí decorrentes (e uma permanente disponibilidade para a autocrítica), o formalismo que resultou da transformação do movimento moderno numa linguagem «pacificada» e internacional (que nunca foi), num minimalismo elegante que se vulgarizou como uma arquitectura de «bom gosto» ensimesmada nos seus preconceitos (*bons a tout faire*). Será nos textos de Vítor Figueiredo que a revisão crítica do movimento moderno e da Carta de Atenas encontrará a sua mais explícita formulação. Autor aqui convocado como um paralelo que nos permitirá compreender, imersa num movimento colectivo que ia muito além da arquitectura, a singularidade da obra de Bartolomeu Costa Cabral.

Ao arquitecto de hoje — diz Vítor Figueiredo — só um «critério de experiência» é lícito; um critério que não recuse dado algum do real — que, esse sim, existe, mas só como matéria para ensaios, procuras mais ou menos orientadas e nunca para soluções apriorísticas e necessariamente abstractas — e busque servi-lo e orientá-lo, humildemente mas com a certeza de não se ter enganado no trajecto.³

Sobre o real escreve também Fernando Távora, poucos anos depois:

[À] nossa arquitectura [...] preside, quase fundamentalmente, um critério de «gosto», facto que lhe imprime características bem diversas daquelas que ela deveria manifestar, para além de todos os inconvenientes de julgamento e decisão pessoal que tal critério acarreta e de inteira fuga das realidades reais — passe a expressão — que a deveriam enquadrar.⁴

Gosto e preconceito tendem a coincidir e a anular a abertura necessária às condições topográficas e sociais em permanente mutação. A referência ao predomí-

nio do «gosto» — que tanto existe na «casa à antiga portuguesa» como no «estilo internacional» — é o apelo a uma dimensão realista na avaliação dos resultados conseguidos.

2.

Falamos de uma abertura à realidade que é condição, paradoxalmente, de uma adesão necessária, mas problemática, à arquitectura moderna enquanto *projecto* (*inacabado*, como dirá anos mais tarde Jürgen Habermas⁵). Um realismo que se reconhece, não tanto na acomodação ao mundo tal como ele é (supostamente) — e toda a crítica que se fará à expedição de Venturi e Scott Brown a Las Vegas⁶ decorrerá daí —, mas no mundo tal como ele existe enquanto potência, no qual o real é uma promessa, a única promessa, do realizável. Em vez da «[...] servil representação embelezada das coisas tal como existem — escreve Vittorio Gregotti —, [...] a *inventio* latina, o árduo descobrir do que no universo já existe», o que pressupõe mapear «novas tomadas de consciência, até mesmo do sublime ou do abismo que está perante nós [...]»⁷.

Fundar o projecto na adesão ao real, e na sua contínua transmutação, pressupõe deduzir desse confronto respostas formais que o expressem, nas quais um *projecto comum* se reconheça. Trata-se de responder a uma tensão entre aquilo que existe de facto e aquilo que existe em potência. Essa tensão perscruta o real, e o passado como parte do real, na procura de uma arquitectura que a alimente: uma arquitectura que se reconhece na sua história, no seu longo passado — que inclui, obviamente, o legado do movimento moderno, mas que recusa o idealismo abstracto no qual acabou por se diluir. Uma arquitectura que reconhece a historicidade do movimento moderno, a sua longa gestação (nunca ignorada pelos melhores historiadores — Kaufmann, Giedion, ou Tafuri, por exemplo —, nem pelos seus mais importantes protagonistas).

As formas e a vida que elas acolhem são interdependentes, são uma construção contínua, e pressupõem, em alguns casos, um gesto de negação — a ausência do arquitecto é, por vezes, a condição do projecto. Lembre-se o episódio no qual Vítor Figueiredo, perante a encomenda de construir uma casa impossível — «Tinham comprado um lote de terreno perpendicular a uma avenida [...]. Percebi que ele queria um quarto grande para poder estar e que gostava de vacas» —, responde com a abstenção, propondo a aquisição de uma casa existente, adequada à vida rural que os donos pretendiam — «Vive lá feliz, na quinta da Azenha Nova, [...] tem as suas vacas e os seus bois charoleses e eu acho que foi o

meu melhor projecto!»⁸ A arquitectura de Pego Longo vai neste sentido. Nada é definido *a priori*, tudo está em aberto (em «processo», como se dizia sobre o SAAL), e o papel do arquitecto é acolher, com a máxima disponibilidade e rigor, aquilo que a comissão de moradores — e os moradores «fora da comissão» — antevêem como possível (como desejável). Daí os compromissos, as cedências ao gosto de cada um, às imposições ou constrangimentos das entidades oficiais e dos financiamentos disponíveis. Daí também a consciência muito clara, sedimentada ao longo do tempo, de que o essencial está no comum, na organização topográfica de um acolhimento que a todos responda. Creio bem que nunca Bartolomeu Costa Cabral reconheceu, tão engrandecida, no fazer do dia-a-dia, a dignidade do seu trabalho, o seu papel enquanto arquitecto. Daí o cuidado com que desenhava todos os levantamentos, com que propunha ligeiras correcções de implantação, com que fazia e refazia, sem cessar, os mesmos desenhos, com que fotografava as pessoas e os lugares, para não os perder, para que dele fizessem parte, para que o ser e o fazer tendessem a coincidir. Daí também a sua longa e continuada paixão por aquele lugar e aquela gente.

Perante a sucessão das diferentes fases de projecto e obra que deram origem ao que é hoje o Bairro do Pego Longo, surge viva, perante nós, a disponibilidade do seu autor para responder às múltiplas solicitações que a relação continuada entre a comunidade dos habitantes organizados em associação e a cidade foi continuamente gerando. Na procura de um equilíbrio a raiar o impossível (no qual estão presentes *o sublime e o abismo*, como bem vê Gregotti), Bartolomeu Costa Cabral, num movimento contínuo de aproximação ao realizável, tende a dissolver-se no comum que o rodeia e solicita. As pessoas e a topografia sobrepõem-se, fundem-se num plano único. A vida do dia-a-dia confunde-se com os muros e as paredes de uma arquitectura conquistada através da adequação a uma realidade dinâmica na qual não só as casas, mas também as pessoas, se constroem.

Vítor Figueiredo escreveu também:

Fala-se em integrar o homem num real, talvez apenas definido a partir do passado pela impotência de se lhe juntar uma perspectiva de homem futuro, que hoje não se pode conceber de uma maneira simplista. [...] o homem não é apenas um ser situado; ainda e mais que tudo, [o homem é] um ser em projecto, um ser empenhado. Daí o requerer-se para uma arquitectura válida uma concepção do mundo que necessariamente a terá de explicar e justificar; outrossim retomaremos necessariamente um critério de realidade contra um critério de experiência (pois que o real nos surgirá

de novo como estático [...]), um abstracto idealista contra um humanismo concreto. Com um vício suplementar de que não informava o racionalismo; a inconsequência e a confusão.⁹

As *realidades reais* de que fala Fernando Távora não são estáticas.

3.

O problema do realismo em arquitectura apresenta aspectos particulares. Não há nada para representar. O objecto e a sua representação coincidem. É na sua razão de ser, na sua necessidade — como nota Giorgio Grassi —, que a adesão da arquitectura ao real se manifesta¹⁰. Quando a sua presença nos faz reconhecer, através do seu poder evocativo, a sua pertença a uma longa tradição. E esta implica sempre uma dimensão acolhedora, no sentido amplo do termo, i.e., disponível para acomodar a vida nas suas múltiplas facetas, algumas imprevisíveis, e, portanto, não redutíveis a um qualquer funcionalismo (uma divisão do viver em funções), mas, pelo contrário, aberta à sua alteração ou sobreposição.

Importa sublinhar que reconhecer as limitações de uma identificação rígida, ou esquemática, das funções, não implicou nunca, para Bartolomeu Costa Cabral, para Vítor Figueiredo, para Fernando Távora, etc., recusar a arquitectura moderna, mas sim o seu esquematismo (o seu progressivo anquilosamento). Pressupôs sempre, pelo contrário, enriquecê-la com novas valências. «O novo deve ultrapassar o velho — disse Brecht a propósito do realismo — mas deve ao mesmo tempo tê-lo dentro de si, ‘superá-lo’. [...] Há coisas novas, mas que nascem da luta com as velhas, não sem estas, nem a partir do nada»¹¹. As «coisas velhas», neste caso, são o movimento moderno, bem como toda a arquitectura que o antecedeu.

O realismo, tal como o entendo, surge da tensão entre naturalismo e abstracção, entre a tendência a repetir o que existe e a necessidade de encontrar no particular a possibilidade de expressar o universal (lembre-se a *inventio* latina, de que fala Vittorio Gregotti). As obras são, por um lado, a resposta a uma singularidade, no espaço e no tempo, e, por outro, contêm «a tensão generalizante que caracteriza a experiência histórica da arquitectura»¹² na qual está contida a sua dimensão utópica. «Ser realista significa [...] ser concreto e abrir possibilidades de abstracção»¹³, dirá também Bertolt Brecht.

Do *real* — ao qual muitos arquitectos da geração de Bartolomeu Costa Cabral consideraram necessária *uma aproximação*, como escreveu Sergio Fernandez¹⁴

— faz parte, em Pego Longo, a origem rural dos habitantes, à qual o projecto responde integrando as casas unifamiliares já existentes, tomando-as de algum modo como modelo para as novas casas a construir. Pondo em evidência não só a transposição de uma cultura originária exterior (pelo menos nas primeiras gerações), mas também a necessidade de um novo enraizamento, ou seja, a criação de comunidades urbanas.

Em Pego Longo, a diluição da autoria é a utopia de *outra* autoria. De uma arquitectura que se faz a partir da conjugação do singular e do comum. Talvez a propósito desta obra, mais do que de qualquer outra no Portugal democrático saído do 25 de Abril, se possa citar aquela frase de Rousseau sobre a dimensão necessariamente pública da alegria: «Rousseau disse aquela palavra utópica de que ‘só uma alegria pública é uma pura alegria’, *Lettre à M. d’Alembert*, declaração que nem no juízo final poderá ser compreendida, embora tenha a potência desmedida do que é absolutamente certo»¹⁵. O conjunto SAAL de Pego Longo é, sobretudo, a procura dessa alegria impossível ou utópica, na qual a autoria, sem desaparecer (antes pelo contrário, é talvez a sua obra mais pessoal), se dissolve — uma alegria que Bartolomeu Costa Cabral sempre perseguiu, com dedicação e tenacidade.

SECÇÃO 2

DOCUMENTOS

DEPOIMENTOS

NUNO PORTAS

1. O chamado processo SAAL tinha acumulado, fins de '75 e devido à sua formulação «alternativa» em relação às formas convencionais das políticas de alojamento, um largo contencioso quer como via autónoma de promoção de habitação, quer como bandeira que a prática tinha ligado, na imagem pública e na actuação de vários dos seus agentes, às vanguardas das políticas, quer ainda enquanto serviço «paralelo» frente aos serviços preexistentes tanto das direcções-gerais (e Fundo de Fomento da Habitação) quer de várias câmaras municipais.

2. A segunda e terceira razões levam ao segundo despacho conjunto de '76, que para muitos ficou designado por «extinção do SAAL», e para outros de simples «repor do processo no seu lugar». Não oferece grandes dúvidas que, «subjectivamente», se pretendia desacelerar as operações iniciadas e desencorajar novas iniciativas, dando a impressão de que apenas se estavam a corrigir excessos, que aliás não se objectivaram, ainda que não custe admitir que nalguns casos tivessem existido, provavelmente menos graves que os de outros programas que não mereceram até hoje tão ruidoso zelo da administração.

Extinguindo um serviço paralelo que havia sido criado para montar o sistema de apoio directo às associações de moradores e respectivas brigadas, e transferindo as decisões de apoio ou suspensão para os executivos (eleitos e serviços) de cada câmara municipal, os governantes da altura sabiam que os serviços técnicos camarários tradicionais e a burocracia ineficaz do FFH se encarregariam, com o tempo, de desmobilizar os moradores e técnicos envolvidos em numerosos dos casos em curso.

Tratava-se de desmontar um sistema de pressão — o tal serviço paralelo, tão legítimo como qualquer outro, e, note-se, criado **dentro** do próprio órgão central da política de habitação do Estado (e não num gabinete ministerial como, por exemplo, se faria depois com os pré-fabricados ditos para retornados) — abandonando o destino da «fórmula SAAL» àquelas autarquias que não só com ele concordassem mas, ainda, que estivessem dispostas a lutar por um sistema que, obviamente, o poder central não privilegiava. O menos que se poderá dizer é que nunca se viu, da parte do Governo, tão grande preocupação com a autonomia municipal...

3. Curiosamente em poucos meses, o processo SAAL tinha provocado a elaboração de um número de projectos apreciável — muito superior ao produzido, no mesmo período, por qualquer outro sector do Estado, o que lhe granjeava

ainda mais inimigos, os inimigos do que se produz com entusiasmo, dos técnicos como dos utentes no caso — e projectos que eram inovadores, em muitos casos, dentro do costume da habitação social. Em Portugal: projectos evolutivos, uns; agrupamentos de baixa altura, na maioria; conjuntos adaptados a médias empresas e ainda, nalguns casos, capazes de incorporar alguma autoconstrução. Não é por acaso que quase todas as obras do FFH iniciadas até '77 utilizaram projectos antigos (e a meia dúzia de empreiteiros do clube habitual) enquanto o SAAL, sem que isso atrasasse o início das obras, pôde fazer projectos adaptados, com maior ou menor arte, aos grupos sociais e aos sítios a que se destinavam e capazes de diversificar o tipo de empresas ou cooperativas de construção com preferência pelas de média ou pequena dimensão.

4. Já sabemos que, para muita gente, lembrar o que a Constituição consagrou no que respeita ao papel que podem ter as organizações populares de base ou à obrigação do art.º 268.º de desburocratizar o aparelho de Estado, aproximando-o das populações a que se destina o seu trabalho, é falar de sonhos (inopertunos) ou de preconceitos (classificados de vagos) que se escrevem mas não podem ser postos em prática. E, no entanto, a experiência SAAL antecipou, com **êxito**, dadas as condições do país, e na **prática**, esse preceito constitucional, apontando um caminho que tem de generalizar-se a outros programas de acção e não de ser abafado, como se pretendeu ou ainda se pretende fazer. Simplesmente, muitas das associações de moradores tiveram tempo para entender as vantagens que o processo lhes poderia trazer e, onde encontraram suficiente apoio das autarquias, — nem sempre com resultados práticos satisfatórios, porque delas não dependiam mas sim de organismos centrais —, não desmobilizaram às primeiras e continuaram pressionando, para obterem os alojamentos localizados, programados, projectados, construídos e atribuídos com eles e por eles — na medida em que quisessem ou pudessem fazer.

Parece acontecer que hoje, mesmo municípios que desconfiavam do processo, porque conduzido inicialmente por políticos ou técnicos de outras opções partidárias (ou simplesmente urbanísticas), voltam a lançar mão dos terrenos em boa hora conseguidos e dos projectos absurdamente interrompidos talvez porque... já vejam com outros olhos que não se tratava de manipulação ou demagogia como se andou a fazer constar. Talvez porque já se tenham dado conta que na emperrada máquina dos organismos estatais que tratam da urbanização, dos terrenos e das casas quase nada mudou no funcionamento burocrático, arrasado, desconfiado, rotineiro, com que os problemas continuam a ser tratados,

nomeadamente quando levantados pelas câmaras, quaisquer que sejam as respectivas cores políticas, ou quando pressionados pelas populações em vez de o serem pelos promotores imobiliários mais influentes.

5. Para além do essencial do processo SAAL — o seu carácter, precisamente, **processual**, isto é, interactivo, participado, tendencialmente autogestionário, como reconheceria, aliás, a Conferência de Vancouver, da Organização das Nações Unidas —, é importante chamar a atenção para uma querela político-técnica que o SAAL teria o mérito de levantar e que também contribuiu para o paralisar nas suas principais cidades, Lisboa e Porto. Refiro-me ao princípio geral de edificar, para as renovar, nas próprias áreas degradadas em que habitavam os membros das associações, contrariando inevitavelmente a lógica da consagração da renda fundiária que presidia a quase todos os planos existentes. Refiro-me ainda ao critério de projecto que presidiu à maior parte dessas realizações — e bem —, de rejeitar a receita dos blocos isolados em espaços amarelos do costume profissional, para dar preferência aos **tipos e escalas da edificação existente** que correspondia, ainda por cima, à preferência natural das populações — os agrupamentos de dois ou três pisos com contacto muito directo com as ruas e espaços exteriores e, muitas vezes, com pequenos pátios privativos; outras vezes, misturando construção nova com a recuperação de edifícios degradados, aproveitando a própria tipologia de habitação operária. E aqui veio o velho argumento, aliás tecnicamente mal informado, de que as soluções desaproveitavam terrenos tão valiosamente situados, continuando tais técnicos a confundir densidade com altura dos prédios, como se fossem especuladores imobiliários e a desconhecer o absurdo da densificação — terciarização das áreas históricas do ponto de vista da gestão dos transportes ou da vitalidade das zonas centrais. Para muitos burocratas do «antigamente», já era um mal que «essa gente» ficasse em áreas que podiam ser tão valiosas... para outra gente. Mas ainda por cima com moradias (que escândalo! ficavam pelos mesmos preços ou mais baratas do que os andares camarários ou do FFH) quando se podiam fazer torres e grandes blocos e meter muito mais gente, já era exigir demasiado de funcionários tão zelosos dos interesses (dos cofres) públicos!

6. E no entanto o princípio de recuperação no próprio sítio e com a própria comunidade era, desde o início, duplamente intencional — primeiro porque a proximidade das operações era condição do sistema de controle e de cooperação que se pretendia generalizar e, segundo, porque a presunção de que bom

número dessas áreas (não todas, obviamente) tinha localizações de relativa centralidade que se tinham já tornado, com a evolução da cidade, «conquistas» das populações, obrigava politicamente a administração a assegurar que a melhoria das condições de alojamento não se fizesse, uma vez mais, à custa da sua erradicação. E quando se argumentou que tal princípio contrariava os planos (no país onde nenhum plano se aprovava ou se cumpria quando de interesses privados se tratava) procurava-se, como de costume, fingir que os planos estavam acima dos interesses de classe e evitar que, em face das novas condições políticas eram os planos e não os legítimos interesses dos moradores que tinham de ser revistos.

7. Todas estas resistências eram previsíveis e porque toda a transição se caracteriza pela co-presença de formações ou elementos conflitivos é que se montou, e quanto antes um sistema de comando das operações de alojamento que não repousava, não podia repousar, na confiança nos serviços de um aparelho de Estado simultaneamente autoritário e emperrado, justificando-se, sempre que lhe convém, com a divisão de competências e os trâmites legais, enredado em guerrilhas do antes e do depois de Abril, sempre arbitrário nos seus gastos mas desconfiado dos gastos das organizações autónomas, sejam autarquias ou cooperativas.

Por esta razão, aqueles radicalistas que então denunciavam os propósitos do SAAL como enganadores das populações porque «não estava definida uma política popular de habitação e não tinham sido resolvidos antes os entraves que o próprio Estado interpunha na sua execução» ou estavam de boa-fé mas não percebiam nada do processo de transição, ou estavam de má-fé e eram eles próprios os interessados em arrastar as populações para o «quanto pior melhor». A posição activa proposta no programa do SAAL às populações nele interessadas decorria, evidentemente, da consciência de que o aparelho de Estado reflectiria, por tempo indeterminável, interesses contraditórios (de que as próprias brigadas técnicas não se mostravam isentas, partes que eram também desse aparelho), interesses esses que, para serem resolvidos a favor das classes subalternas, exigiam a intervenção directa, colectivamente exercida, dos próprios interessados.

8. Para além desta razão, outras havia, de fundo, para abrir a possibilidade de intervenção dos moradores no processo de produção do seu próprio *habitat* e que tem que ver com as decisões qualitativas que os administrativos e os técnicos

tomam por eles em nome de racionalidades (particulares) que não podem continuar ao abrigo da dúvida ou da crítica — nomeadamente quanto aos programas e tipologias do alojamento (dentro de certos limites de custo), quanto à organização das casas, quanto à distribuição pelos interessados, quanto à sua melhoria ou modificação posterior.

9. Isto dito, longe de mim a ideia de que o carácter processual e interactivo que caracteriza o SAAL justifica toda a gama de indefinições e improvisações que acompanharam os primeiros meses de lançamento do que se começou por encarar, é bom lembrá-lo, apenas como um conjunto de experiências-piloto a generalizar em prazo suficiente, para aplanar alguns dos obstáculos, preparar grupos técnicos de enquadramento e, sobretudo, regular as condições de financiamento e os controlos mínimos do processo de projecto e obra.

Mas aí o processo deflagrou **em extensão** aumentando, é certo, a sua capacidade de pressão sobre o Estado mas vindo a sofrer, por outro lado, da improvisação do apoio técnico em vários casos e da indefinição de condicionamentos que não só exigiam tempo para concertar entre vários departamentos estatais como exigiam também tempo para discutir o realismo dessas condições com os próprios interessados — o que sucedeu com o projecto de decreto de financiamento dos controlos legais que foi preparado pelos serviços do SAAL depois de discutido com representantes das associações de moradores, e que no final do III Governo Provisório não viria a ser promulgado. Mas de facto, na parte que me toca, e que não posso subestimar, viria a acontecer que me faltaria o tempo suficiente para consolidar o lado institucional do processo e pô-lo ao abrigo das fáceis denúncias legalistas ou dos abusos burocráticos, como também de exigências demagógicas, insustentáveis na prática e, portanto, com inevitáveis efeitos de bumerangue sobre os próprios interessados.

10. Aconteceria ainda com o SAAL que o conjunto das brigadas técnicas e dos serviços coordenadores se viria, na prática, a tornar demasiado **indiscreto** — quer pela liderança dos próprios movimentos sociais a que se atiraram com furor alguns proselitistas (nem sempre coincidindo com igual esforço na aplicação dos conhecimentos profissionais que os seus clientes deles esperavam), quer pelas guerras arquitectónicas ou urbanísticas a que se devotaram, prolongando hábitos de certa arrogância em face das entidades públicas, adquiridos na profissão liberal ao tempo dos bairros do fascismo, mas capeados agora pela vontade popular em luta contra o aparelho estatal da burguesia. Com

frequência, mais papistas (os técnicos e, hegemonicamente, os arquitectos) do que o papa (as populações, naturalmente mal esclarecidas em matéria técnica...), algumas brigadas, como alguns dos elementos coordenadores, conduziram essas mesmas populações a sustentar lutas efectivamente secundárias, se vistas à luz do que estava em jogo, a recusarem, pela insistência em critérios pelo menos discutíveis, a possível e portanto necessária concertação com outros serviços do Estado e designadamente os camarários, onde se barricavam os inimigos mais próximos mas onde era imperioso encontrar os aliados, sob pena de rejeição irremediável da experiência.

Mas este problema não tinha solução por decreto e também sabemos que bastaria haver alguns, poucos, casos flagrantes de «abuso de poder» por parte do corpo técnico do SAAL — como, aliás, sempre existiram nos outros programas convencionais — para servirem de argumento fácil aos muitos interesses que se iam coligando dentro e fora da administração (empresas, partidos, serviços técnicos municipais, etc.) para abafar à nascença uma experiência que rompia premeditadamente com as redes de influência e as redes de poder estabelecidas.

Não se trata, naturalmente, de justificar ou desculpar os responsáveis, múltiplos, pela situação a que se chegou no que toca a esta experiência — trata-se apenas de comentar o facto de até agora as duas ou três centenas de técnicos envolvidos não terem procedido, além das reivindicações político-profissionais, a uma análise (auto)crítica da própria actuação, quer junto dos moradores, quer nas relações com o restante aparelho, central e local, quer ainda quanto à qualidade da produção projectual.

11. Contas feitas, diria: «O SAAL morreu, viva o SAAL!» — sobretudo na medida em que a vida cooperativa se expandiu, entretanto, nas classes trabalhadoras, com grande rapidez, aproveitando já da experiência SAAL, aparecendo muito mais apoiada por muitas das câmaras e beneficiando de regimes de financiamento, melhores ou piores, mas agora, finalmente, esclarecidos. Nas cooperativas de habitação económica cuja composição social não se afasta, em muitos casos, da das associações SAAL, já a escritura técnica não aparece com a importância, diria hegemónica, ou, pelo menos, autonomista, que assumiu no SAAL, assemelhando-se aí as relações dos profissionais com os cooperadores assemelham-se às relações do técnico liberal com o cliente, neste caso organizado colectivamente e conhecido desde o início. Mas mesmo assim contam-se já por dezenas os casos de cooperativas em que se verifica um certo nível de discussão das soluções com os interessados, desde a escolha do terreno ao pro-

grama, ao projecto e, naturalmente, aos critérios de distribuição. O que não é de subestimar.

Mas mesmo as operações SAAL, de origem, nos concelhos onde os novos eleitos tomaram atitudes de desconfiança ou de hostilidade — direito que um defensor do poder local democrático lhes não nega ainda que nos assista, a todos, também o direito de criticar o sentido político da actuação dos eleitos —, após as lamentáveis paralisações impostas à maioria dos empreendimentos, tendem a recomeçar uma após outra, devido à persistência das populações interessadas e das equipas de técnicos que subsistem e devido, sobretudo, à falta de alternativas de outros programas. No Porto, a contra-ofensiva dos responsáveis camarários é até hoje a mais persistente e absurda (ou politicamente reveladora), tanto mais que foi na cidade do Porto que o conjunto das operações apresenta maior lógica urbana e onde, em média, os projectos são mais qualificados e de menor custo — e absurda porque se sabe que a administração camarária não tem outro argumento visível do que o querer substituir esses projectos, inegavelmente bem integrados na malha urbana histórica da cidade e fruto de longa discussão com a população... pelos projectos-tipo de blocos ou torres dos bairros camarários de antigamente!

Trata-se, portanto, de puro revanchismo dos serviços contra a produção das brigadas SAAL que, nos dois primeiros anos da revolução se tinham oposto, precisamente, à «política dos bairros camarários» e do obsoleto plano Auzelle... e ter-se-á de reconhecer que as vítimas desta guerra são, uma vez mais, as classes populares mal alojadas.

Não se infira um excesso de optimismo neste comentário: a retomada das operações — aceite como se se tratasse de um mal menor, em certos casos — não significa que os responsáveis locais tenham finalmente entendido o alcance inovador do programa e estejam dispostos a encorajar a «via participada ao alojamento» em novos programas, nem significa que as qualidades estejam vencidas com a luz verde dada às operações (ou algumas delas) interrompidas. Todos sabemos que a famosa devolução às autarquias da responsabilidade pelas operações SAAL (e porque não de todos os outros programas?) não se fez acompanhar nem da garantia de meios financeiros às câmaras, nem da libertação das aprovações de terrenos, projectos e orçamentos de obras que as direcções-gerais e o FFH continuam a deter sem se sujeitarem a quaisquer prazos máximos para responder a essas autarquias. Simples ineficiência administrativa? Apenas bargagens originadas em más-vontades pessoais? Não o cremos: as «ineficiências» têm o seu sentido político, cumprem a missão de desmobilizar os programas

incómodos — porque descentralizados —, e à força de fazer as pessoas empurrar um muro, o muro acaba por se livrar das pessoas.

12. Se houvesse que definir em poucas palavras o processo SAAL, destacando o que o distingue de outras políticas de alojamento do sector público, diríamos, simplesmente, que o SAAL parte da organização social da procura, organização a que o Estado reconhece personalidade, para transferir competências que, correntemente, são detidas apenas pelos órgãos estatais — competências nas decisões de escolha da localização, na definição do programa e seu faseamento, na designação e acompanhamento dos técnicos que desenvolvem os projectos da operação, na atribuição dos encargos financeiros e na distribuição dos alojamentos, e na sua melhoria uma vez habitados, etc. — (Vd. art.º 65.º, § 2.º, alínea b) da Constituição de 1976, complementado pelo art.º 268).

É esta uma caracterização do programam SAAL propositadamente «modesta» — em si mesmo o programa não se pode confundir, como às vezes parece que se faz, com a particular orgânica dos técnicos, que, na conjuntura de '74-75, se nos impôs como a mais correcta para o arranque, dada a situação das autarquias e o bloqueamento dos serviços centrais; tal como não se identificará com uma determinada forma de financiamento nem muito menos com a autoconstrução, como certo radicalismo de esquerda se apressou logo a denunciar, uma vez que a fórmula de financiamento constituía um expediente transitório que permitia poupar as associações a um controlo de custos desgastante por parte dos serviços e a chamada autoconstrução não era mais do que uma opção possível de substituir encargos monetários por recursos em trabalho ou outros, se as associações fizessem tal opção (e algumas fizeram).

Assim entendido, o SAAL daria lugar a fórmulas diferentes segundo as regiões e as situações urbanas e sócio-económicas das populações que optaram por esta via. E, consequentemente, as tipologias de habitação também diversificadas na medida em que prevalecessem os factores locais e a vontade dos mesmos interessados sobre os padrões culturais (ou as modas) seguidos pelos técnicos.

13. Partindo da organização da procura a que se atribuía um papel motor e de controlo de todo o ciclo produtivo e de uso do alojamento, o programa SAAL criava condições propícias para um novo tipo de dialéctica entre populações e aparelho do Estado. Falar de **dialéctica** significa que não se podia tratar de «soviets de alojamento» nem, do outro lado, de «integração» dócil dos movi-

mentos sociais autónomos sob o manto da ideologia da participação, agora tão em moda. A hipótese proposta pelo SAAL era sim de instaurar um processo de **cooperação conflitual** entre o Estado e os habitantes, tendo em conta, com realismo, que nem os segundos estão interessados em que o primeiro se demita das suas competências fundamentais, nem o primeiro as pode desempenhar a favor das classes subalternas sem que estas se organizem para o controlo e crescente gestão dos empreendimentos que devem responder às suas necessidades. **Cooperação** porque há complementaridade nos recursos de toda a ordem que devem ser mobilizados, **conflitualidade** porque a natureza do aparelho do Estado não garante que os recursos públicos sejam atribuídos ou geridos de acordo com os interesses das camadas mais exploradas.

A experiência do SAAL demonstraria, em minha opinião, que através dela os movimentos sociais urbanos se expandiram e reforçaram na tomada de consciência do seu papel face à natureza de classe das decisões urbanas e do aparelho de Estado que as veicula — mas também mostraria que, na perspectiva de transição, as populações organizadas não pediam a Lua, não persistiam em exigências marxistas na sua prática (apesar de se manifestar sob a palavra de ordem: «Casas já!»); pediam sim à administração garantias de que se faria o máximo de cada fase tão depressa quanto possível, e mostraram-se capazes de mobilizar energias insuspeitas para maximizar esse possível — e é essa experiência que lhes dá autoridade para denunciar os entraves, as desconfianças, as paralisações em que os órgãos do Estado, ao longo da evolução política destes anos, se mostraram e se mostram exímios manobreadores.

14. E aqui cabe referir para terminar, que a iniciativa do SAAL — iniciativa estatal criada em resposta a exigências muito concretas de organizações populares urbanas — não foi entendida da mesma forma pelas diferentes formações políticas que agiam junto das populações mal alojadas. Julgo aliás poder afirmar-se que nenhuma das organizações de esquerda apoiou explicitamente essa experiência ao longo de todo o processo e em todo o país, pese embora as declarações que nos últimos tempos se tenham feito em sua defesa.

Bastará recordar que, para algumas delas, o SAAL enquanto mobilizador das populações oferecia a oportunidade para manter sobreaquecidas as pressões reivindicativas, amplificando, por exigências maximalistas, as dificuldades da administração, sobretudo local, para dar resposta instantânea às expectativas criadas. Para outras, constituía o terreno ideal para lançar a miragem de «contrapoderes» que se substituíssem imediatamente ao Estado da burguesia (bem permissivo,

para o efeito). Para outros, finalmente, o SAAL funcionaria de catalisador da movimentação popular, oferecendo-lhe uma resposta temporária, que, no entanto, se considerava *substandard* e desordenada no seu empirismo, e que apenas podia ser tolerada até à existência de condições objectivas para montar o sector público da produção em massa o qual deveria impor soluções racionais (grandes bairros ou cidades novas, blocos em altura, standardização e pré-fabricação... tanto mais pesada quanto mais avançada fase de construção do socialismo).

E ainda poderia lembrar a interpretação que do processo tenderiam a dar os técnicos nele envolvidos — nomeadamente os arquitectos, já que o SAAL sempre teve falta de engenheiros, medidores, capatazes, etc. — e que decorria da oportunidade que se oferecia de, por vez, ultrapassar a má consciência ancestral do *designer* usurpador da voz dos utentes, deles isolado pela divisão do trabalho técnico e pelo anonimato a que a burocracia administrativa de todos os países reduz os moradores e as comunidades. Os recalamentos revelados nas alvoradas de '68 pelo discurso lefebvriano, pela crítica de Marcuse, pela valorização da arquitectura sem arquitectos ou da urbanização marginal aos mercados «oficiais» das análises de Turner, tinham finalmente uma oportunidade de resolução no trabalho que se oferecia «para o povo com o povo». Ainda aqui terá havido um pouco de tudo, uma vez que não basta mudar a posição institucional do projectista para que da dialéctica *designer*-comunidade saia uma síntese superior.

Nalguns casos a participação do «cliente» não terá sido mais do que um alibi para analisar ou mascarar a imposição da concepção ideológica do arquitecto sobre o modo de vida das populações (na melhor tradição demiúrgica dos construtivistas soviéticos, de Le Corbusier ou do recente russianismo tão em moda); noutros casos ter-se-á dado, ao contrário, a demissão do projectista como técnico detentor de conhecimentos disciplinares caindo-se no populismo, na consagração de soluções banais e pouco económicas que caricaturam o modelo da cidade-jardim ou... de aldeamento turístico. Esta caricatura dos extremos não deve levar a subestimar a larga experiência iniciada, o processo de aprendizagem que já começava a revelar-se nos projectos mais maduros — e são umas dezenas deles, note-se — aprendizagem do projectista no diálogo e aprendizagem das populações só possível através da experiência continuada, no debate mas também no acompanhamento do estaleiro e na vida quotidiana das primeiras fases dos empreendimentos.

15. O deliberado carácter aberto ou indeterminado, sobretudo a nível táctico, do programa SAAL — cuja redefinição se esperava fazer a partir da avaliação da sua prática

de um ano, nas várias regiões e situações sócio-urbanas — implicava também grandes riscos. E aqueles que faziam a crítica fácil às «indefinições» do processo deviam saber que este era o caso em que legislar *a priori* não era apenas irrealista mas também abusivo, na medida em que o processo a instituir tinha de ter em conta as condições objectivas da intervenção popular, na altura imprevisíveis, assim como uma identificação mais precisa dos bloqueamentos administrativos que só os simplistas podem julgar que se eliminam por decreto ou por declarações políticas.

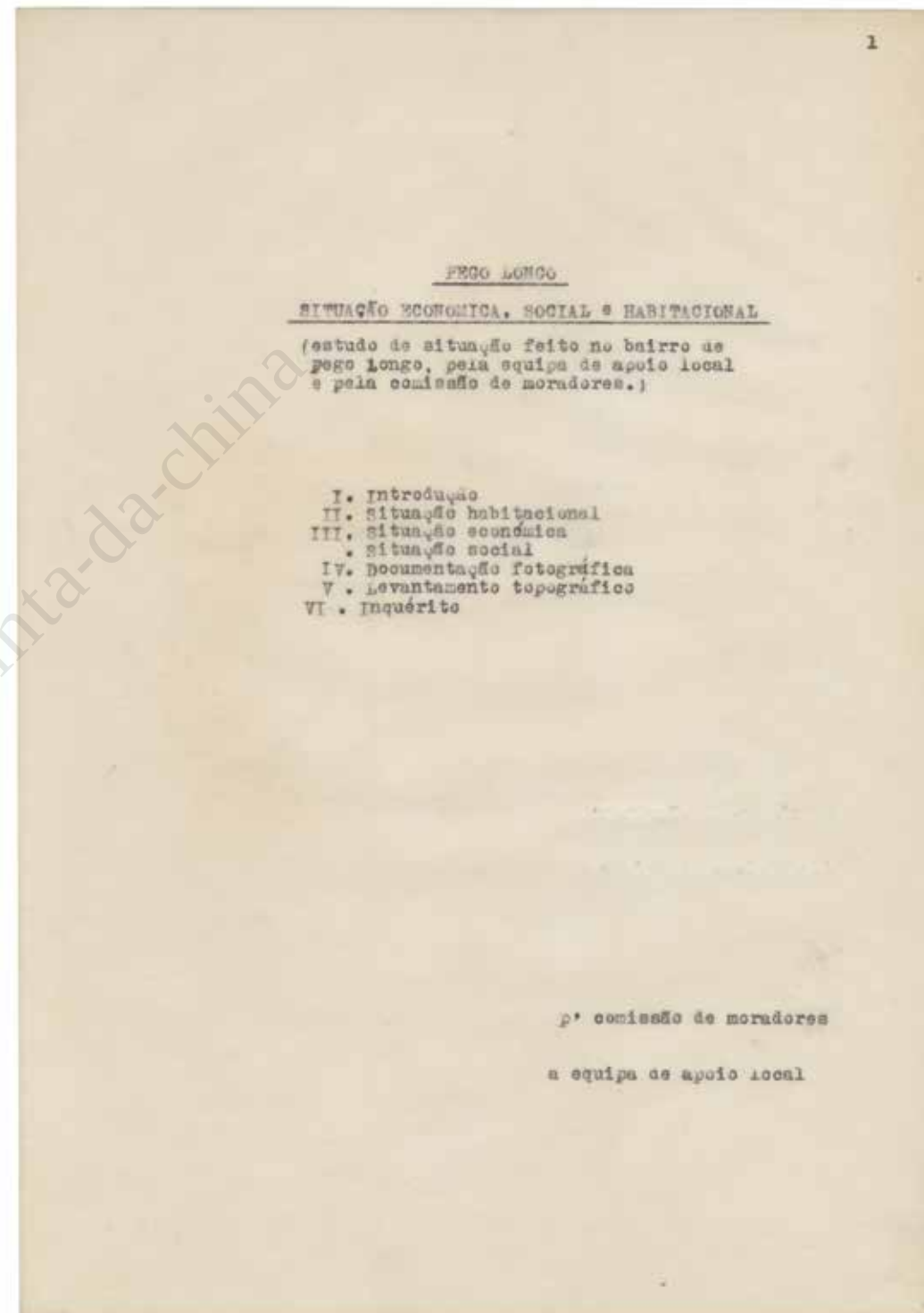
Assim, se a formulação inicial favorecia a experimentação da intervenção dos interesses e uma legislação progressiva de acordo com a relação de forças, também tinha como contrapartida um ambiente de insegurança em relação ao futuro, que criava dificuldades nas relações dos «líderes» com as bases, destas com as brigadas e das brigadas com as entidades oficiais. Outro risco do vazio regulamentar com que se arrancou — e se tivesse querido assegurar previamente a regulamentação de um processo que envolvia vários ministérios, o SAAL não teria sequer chegado a arrancar — seriam os obstáculos administrativos que os serviços centrais e das câmaras grandes, códigos na mão, iriam levantando à medida que as decisões de execução se impunham. Sintomaticamente, a pressão da base sobre o aparelho do Estado, motivada pelo SAAL, seria responsável por sucessivas melhorias legislativas ou de gestão — sobre as cooperativas de propriedade colectiva, sobre a posse administrativa de terrenos, sobre a criação de gabinetes de planeamento concelhio na Grande Lisboa, etc. —, cumprindo assim uma missão de veicular a luta pela reforma (reformista, claro, mas não despendianda) da própria orgânica do Estado. Ao contrário, repito, do que pensam alguns¹, o SAAL não supunha para ter êxito, a prévia mudança da natureza do aparelho do Estado ou a instauração do poder revolucionário e de políticas com ele coerentes, mas antes tinha a sua justificação histórica primeira na existência de profundas contradições no bloco, no poder e no aparelho estatal, sendo um veículo privilegiado de avanços e retrocessos para a satisfação de necessidades reais, ainda que parcelares, dos estratos «desfavorecidos»; veículo, ainda, de uma maior tomada de consciência da necessidade, para viabilizar a transição, de objectivos concretos em torno dos quais se possam juntar e cooperar camadas tão largas quanto possível das populações interessadas, obrigando o poder do Estado a concessões sucessivas em seu favor, que não são viáveis sem alterações mais ou menos significativas da estrutura e das práticas dos seus próprios aparelhos.

Maio de 1978

PEGO LONGO: SITUAÇÃO ECONÓMICA, SOCIAL E HABITACIONAL

EQUIPA DE APOIO
LOCAL E COMISSÃO
DE MORADORES

(FIMS, pasta 016-0013, caixa 4/37)



I. Introdução.

O estudo que se apresenta, teve como objecto, as condições habitacionais, económicas e sociais, das famílias que habitam no aglomerado da serra de pego longo. Esta análise destina-se a servir de base à futura organização da população desse bairro, em associação de moradores. Nesse sentido, a recolha dos elementos necessários a este estudo, foi feita pela equipa de apoio local, a pedido e em estrita colaboração com a comissão de moradores e da população em geral.

Das 143 famílias que aí habitam, foram inquiridas 129 o que permite fazer uma análise correcta das condições gerais da população.

I.1. Localização e origem do bairro de pego longo.

O bairro de pego longo situa-se numa parcela de terreno, (propriedade particular), localizada na freguesia de Be-las, concelho de sintra, entre a vila de queluz e a de Be-las. Distante cerca de 150 metros da estrada que liga estes dois aglomerados e é servido por um arruamento de terra batida, aberto em terreno bastante acidentado, que originalmente servia de acesso às pedreiras aí em exploração. (1)

A origem deste bairro situa-se nas habitações de trabalhadores das pedreiras, aí edificadas há cerca de 30 anos, que actualmente existem muito poucas ou foram modificadas com o decorrer do tempo. O bairro foi-se desenvolvendo durante este período, tendo sofrido aumentos populacionais consideráveis há cerca de 10-15 anos, e durante os últimos 5 anos, (26% das famílias vivem há menos de 5 anos no local). (ver gráfico de anos de residência no local).

A exploração do terreno com fins lucrativos foi feita (1)...ver planta de localização, esc. 1:25000)

por um «procurador» da propriedade, que arrendava o terreno para a construção de barracas a $1,50/m^2$. Simultaneamente verificou-se o arrendar de algumas dessas barracas por parte dos seus construtores que viram nisso um meio de rendimento. Actualmente, 29 famílias pagam aluguer pelas barracas, e 95 são proprietárias das mesmas, tendo sido por elas construídas ou compradas.

II. situação habitacional

II.1. Características do terreno.

O aglomerado habitacional, preenche totalmente uma propriedade de 1,8ha, de terreno de origem rochosa, que pela dificuldade de o trabalhar e pelo forte declive apresentado, (fot.B), motivou o seu desenvolvimento a respeitar o traçado primitivo das vias de acesso às pedreiras aí localizadas. Estas vias são constituídas por terra batida, (fot.B,E,H,J,N), sem qualquer tipo de drenagem, e não ser o declive natural, e sem qualquer tipo de iluminação nocturna.

O terreno ocupado, situa-se na encosta norte-poente da serra de pego longo, local esse com cerca de 31% de declive, (fot.B), completamente desabrigado dos ventos do norte que aí se fazem sentir com grande frequência, e não existe qualquer tipo de arborização.

Confinando com o aglomerado, situa-se uma pedreira em exploração, (fot.A), que apresenta cortes de terreno com mais de 30 metros de altura, não existindo qualquer protecção à segurança das pessoas, especialmente de crianças que brincam no local. Antigas pedreiras de menor envergadura e já fora de exploração, encontram-se no interior do

bairro e com a mesma falta de protecção.

II.2. Características da habitação.

Exceptuando algumas edificações situadas a sul da primitiva estrada de acesso, (fot.D), todas foram construídas originalmente de madeira, tendo sido algumas melhoradas entretanto, com paredes de tijolo, betonilha nos pavimentos, alguns já revestidos de tácos de madeira ou mosaico, conforme as possibilidades económicas dos moradores.

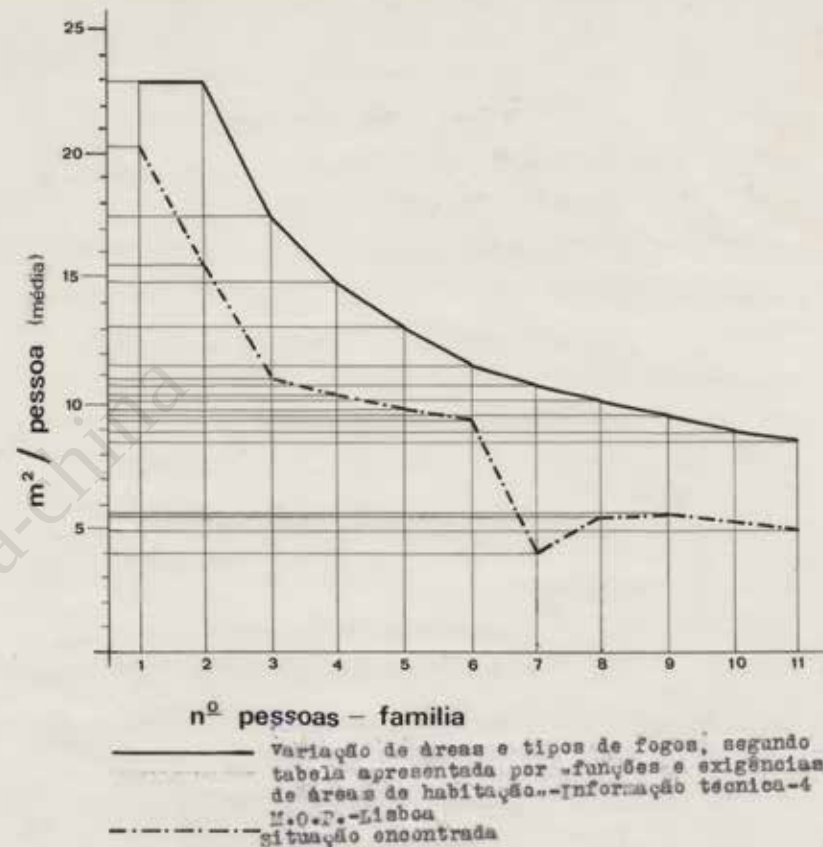
As coberturas são quase todas de telha, de construção rudimentar, (fot.C), mas sem qualquer laje interior de protecção.

Actualmente são possíveis de recuperação cerca de 15 habitações, podendo não serem de dimensões suficientes para o agregado familiar que aí habita.

A maior parte das construções originalmente constituídas por uma só divisão, foram-se subdividindo conforme as necessidades, raramente tendo possibilidades de expansão, devido ao concentrado do aglomerado, (fot.I). O desenvolvimento em altura estava naturalmente condicionado à resistência estrutural da construção, de madeira e normalmente muito precária. Apenas uma habitação construída inteiramente de madeira se desenvolve em dois pisos, (fot.II). Construídas em tijolo e cimento, existem actualmente 42 fogos, sendo 7 deles em 2 pisos.

A sobrecaptação destas habitações está bem patente no gráfico que adiante se apresenta, em que se verifica em média um déficit de cerca de $4m^2$ /pessoa, por tipo de agregado familiar.

A não existência de rede de esgotos até ao ano de 1974 e de água distribuída publicamente, motivou que nos 145



fogos existentes, apenas 20 possuíam instalações sanitárias, ligadas a fossas, construídas pelos próprios moradores. A construção no ano de 1974 de 2 chafarizes e de uma rede de esgotos, veio facilitar a construção de pequenas instalações sanitárias, (54 no total), que na maior parte dos casos, apenas são constituídas por uma pia de despejo. A falta de água corrente nas habitações, origina naturalmente deficientíssimas condições de higiene que nunca poderiam ser minimizadas por qualquer campanha sanitária.

No que respeita ao local de preparação de refeições, raramente existe uma dependência para o efeito, sendo qua-

se sempre ocupado simultaneamente com o local de refeição e em muitos casos como quarto de dormir.

No estudo feito ao aglomerado, analisadas as características das construções, segundo as condições de segurança, humidade e isolamento térmico, não considerando o nº de pessoas vivendo sob o mesmo tecto, subdividiu-se o conjunto em 4 tipos fundamentais:

BOM, razoável, mau e muito precário, considerando:

BOM:- possível de recuperação:- normalmente construído em tijolo e cimento, pavimentos revestidos a tacos de madeira ou mosaico, possuindo cozinha e casa de banho, mas apresentando normalmente deficiências no isolamento térmico/acústico. As coberturas estão em bom estado de conservação mas sem placa interior de protecção.

REGULAR:- Normalmente de tijolo e cimento e algumas de madeira, com uma pequena instalação sanitária com condições de segurança no aspecto construtivo, mas com poucas condições de habitacionalidade, sobretudo devido à organização interior dos espaços e apresentando as mesmas deficiências do tipo BOM.

MAU e MUITO PRECÁRIO:- Exclui-se totalmente as hipóteses de recuperação, devido sobretudo ao sistema construtivo usado; de madeira, sem condições de segurança, sem qualquer tipo de isolamento, deixando entrar água pelos telhados e sentindo-se interiormente o efeito dos ventos. As instalações sanitárias ou não existem ou são apenas constituídas por uma pia de despejo no interior ou fora do alojamento.

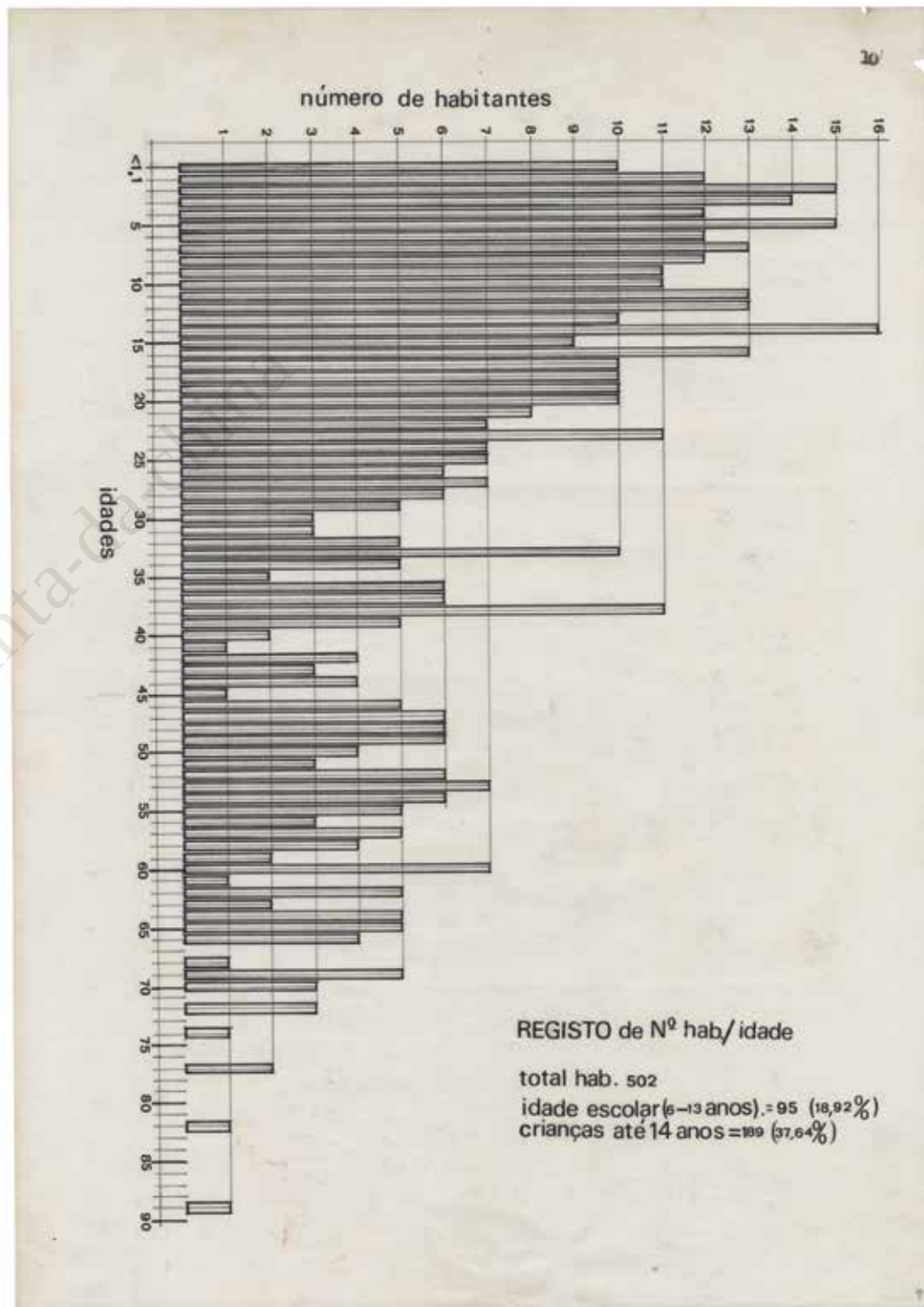
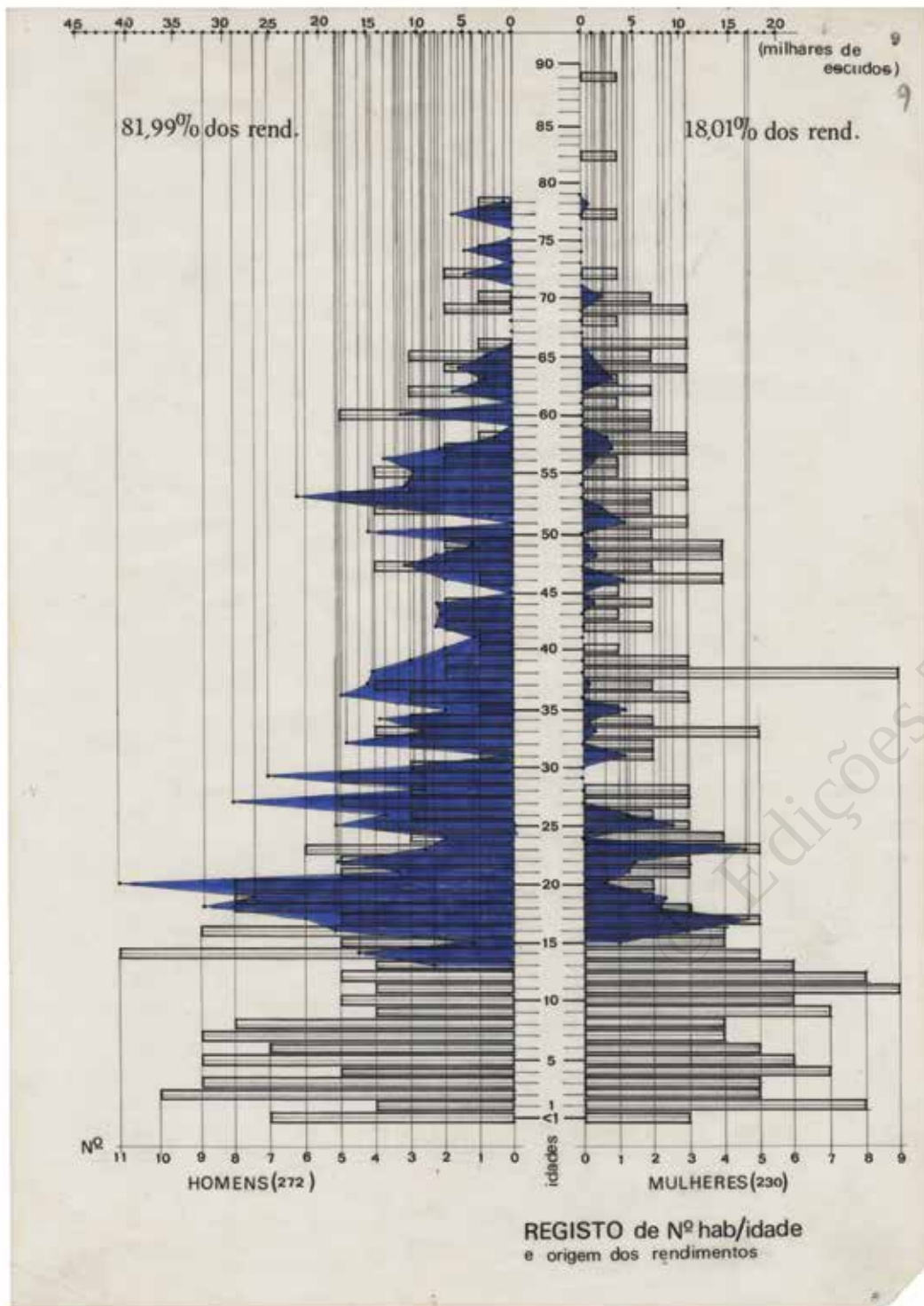
(...a distribuição no aglomerado destes tipos de fogos está registada no desenho nº1).

III. SITUAÇÃO ECONÓMICA SITUAÇÃO SOCIAL

O bairro de Pego Longo, separado dos principais aglomerados populacionais dessa zona por difíceis acessos, é constituído por cerca de 500 habitantes distribuídos em 143 famílias.

Analisando a distribuição etária desta população (página 9), verifica-se a existência de uma grande percentagem de jovens (48% com idade inferior a 20 anos), havendo 15% da população total em idade inferior à idade escolar (menor de 6 anos) e 18% em idade escolar (entre 6 e 13 anos), o que corresponde a 78 e 95 crianças respectivamente. O facto de existirem 95 crianças em idade escolar não significa que todas elas frequentem o ensino dado que a sua deslocação descola, sobretudo no inverno, se torna bastante penosa; saliente-se que as escolas mais próximas se situam em Belas, Caranque e Monte Abraão, sendo o percurso bastante desprotegido de ventos e chuvas e, em certos casos, recortado por pedreiras profundas. Em consequência disso verificou-se que muitas crianças não se passam largos períodos de tempo sem frequentar a escola, como também desistem quando atingem determinada idade. A acrescentar a este facto a falta de estímulo por parte dos pais, explicável por razões económicas e culturais.

Quanto à população não incluída no grupo etário 0-14 anos e na sua grande parte analfabeta (cerca de 49%), havendo 37% de moradores com a 4ª classe, 13% com habilitações inferiores e 1% com habilitações superiores a esta.



A principal fonte de receitas da população é o trabalho prestado a outrem, citando-se no entanto, alguns casos de rendimentos por aluguer de barracas, reformas e embolas e exploração agrícola de pequenos quintais (para consumo próprio). Da totalidade de rendimentos deste aglomerado cerca de 82% provém do trabalho masculino, sobretudo na zona entre os 15 a 40 anos, conforme se pode observar no gráfico da página 10. Quanto aos 18% de rendimento proveniente do trabalho feminino verifica-se que este provém sobretudo do grupo situado entre os 15 e os 25 anos, ou seja na maior parte dos casos mulheres solteiras. A partir dos 50 anos os rendimentos vêm sobretudo de pequenas reformas, donativos de casas do povo ou aluguer de barracas.

Definindo população activa pela relação entre o número de indivíduos que exercem actividade produtiva e o total da população, consideramos que os habitantes de Rego Longo apresentam uma população activa igual à que se pode calcular com base nos dados do II Recenseamento à população de 1970 para todo o país. É de salientar o facto de a população activa feminina neste bairro ser superior à Nacional enquanto que a masculina é inferior; resumindo:

	em Rego Longo	em Portugal (1)
população activa total	37,8%	37,0%
pop. activa ♂	51,6%	57,3%
pop. activa ♀	20,9%	18,6%

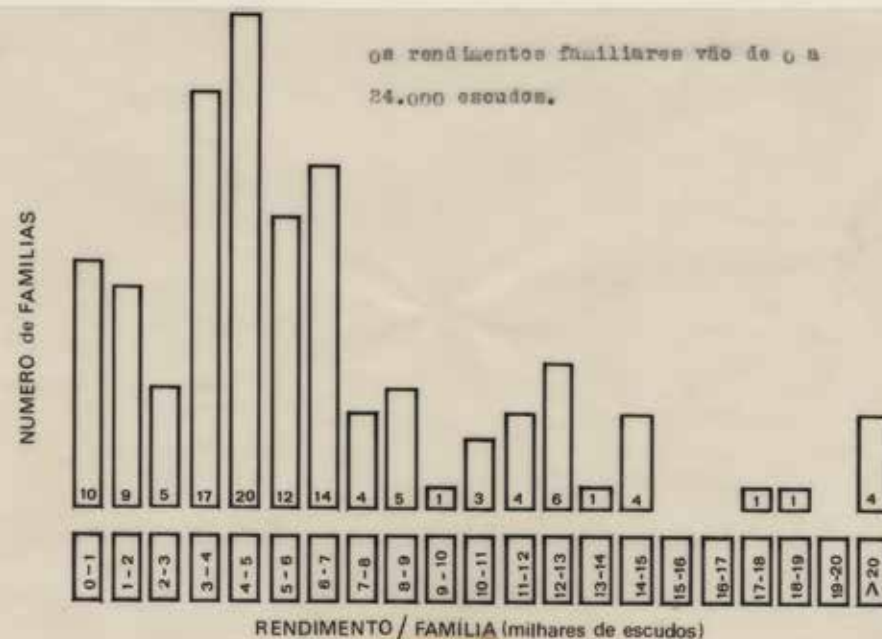
(1) segundo dados do II Recenseamento à população - Id. INE - 1970

Grande parte da população activa masculina exerce a sua actividade no sector da construção civil (56%), sector esse que actualmente se encontra em crise, contando-se grande

quantidade de desempregados, ou na situação de «baixa» (superior a 20%). Por outro lado este sector de trabalho é instável, sendo vulgar a contratação por empreitada que não confere garantia de continuidade ao operário. Seguem-se as actividades fabril (17%) e comercial (9%), incluindo-se nesta última empregados de balcão, vendedores ambulantes, etc.

Quanto à população activa feminina a sua grande maioria exerce a sua actividade como operárias fabris (41%), seguem-se empregadas domésticas (23% - incluindo nesta designação o trabalho a «dias») e 15% no sector comercial.

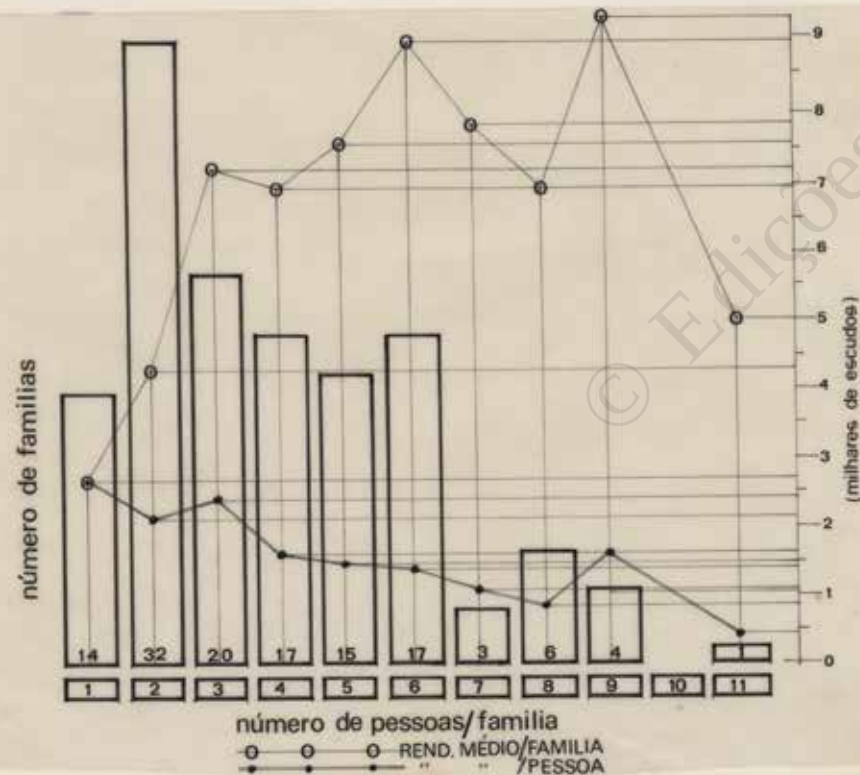
Constata-se pelo presente inquerito que a grande maioria da população exerce a sua actividade próximo do local de residência. Os principais centros laborais são aqueles, no sector da construção civil (J. Pimenta, António Guerreiro, etc.) e aqueles de baixo (Indústrias transformadoras, laboratórios, etc.).



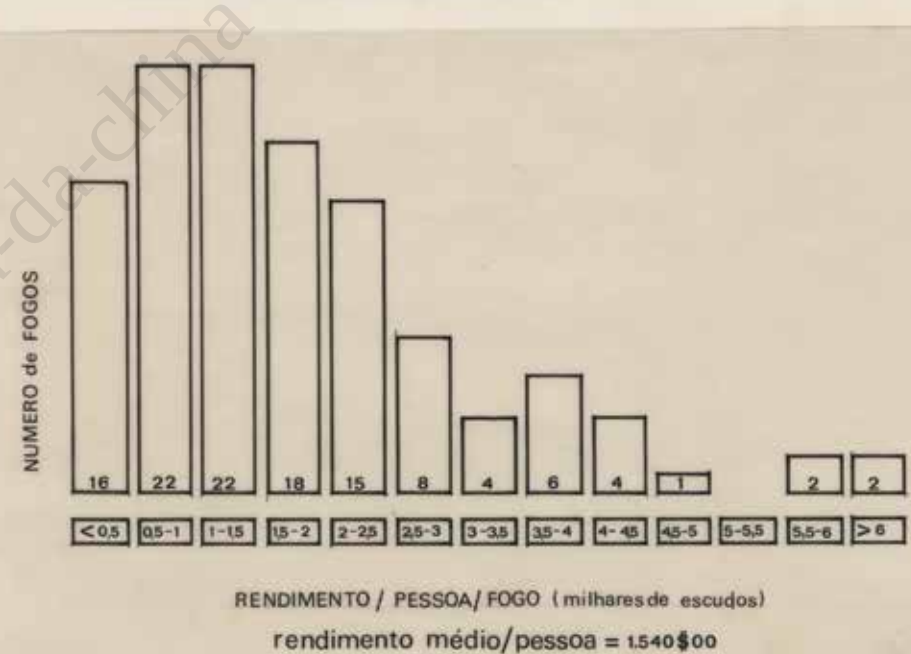
Na apreciação de rendimentos deve ter-se em conta:

1. a retracção natural das pessoas em responder exactamente
2. que, para o calculo do rendimento familiar, se inclua a totalidade dos vencimentos desse agregado o que não é de todo correcto, uma vez que nem sempre os filhos contribuem com a totalidade do seu vencimento para as despesas familiares.

A distribuição de rendimentos atrás referida, representa mal a situação económica das famílias de Pego Longo, uma vez que para isso se torna também necessário atender à composição do agregado familiar. Neste modo elaborou-se o gráfico a seguir onde se pode constatar que as famílias com maior agregado familiar são as que se encontram em pior situação



económica, tendo em conta o rendimento médio por pessoa. torna-se necessário salientar que o facto de essa curva ser decrescente pode parecer natural uma vez que normalmente existem despesas comuns que para isso contribuem (ex: renda de casa); no entanto esses factores comuns são pouco significativos no orçamento destas famílias, o que justifica a veracidade da conclusão atrás enunciada.



Comparando o rendimento «per capita» da população do bairro com o valor obtido para todo o país, na base dos dados fornecidos pelo «II Recenseamento da população - 1970» (Ed. INE) verifica-se que este é bastante inferior ao Nacional (na ordem dos 60% deste).

tendo em conta um valor de renda mensal de 585,00, resultante do custo médio de construção dos pairros Alto dos Moinhos, curraleira e quinta da calçada pelo processo SAAL averiguou-se quantas famílias poderiam pagar esta renda, para tal tomou-se o seguinte critério:

pessoas/família	rendimento familiar	
	NÃO PODEM	PODEM
	INF	SUP
1	3.250,00	3.750,00
2	5.000,00	6.000,00
3	7.000,00	8.000,00
4	7.800,00	9.000,00
5	8.100,00	9.400,00
6	9.000,00	10.500,00
7	10.000,00	12.000,00
8	12.000,00	15.000,00

verifica-se deste modo que 65% das famílias não podem pagar, 27% podem e 8% o fazem com dificuldade. É evidente que o critério utilizado é bastante discutível e só em função dele as conclusões poderão ser significativas.

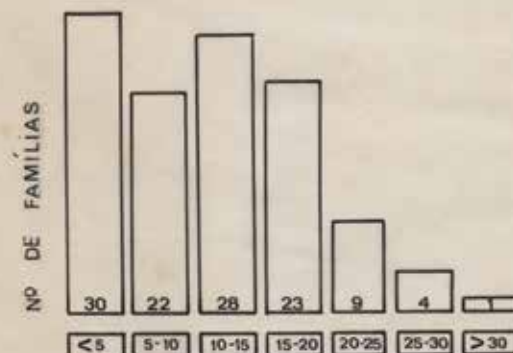
Para abastecer cerca de 500 moradores deste bairro existe apenas uma loja (mistura de mercearia e taberna) que é simultaneamente o principal local de convívio. O centro comercial mais próximo situa-se em qualquer a cerca de 1500 metros do bairro.

A assistência médica é praticamente nula, não existindo posto clínico nas proximidades. Na ausência de ascenso para a maioria das habitações é extremamente difícil retirar

um doente por meio de ambulância, em condições de segurança. Do mesmo modo, em caso de incêndio (risco bastante provável) é impossível a deslocação das viaturas dos bombeiros no interior do bairro.

Sendo na sua maior parte natural da norte de Portugal (56%) os seus hábitos refletem ainda essa origem. As habitações normalmente possuem um quintal onde o morador cultiva produtos hortícolas ou instala uma capoeira o que contribui para reduzir as despesas familiares com a alimentação.

A população do bairro, na sua maioria, reside no local há bastante tempo (74% há mais de 5 anos), tendo muitos deles aí nascido (27% da totalidade). No entanto existem al-



Anos de residência no local

guns casos de residentes por curtos períodos de tempo, normalmente operários de construção civil que alugam uma habitação durante o período da empreitada que os contratou. O mesmo se verifica em relação aos migrantes da província que aí habitam até arranjar casa.



A impossibilidade de identificar as imagens fotográficas referidas no relatório é suprida pela inclusão de um conjunto de 11 imagens afixadas em duas cartolinas, permitindo a visualização do Pego Longo no início do processo SAAL.





4



5



6

© Edições Tinta-da-china



7



8



9



10.



11.



DEPOIMENTOS: ENTREVISTA A MÁRIO CRESPO

PAULO PROVIDÊNCIA,
PEDRO BAIA,
MARIANA COUTO

(FIMS, pasta 016-0013, caixa 4/37)

Paulo Providência: A primeira dúvida que temos tem que ver com o início da sua colaboração com o arquitecto Bartolomeu. Eu sei que foi admitido no Grupo de Planeamento e Arquitectura (GPA) e foi no GPA que conheceu o arquitecto Bartolomeu mas, ao fim de pouco tempo, dirigiu-lhe um convite para formarem escritório, colaborando, eventualmente, em alguns trabalhos, como o edifício da Empresa Pública de Urbanização de Lisboa (EPUL), no Martim Moniz. A primeira questão que gostávamos de colocar é sobre o que o levou a decidir aceitar iniciar essa colaboração com o arquitecto Bartolomeu?

Mário Crespo: Bom, em primeiro lugar, eu conheci o arquitecto Bartolomeu enquanto aluno da Escola de Belas-Artes. Ele foi meu professor de Arquitectura Analítica e, depois, devido a circunstâncias várias, acabei por entrar no Grupo de Planeamento e Arquitectura, do arquitecto Maurício de Vasconcellos, como tarefeiro e como colaborador do arquitecto Nuno Lopes Cardoso, que, nessa altura, estava a fazer um levantamento para o plano de urbanização da região de Lisboa. O que eu fazia nessa altura era percorrer as câmaras e recolher elementos para o plano e para o arquivo, elementos que interessassem para a elaboração do referido plano. Isto foi entre Setembro de 1972 e 1973, quando o arquitecto Bartolomeu Costa Cabral já trabalhava no GPA. Nessa altura, ele convidou-me para colaborar com ele num projecto que estava a iniciar. Como era tarefeiro, e perante uma situação em que poderia evoluir muito com o arquitecto Bartolomeu — que eu sabia que era uma pessoa muito experiente e com um currículo já, nessa altura, bastante vasto —, decidi ir trabalhar com ele, primeiro, para um quarto na Rua da Saudade, no escritório da casa dele; depois, acabámos por nos mudar para o Largo do Carmo, para o ateliê do engenheiro Ferreira Crespo, onde ele [Bartolomeu Costa Cabral] alugou uma sala comigo para podermos trabalhar juntos. Portanto, foi assim que começou a minha colaboração com ele.

Paulo Providência: Por essa altura, ainda antes de 1974, surge o projecto da casa da Rua da Verónica. É um projecto particularmente importante na produção do arquitecto Bartolomeu, pela sua elementaridade e pela sua qualidade arquitectónica. Quem é que fez o acompanhamento de obra? O arquitecto Mário Crespo participou no projecto de execução desta pequena habitação?

Mário Crespo: Sim, participei. Participei desde o princípio, com os desenhos gerais, e, depois, com o projecto de execução e acompanhamento de obra.

Paulo Providência: O arquitecto fazia o acompanhamento de obra também?

Mário Crespo: Fazia. Sempre fiz acompanhamento de obra em praticamente todas as obras em que colaborei com o arquitecto Bartolomeu. Sempre o acompanhei nas obras todas, no Instituto Politécnico de Tomar, no Banco Nacional Ultramarino (BNU), enfim, em todas, todas, todas. Eu sempre o acompanhei. Aliás, ele fazia questão disso.

Paulo Providência: De manhã ia para o gabinete próprio e de tarde ia para o GPA?

Mário Crespo: Não, não, era o contrário. De manhã trabalhava no GPA. Nessa altura trabalhava sozinho na Rua da Alegria. Entretanto, ele [Bartolomeu Costa Cabral] aparecia e depois falávamos.

Paulo Providência: Quer dizer que as visitas às obras eram de tarde?

Mário Crespo: Exactamente. Por exemplo, no Pego Longo, as visitas às obras eram feitas no fim-de-semana, normalmente. Às outras obras eram feitas, sim, durante a semana, conforme a disponibilidade. Mas era sempre à tarde ou, então, durante todo o dia, mesmo. Para Tomar era o dia todo.

Pedro Baía: Sobre o ateliê da Rua da Alegria: quem é que frequentava o ateliê? Ainda havia aquela coabitação com vários arquitectos? Como é que era nessa altura?

Mário Crespo: Comecei por trabalhar com o arquitecto Bartolomeu, como disse, primeiro, na casa dele; depois, numa sala alugada, no Largo do Carmo, ao senhor Ferreira Crespo, de onde assistimos ao 25 de Abril. Depois, passámos para a Rua da Alegria. O arquitecto Teotónio Pereira, nessa altura, estava, salvo erro, em Benfica...

Mariana Couto: Na Rua da Beneficência.

Mário Crespo: Exactamente, na Rua da Beneficência. E eu estava lá sozinho, na Rua da Alegria, durante a tarde; e passei vários dias assim, mas também sem problema. Agora perdi-me; qual era a pergunta?

Mariana Couto: Íamos passar para o Pego Longo, não é?

Mário Crespo: Ah, o Pego Longo também começou na Rua da Alegria, com o Programa SAAL. Nós tínhamos um contrato com a câmara de Sintra; desenvolvemos um plano, ou antes, desenvolveu o arquitecto Bartolomeu um plano para fazer uma série de casas novas no perímetro que não estava habitado pelas casas de lata, e começámos por aí. Depois, fizemos várias habitações-tipo e tivemos o apoio do padre Estanislau Langner, que financiou várias casas dessas e, inclusivamente, até construiu lá uma igreja. Depois, começámos a fazer também a reabilitação de várias barracas e, pronto, foi assim. Foi um trabalho muito complicado em todos os fins-de-semana, praticamente, aos domingos e ao sábado. As manhãs [eram passadas] a falar com a comis-

são de moradores e a falar com as pessoas. Era um trabalho muito complicado, como hei-de dizer... a maior parte era autoconstrução, depois os moradores faziam alterações que não ligavam com aquilo que nós queríamos, mas, pronto, é aquilo que existe, é aquilo que há, foi o melhor que pudemos fazer.

Pedro Baía: Havia algum diálogo, alguma coordenação com o arquitecto Nuno Portas ou com outros arquitectos ligados ao SAAL?

Mário Crespo: Não posso responder a isso, realmente não tenho ideia disso, quer dizer, mas era normal que acontecesse, podia haver.

Paulo Providência: Eu tenho uma relação complexa com esta obra e, agora, ao ver todos os elementos do processo de projecto, algumas convicções que tinha reforçaram-se: de facto, o início do processo é incrivelmente interessante e as primeiras propostas projectuais são muitíssimo interessantes e, depois, assiste-se sistematicamente a uma espécie de esboroamento da arquitectura no processo. Imagino que, para o arquitecto Mário Crespo, isto tenha sido um processo sofrido, como seria para qualquer arquitecto. Na entrevista que a Mariana lhe fez, percebe-se que o arquitecto Mário Crespo não concorda em aceitar as imposições dos moradores, ou as alterações ao projecto que o desqualificam arquitectonicamente. Portanto, eu gostaria que explicasse um pouco isso. Por outro lado, quem é que pagava, no final, estes projectos? Quer dizer, é um processo que se prolonga por 30 anos! Inicialmente, havia um apoio do Governo; depois, passa para as câmaras. Imagino que, no caso da igreja pelo tal senhor padre, tenha sido ele a angariar os fundos para pagar o projecto, mas como é que se suporta um processo destes durante tanto tempo?

Mário Crespo: O padre Langner financiou, pelo menos, uma dúzia de casas novas e a própria igreja. Depois, os moradores tomaram conta daquilo e deram cabo dos projectos todos, praticamente, porque fizeram as alterações — aliás, como se viu pelo país fora. Não faltam exemplos disso, não é? Olhe, eu não sei explicar, acho que foi uma questão, primeiro, de ajudar aquela gente e tornar a vida mais fácil para eles... mas lá está, a falta de cultura daquelas pessoas... são pessoas que estão muito ligadas às suas origens e não permitiram que nós conseguíssemos fazer uma urbanização de qualidade. Aliás, quando eu passo por ali, naquela auto-estrada, e vejo aquilo, lágrimas caem-me...

Pedro Baía: Terá havido um conflito entre aquilo que projectavam e aqueles primeiros desenhos com a escolha quer dos materiais, quer mesmo as escolhas ao nível espacial, que eram muito importantes, mas depois não havia a possibilidade de se fazer a adjudicação desses trabalhos?

Mário Crespo: Não, no princípio as coisas até correram bem, porque as casas novas que nós fizemos foram todas construídas impecavelmente. Depois, com o decorrer dos anos, as pessoas começaram a fazer alterações, começaram a planear, começaram a meter grades, começaram a fazer alterações completamente fora do âmbito e, pronto, não houve ninguém que conseguisse fiscalizar aquilo. A Câmara Municipal de Sintra devia ter um papel de fiscalização daquelas obras, não é? Mas não, não houve.

Paulo Providência: Quando se trata de habitação, os espaços públicos colectivos são sempre muito importantes mas, normalmente, não há financiamento; há financiamento para a habitação em si mas para a qualificação do espaço envolvente, não há. Sente-se a vontade de criar espaços públicos colectivos; há até planos mais recentes onde se prevêem hortas colectivas. Mas parece que a câmara nunca sentiu necessidade de qualificar o espaço público ou de seguir os projectos de qualificação do espaço público que iam sendo apresentados.

Mário Crespo: Sim, eu penso que a câmara se desleixou um bocado! Um bocado, para não dizer bastante, no Bairro do Pego Longo! Uma coisa é uma pessoa fazer um projecto, um plano de urbanismo, com pés e cabeça; outra coisa é, depois, durante a realização dessas obras, não haver uma fiscalização como deve ser. A própria câmara não ligou muito à situação, desde a construção de casas que eram praticamente barracas que passaram a casas clandestinas, porque nem sequer tiveram projecto nenhum, foram feitas por meios próprios. Os arquitectos não podem ir a todas, não podem ser fiscais, não podem. Por muito boas intenções que nós tivéssemos tido, não foi fácil, e o resultado também não é, não é agradável, infelizmente.

Mariana Couto: Essas alterações incomodavam o arquitecto Bartolomeu, ou não? Porque sempre que eu falo com ele tenho a impressão que não incomodavam assim tanto.

Mário Crespo: O arquitecto Bartolomeu é um urbanista, ele não gosta de... como hei-de dizer... é difícil. É uma boa pessoa, pronto, está tudo dito! Não gosta de entrar em conflitos com os moradores... Naquele caso, com pessoas que tinham poucas posses e que faziam o que podiam para ter uma habitação condigna. Ele não entrava por aí, não iria obrigá-los a fazer aquilo de que ele gostava, nem nada... «Olha, se fazem assim, fazem assim, pronto, não há problema.»

Mariana Couto: E a questão pode ser vista como uma espécie de demissão do papel do arquitecto, não é? Porque ao dizer que fazem como quiserem, no fundo, está a demitir-se da responsabilidade. Ou não vê assim?

Mário Crespo: Não, eu penso que não, porque, naquele caso, ele fez tudo o que podia para melhorar as condições de vida daquelas pessoas. É evidente que há sempre pessoas que saem fora do esquema e, portanto, o papel do arquitecto também não é o papel de ser polícia; quer dizer, nós não vamos para ali obrigar as pessoas a fazer aquilo como nós queremos. Nós podemos apresentar um projecto e dizer que isto é a melhor maneira de se fazer, mas se eles fazem mal, a responsabilidade não é nossa, a responsabilidade é de quem fiscaliza, acho eu.

Pedro Baía: Este projecto do Pego Longo faz parte do processo SAAL e o processo SAAL, nos últimos anos, tem vindo a ganhar cada vez mais protagonismo. Já houve uma exposição no Museu Serralves, e o que fica enquanto imagem destas exposições e deste mediatismo do SAAL são obras concluídas, acabadas. O caso do Pego Longo é um pouco inesperado e penso que é bastante diferente dos outros projectos; na consulta dos desenhos que fizemos, foi muitíssimo interessante ver a riqueza do processo que terá sido e também a profunda diferença relativamente aos outros projectos na leitura do território. Estudar casa a casa, lote a lote, e ser uma coisa muito, muito cuidada, essa preocupação em tentar perceber o território que tem em mãos...

Mário Crespo: Realmente foi um processo que não foi acabado, não; infelizmente não foi, não foi, não se construiu aquilo que nós queríamos, mas isto, lá está, a responsabilidade de quem será? Será do arquitecto Bartolomeu, que não se impôs? Será da câmara de Sintra, que também não, que fechou os olhos àquilo que se estava a passar? Não sei, realmente tenho pena que o projecto do Pego Longo não tenha ficado como no papel, mas, pronto, foi assim que aconteceu. Aliás, foi um projecto que começou por ser feito na periferia, com casas novas, mas, depois, tinha todo o interior do bairro com barracas que começaram a ser reconstruídas uma a uma, cada uma com os seus problemas. Tudo isto levantou muitos problemas com a comissão de moradores. Até houve reuniões com os militares de Abril também, lá, portanto aquilo meteu muita, muita chatice! Bom, agora realmente tenho pena porque o resultado não foi aquilo que nós queríamos, pelo menos que eu queria.

Pedro Baía: Uma coisa interessante, e que estamos sempre a destacar, é que é um projecto que o arquitecto Bartolomeu acompanha ainda hoje e, por isso, se prolonga ao longo de várias décadas. Há toda uma evolução e todo um trabalho que continua a ser feito, e isso é algo muito singular neste contexto.

Mariana Couto: Ele considera este projecto como um sucesso; na verdade, ele não vê ali nenhuma falha.

Mário Crespo: Pronto, mas isso é a opinião dele. Eu acho que o arquitecto Bartolomeu é muito condescendente em determinadas situações. Para ele é um sucesso — ótimo! —, mas para mim não foi.

Pedro Baía: Por causa do trabalho envolvido e expectativas que havia nos desenhos iniciais e [que] depois não se concretizaram?

Mário Crespo: Exactamente.

Pedro Baía: E se calhar o arquitecto Bartolomeu vê e fala com os moradores e percebe que eles, à sua maneira, conseguiram ir vivendo e ganhando espaço e condições...

Mário Crespo: Pois, fala com os moradores e acha que eles estão contentes, que estão satisfeitos com aquilo que obtiveram e, pronto, é a opinião dele e eu respeito.

Mariana Couto: Mas ele com os colaboradores não é tão condescendente, não é? É muito exigente, não facilita muito...

Mário Crespo: Comigo, não. Comigo, acho que não se passou isso, não. Pronto, quer dizer, havia discussões, havia a troca de opiniões, como é natural. Eu ficava muito zangado com ele muitas vezes porque ele começava por fazer um projecto, eu fazia os desenhos todos, depois alterava, alterava, alterava, alterava, alterava e, ao fim de 50 mil alterações, voltava ao início! Depois daquele trabalho todo, o princípio, o primeiro, era o que estava bem! Mas isso faz parte, é a busca da perfeição. Portanto, vai alterando, alterando, e, depois, chega à conclusão: «Eh pá! Então realmente no início é que estava bem!» Pronto, e assim acontecia. Eu zanguei-me muitas vezes com ele, e ele comigo, por isso! Mas depois voltava tudo à paz dos deuses. Eu trabalhei com ele praticamente desde 1973 até 2007. Dois mil e sete foi quando eu mudei para a Direcção-Geral do Turismo e, a partir daí, deixei de trabalhar com ele.

Pedro Baía: Creio que estamos a chegar à recta final da conversa. Há aqui uma questão que eu achava que era interessante colocar: acompanhou tantos projectos ao longo destes anos... Como é que resume as principais preocupações do arquitecto Bartolomeu nos vários projectos? Aquelas comuns, que ele colocaria logo em cima da mesa quando surgisse um projecto novo... Imagino que consiga já enunciar algumas das principais preocupações do Bartolomeu.

Mário Crespo: A principal preocupação do arquitecto Bartolomeu acho que era responder, da melhor maneira possível, aos programas que lhe eram apresentados, sem descurar a parte humana da questão, a parte humana da arquitectura. Eu penso que ele fez sempre, e fará sempre, se continuar a fazer

trabalhos, o melhor que ele sabe fazer, não descurando nada, sempre dedicando-se de alma e coração a qualquer projecto que lhe apareça. Não sei se lhe respondi, mas, pronto, é o que eu penso.

Paulo Providência: Sobre a organização do escritório, e pensando que o arquitecto Mário Crespo é a pessoa que está ali em permanência durante o período em que o arquitecto Bartolomeu está a desenvolver trabalhos de grande dimensão no GPA, como o edifício principal da Universidade da Beira Interior (UBI) ou a Escola de Engenharia na Universidade do Minho, como é que funcionava o seu escritório privado? Fica menorizado, porque seguramente ele está a dedicar-se mais a esses grandes trabalhos, ou sempre conseguiu compatibilizar essa dedicação, apoiando o arquitecto Mário Crespo?

Mário Crespo: Ele sempre, sempre, dedicou o esforço todo, e mais algum, ao trabalho que eu estava a fazer no ateliê privado dele. No fundo, nunca descuro nada, sempre deu o maior apoio possível. Tendo em conta que realmente estava a fazer projectos de grande dimensão, como a Universidade do Minho e a da Covilhã, em todos os projectos mais pequenos que ele fez comigo, sempre me deu todo o apoio e mais algum. Não tenho nada a dizer, porque ele foi sempre impecável comigo em todos os aspectos, apesar de haver algumas discussões... mas isso é normal, diferenças de opiniões, etc.... e de me roubar as lapiseiras sempre que ia ao meu estirador, as lapiseiras e as borrachas! Desaparecia tudo! Mas eu organizava o ateliê, estava lá sozinho. Era eu que organizava aquilo tudo e ele dava-me o maior apoio possível durante a tarde. Nesse aspecto, impecável! Só tenho saudades desses tempos, mais nada. Se eu pudesse voltar ao princípio, pode ter a certeza que voltava, outra vez, com a maior alegria, a trabalhar com o arquitecto Bartolomeu, outra vez, pela vida fora, não tenho nenhuma dúvida.

NOTAS

PEGO LONGO: CONSTRUÇÃO ESPONTÂNEA E URBANIDADE EMERGENTE

- 1 «Memorando / Equipe S.A.A.L. / Pego Longo», 25 de Novembro de 1976, em FIMS, pasta 016-0017 caixa 6/37.
- 2 Importa, não obstante, referir que esta análise apresenta algumas dificuldades relacionadas não só com o grande número de documentos existentes — o processo do Bairro do Pego Longo inclui 1224 peças desenhadas de grande formato, produzidas ao longo de mais de 40 anos, e 37 caixas de arquivo com 145 pastas contendo vários maços de peças escritas, além de positivos e negativos fotográficos —, mas também com a ausência de legendas e de datas em muitos destes. Além disso, várias peças desenhadas em papel vegetal foram reaproveitadas pelos arquitectos — isto é, raspadas e corrigidas sobre um desenho inicial (prática corrente nos ateliês de então), o qual, deste modo, se perdeu.
- 3 Processo no espólio de Nuno Teotónio Pereira, no Forte de Sacavém.
- 4 Bartolomeu Costa Cabral e Vasco Croft de Moura, «Bairro Económico na Chamusca», *Arquitectura*, Lisboa, 3.ª série, n.º 74 (Março de 1962), p. 9.
- 5 «O meu interesse como arquitecto pela habitação social tinha começado 20 anos antes, pela mão do arquitecto Nuno Teotónio Pereira, quer no movimento cooperativo, quer na Federação das Caixas de Previdência ou no GTH, da Câmara Municipal de Lisboa, na execução de projecto de habitação social para os Olivais. Assim, face à falta de trabalho para os arquitectos depois do 25 de Abril, a criação do processo SAAL ofereceu uma oportunidade de trabalho que se

situou naturalmente no conceito que vinha desenvolvendo já há uns anos.» Cf. Bartolomeu Costa Cabral, «SAAL: Bairro do Pego Longo, Concelho de Sintra (3 de Março de 2006)», in Mariana Couto, *Bartolomeu Costa Cabral: Arquitecto da Continuidade*, Coimbra: 2019. Tese apresentada à Universidade de Coimbra para obtenção do grau de doutor. Volume 2, p. 206. Texto original em FIMS, pasta 016-0034, caixa 35/37.

- 6 De facto, entre 15 de Agosto de 1975 e 20 de Janeiro de 1976. Segundo refere Teresa Marat-Mendes, o arquitecto António Portugal elabora o inquérito e a análise da situação do bairro.
- 7 O processo, iniciado em Setembro de 1974, foi prolongado até 1977/78, sem se ter chegado a efectivar a edificação. Ver entrevista a Duarte Nuno Simões realizada por José António Bandeirinha e publicada no Centro de Documentação 25 de Abril <https://arqmultimedia.cd25a.uc.pt/en/mmcs/1317> e <https://arqmultimedia.cd25a.uc.pt/en/mmcs/1321>).
- 8 Bartolomeu Costa Cabral conta que se voluntariou para dar continuidade aos trabalhos após a desistência da equipa liderada por António Portugal, a qual tinha já realizado, entre 15 de Agosto de 1975 e 20 de Janeiro de 1976, inquéritos e análise da situação do bairro. Ver «Memorando / Equipe S.A.A.L. / Pego Longo», 25 de Novembro de 1976, em FIMS, pasta 016-0017, caixa 6/37. A designação «equipa de apoio local», autointitulada no relatório produzido em Setembro de 1976, é usada por Bartolomeu para se referir à sua equipa técnica; não utilizava a designação então corrente de «brigada SAAL».

- 9 Noutros documentos referentes ao processo do bairro aparecem também os nomes de Henrique Shreck, Isabel Crespo, António Fontes, António Henrique M. de Sousa, João Paulo Ferreira, António Costa Cabral, Almeida Torres e Celestino Manso. Victor Gonçalves abandona a equipa logo em 1976, como se pode ler no Relatório n.º 3, FIMS, pasta 016-0011, caixa 4/37. Ver também «Câmara Municipal de Sintra / Bairro de Pego Longo / Relatório de Actividades / Maio-Dezembro 87» em FIMS, pasta 016-0018, caixa 7/37.
- 10 «Proposta», Julho de 1975, FIMS, pasta 016-0003, caixa 1/37.
- 11 FIMS, pasta 016-0013, caixa 4/37.
- 12 Em Abril de 1976, a equipa procurava já «intensificar os contactos com a população [...] com vista à efectivação da Associação de Moradores», tendo o projecto de estatutos da associação sido elaborado com o apoio da equipa SAAL e submetido a aprovação pela assembleia geral de moradores em Setembro de 1976. Os corpos gerentes elegem-se a 17 de Outubro de 1976. Os estatutos são finalmente publicados em Diário da República a 4 de Junho de 1977 e, no mesmo mês, conclui-se a construção da sede provisória da associação de moradores. «Equipa de Pego Longo, Relatório n.º 3 — Abril/76», «Equipa de Pego Longo, Relatório n.º 8 — Setembro/76», «Equipa de Pego Longo, Relatório n.º 9 — Outubro/76», «Equipa de Pego Longo, Relatório n.º 17 — Junho/77» e «Equipa de Pego Longo, Relatório n.º 18 — Julho/77», em FIMS, pasta 016-0011, caixa 4/37.
- 13 O levantamento da área do bairro e sua expansão, bem como um inquérito directo à população, iniciam-se em Maio de 1976. Cf. relatórios n.º 4, de Maio de 1976, e n.º 10, de Novembro de 1976, em FIMS, pasta 016-0011, caixa 4/37; ver também as peças desenhadas correspondentes em FIMS, «Plantas Topográficas e Análise Física do Estado das Construções», 016-pd0001-0052. Em várias peças desenhadas regista-se o levantamento, por partes, das construções do bairro (grupo A, B, C, D, E, F, G) e a sua classificação, segundo o estado («Bom», «Regular», «Mau» e «Muito Precário» — ver FIMS/BCC/016-pd0043), as intenções dos moradores

- («Querem obras», «A vagar para obras» e «A vagar» — FIMS/BCC/016-pd0044), os materiais de construção («Construção de alvenaria», «Construção mista de alvenaria e madeira» e «Construção de madeira», indicando também a localização das construções habitadas pelas famílias a realojar no núcleo de expansão e/ou das famílias que pretendem transitar para um novo bairro e ainda das construções que precisam de obras — FIMS/BCC/016-pd0045 e pd0047), e o número de metros quadrados por habitante (FIMS/BCC/016-pd0046). Algumas peças indicam também, no exterior da área ocupada pelo bairro, a localização das pedreiras, solo agrícola, zonas arborizadas e a arborizar, e áreas onde a construção é possível (ver FIMS/BCC/016-pd0042, que mostra também a localização de uma escola provisória); no interior do bairro, identificam-se pedreiras/taludes acentuados, edificações recuperáveis, rede de esgotos, postes de iluminação, linha de alta tensão e acessos (FIMS/BCC/016-pd0052).
- 14 «A proposta-base de intervenção que é apresentada abaixo assenta nos seguintes factores:
 - a. Infra-estruturas. Existe canalização de água para três chafarizes, uma rede de esgotos e está-se a proceder à electrificação do bairro.
 - b. Tipo de construção e seu estado de conservação. Encontram-se em Pego Longo dois tipos de construção: em madeira (65%) e em alvenaria (35%). De um modo geral todas as construções de madeira estão bastante degradadas, havendo algumas construções em tijolo susceptíveis de recuperação.
 - c. Área do bairro e área de expansão. A área ocupada pelo bairro é muito deficitária em relação ao número de habitantes. [...] Tomando como área mínima aceitável por habitante 12 m² temos que apenas 45,2% das habitações cumprem este limite e a sua maioria (54,7%) têm área abaixo do normal.» Cf. «Análise e Proposta de Intervenção», documento manuscrito, s.d. [Maio de 1976], p.1, em FIMS, pasta 016-0003, caixa 1/37.
 - 15 «De um número total de 144 fogos, 80 têm área inferior a 12 m²/habitante. Considerando que cerca de

50% destes fogos poderão ampliar-se para o espaço ocupado pelos restantes, necessita-se de área para construção de cerca de [...] 40 a 50 fogos no total. [...] Tendo em conta a existência de pedreiras com falésias abruptas a nascente e de um projecto de via rápida e declives acentuados a poente, a zona de expansão do bairro localizar-se-á a norte e a sul-nascente junto do acesso ao bairro.

- d. Modo de vida da população e aspectos sociais que se teve em conta.
A maioria da população local é operária do pequeno-campeonato do norte do País [...]. O tipo de habitação é unifamiliar de 1 piso com uma pequena horta ou com uma capoeira anexa a fim de aliviar as despesas de alimentação. Assim, a maioria dos moradores, senão a sua totalidade, pretende habitar no mesmo local ou em áreas circundantes em habitações unifamiliares com possibilidade de cultivar uma pequena horta ou alguma criação. Verifica-se um certo apego da população que tem habitações em alvenaria em relação às mesmas, uma vez que investiu trabalho e dinheiro no seu melhoramento.
- e. Características rurais do bairro.
O bairro apresenta certas características de um aglomerado rural. Prevê-se nesta proposta de intervenção a valorização de tais características criando áreas anexas às habitações para a horticultura. Assim, na proposta que se apresenta, atendendo, não só ao estado de conservação das habitações, como também à disposição [...] dos vários sectores da população em relação a uma mudança para fogos situados em áreas circundantes, pretende-se, por um lado, recuperar e alargar as construções susceptíveis de o serem num tipo de intervenção caso a caso e, por outro, construir algumas faixas de fogos unifamiliares de 1 piso como prolongamento do bairro. Relativamente aos moradores de habitações em tijolo constata-se que na sua maioria pretende fundamentalmente apoio económico que lhes possibilite recuperar a sua habitação. [...] Face a esta proposta e com o apoio técnico da equipa

estudar-se-á a sua viabilidade e custo de obra [...]. Deste modo é possível garantir a qualidade das modificações a realizar, o que talvez não acontecesse caso fosse deixado à iniciativa de cada morador.»

- 16 «Plano de Urbanização do Bairro do Pego Longo — Belas, Memória Descritiva», Agosto de 1976, em FIMS, pasta 016-0007, caixa 3/37.
- 17 «Equipa de Pego Longo, Relatório n.º 6 — Julho/76», em FIMS, pasta 016-0011, caixa 4/37.
- 18 «Equipa de Pego Longo, Relatório n.º 8 — Setembro/76» em FIMS, pasta 016-0011, caixa 4/37.
- 19 Despacho ministerial publicado a 28 de Outubro de 1976: «Após dois anos de experiência, conclui-se que algumas das brigadas SAAL se desviaram, de forma evidente, do espírito do despacho que as mandava organizar, actuando à margem do FFH e das próprias autarquias locais, que deveriam ser os principais veículos da condução do processo. [...] Pelas razões expostas, não têm as populações mal alojadas sido acompanhadas [...]. Nem às câmaras municipais foi facultada a possibilidade do seu contributo, nem ao FFH foi solicitada a ajuda técnica conveniente para este tipo de operações, nem os terrenos se conseguiram com a celeridade que o processo impunha, nem o número de fogos construídos até esta data tem qualquer significado. [...] A construção clandestina [...] [é] superior ao existente àquela data. [...] As iniciativas das populações [...] serão apoiadas directamente pelas câmaras municipais [...] [que] poderão [...] promover a formação de brigadas, as quais actuarão de acordo com os planos de reconversão estabelecidos. [...] Poderão, para o efeito, solicitar todo o apoio que considerem necessário, técnico ou financeiro, ao FFH e às Direcções-Gerais do Planeamento Urbanístico e de Equipamento Regional e Urbano. [...] Os contratos da tarefa celebrados com as brigadas SAAL actualmente em serviço manter-se-ão enquanto as câmaras municipais responsáveis pelas operações considerarem necessária a sua colaboração, continuando o pagamento a ser suportado pelo FFH e feito através das autarquias locais.» Despacho. *Diário do Governo*. Série I. 253/1976 (76-10-28) 2460(1)-2460(3).

- 20 «Equipa de Pego Longo, Relatório n.º 9 — Outubro/76» e «Equipa de Pego Longo, Relatório n.º 10 — Novembro/76» e «Equipa de Pego Longo, Relatório n.º 11 — Dezembro/76», em FIMS, pasta 016-0011, caixa 4/37.
- 21 A aprovação do processo de expropriação é publicada em *Diário da República*, em Junho de 1977.
- 22 «Análise e Proposta de Intervenção», documento manuscrito, s.d. [Maio de 1976], pp.1-4. Ver FIMS, pasta 016-0003, caixa 1/37. Ver também «Proposta de Intervenção SAAL em Pego Longo», 7 de Fevereiro de 1976, em FIMS, pasta 016-0006, caixa 3/37.
- 23 «Bairro de Pego Longo / Moradias Fase 3 / Memória Descritiva», 2 de Abril de 1979, em FIMS, pasta 016-0017, caixa 6/37.
- 24 «Bairro do Pego Longo / Relatório de Actividades / 1983», 21 de Fevereiro de 1984, em FIMS, pasta 016-0018, caixa 7/37.
- 25 «Câmara Municipal de Sintra / Recuperação do Bairro de Pego Longo / Actualização da Proposta de Trabalho», 19 de Março de 1987, em FIMS, pasta 016-0018, caixa 7/37.
- 26 FIMS, pasta 016-0120, caixa 33/37.
- 27 «Equipa de Pego Longo, Relatório n.º 5 — Junho/76», em FIMS, pasta 016-0011, caixa 4/37. Entretanto, em Abril de 1979 a construção clandestina já não se verifica: cf. «Equipa de Pego Longo, Relatório n.º 39 — Abril/79», em FIMS, pasta 016-0011, caixa 4/37.
- 28 «Equipa de Pego Longo, Relatório n.º 14 — Março/77», em FIMS, pasta 016-0011, caixa 4/37.
- 29 «Equipa de Pego Longo, Relatório n.º 16 — Maio/77», em FIMS, pasta 016-0011, caixa 4/37.
- 30 «Equipa de Pego Longo, Relatório n.º 19 — Agosto/77», em FIMS, pasta 016-0011, caixa 4/37.
- 31 «Equipa de Pego Longo, Relatório n.º 20 — Setembro/77», em FIMS, pasta 016-0011, caixa 4/37.
- 32 Num documento de arquivo onde o arquitecto descreve as obras a executar na casa n.º 105, por exemplo, pode ler-se: «Aumento de barraca actualmente existente, de um quarto com [...] 3x3m, a executar do lado nascente, no logradouro [...] e que será feito em madeira a título precário, dado que o terreno actual não reúne as condições para a execução

- de uma construção definitiva. [...] Este aumento destina-se à realização de um quarto de dormir para o filho do casal de 4 anos [...] que [...] compartilha do quarto dos pais. [...] A barraca é de madeira, [...] em bastante mau estado, pelo que necessitará também de pequenas reparações na cobertura, para poder resistir até à construção de casa nova.» Em «Declaração», 2 de Abril de 1979, em FIMS, pasta 016-0016, caixa 6/37. Ver também os relatórios da equipa de Pego Longo, nomeadamente «Equipa de Pego Longo, Relatório n.º 43 — Agosto/Setembro/79, em FIMS, pasta 016-0011, caixa 4/37.
- 33 Sobre a casa 109, ver FIMS, pasta 016-0025, caixa 9/37.
- 34 Conta o arquitecto que, ao entrar na casa construída, a moradora chorou de tristeza por ver tectos inclinados que lhe recordavam aqueles da barraca onde vivia. Em Dezembro de 1977 encontrava-se ainda em elaboração o «projecto do fogo-tipo de modo a garantir a sua perfeita aceitação por parte dos moradores, tendo em vista as suas necessidades». Cf. «Equipa de Pego Longo, Relatório n.º 23 — Dezembro/77», em FIMS, pasta 016-0011, caixa 4/37.
- 35 Bartolomeu Costa Cabral, «Bairro de Pego Longo / Moradias Fase 1 / Memória Descritiva», 18 de Fevereiro de 1979, em FIMS, pasta 016-0028, caixa 10/37.
- 36 Por intermédio do padre Estanislau Langner, a Igreja Lusitana financiou a construção de 20 habitações e dois parques infantis. Segundo Luís Pereira, bispo da Igreja Lusitana: «A Igreja Lusitana Católica Apostólica Evangélica é membro da Comunhão Anglicana e tem como seu arcebispo metropolitano o arcebispo de Cantuária. Em relação à Igreja Católica Romana a Igreja Lusitana mantém o espírito de abertura, de boa vontade e de fraterna amizade, assinalada [...] entre o papa João Paulo II e o arcebispo de Cantuária em Ácra e a nível nacional na sagração em 1 de Maio de 1980 em Vila Nova de Gaia do bispo auxiliar da Igreja Lusitana com a participação do bispo auxiliar da diocese católica romana do Porto.» Cf. Luís Pereira, «Carta Dirigida ao Presidente da Câmara Municipal de Sintra», 4 de Junho de 1980, em FIMS, pasta 016-0052, caixa 15/37.
- 37 Estanislau Langner, «Memorando», s.d. [1977], em FIMS, pasta 016-0010, caixa 4/37.

- 38 «Equipa de Pego Longo, Relatório n.º 32 — Setembro/78», em FIMS, pasta 016-0011, caixa 4/37.
- 39 Sobre o edifício de habitação colectiva, pode ler-se na memória descritiva de Maio de 1980 referente à nova «zona sul»: «Confinante com o limite a sul da área a expropriar encontram-se construídos prédios de habitação implantados entre o acesso do Bairro do Pego Longo e a Estrada Nacional n.º 117. Os edifícios apresentam empenas do lado norte confinantes com a área do Bairro do Pego Longo, o que sugere a sua continuação. Assim propõe-se o completamento dos quarteirões, construindo um bloco habitacional abrangendo tanto as construções com entrada pela rua de acesso ao Bairro [...] como as de acesso pela EN 117. O tipo de habitações poderia ser de tipo económico de iniciativa camarária.» «Câmara Municipal de Sintra / Bairro do Pego Longo / Zona Sul / Memória Descritiva», 10 de Maio de 1980, em FIMS, pasta 016-0045, caixa 14/37.
- 40 «Câmara Municipal de Sintra / Bairro do Pego Longo / Arranjo da Zona Sul / Blocos de Habitação Colectiva», 24 de Março de 1988, em FIMS, pasta 016-0018, caixa 7/37.
- 41 FIMS/BCC/016-pd0544.
- 42 Vencedor, em 1995, do Prémio INH — Instituto Nacional de Habitação e, em 2004, um dos finalistas de «Vivienda Social de los últimos diez años» da IV Bienal Iberoamericana de Arquitectura em Lima.
- 43 «Memorando / Equipe S.A.A.L. / Pego Longo», 25 de Novembro de 1976, em FIMS, pasta 016-0017, caixa 6/37.
- 44 «Existe uma construção de madeira pré-fabricada de 3 salas de aula e que responde de momento às necessidades básicas do ensino primário; no entanto deverá ser necessário proceder a um aumento de instalações de modo a completar as necessidades de funcionamento da escola com instalações para professores, secretaria, cantina, salas especiais, etc., pelo que se reservou para a escola uma área livre de cerca 5400 m2.» *Ibid.*
- 45 «Memorando / Equipe S.A.A.L. / Pego Longo», 25 de Novembro de 1976, em FIMS, pasta 016-0017, caixa 6/37.

- 46 Ver «Equipa de Pego Longo, Relatório n.º 6 — Julho/76», «Equipa de Pego Longo, Relatório n.º 7 — Agosto/76» e «Equipa de Pego Longo, Relatório n.º 8 — Setembro/76», em FIMS, pasta 016-0011, caixa 4/37. A proposta para «a integração paisagística do Bairro do Pego Longo e os projectos de ajardinamento do logradouro da escola, de pequenas áreas urbanas e da zona desportiva» seria apresentada em 1980 por Júlio Moreira, arquitecto paisagista. Ver «Paisagem / Gabinete de Estudos de Ordenamento / C.M. de Sintra / Bairro do Pego Longo / Integração Paisagística e Projectos de Espaços Exteriores / Proposta», Setembro de 1980, em FIMS, pasta 016-0018, caixa 7/37.
- 47 Para servir as zonas agrícolas, bem como os logradouros privados, prevê-se ainda um estudo de aproveitamento dos poços existentes na área a expropriar, bem como a realização de um depósito de rega na parte alta do terreno. Cf. «Plano de Urbanização do Bairro do Pego Longo — Belas, Memória Descritiva», Agosto de 1976, em FIMS, pasta 016-0007, caixa 3/37.
- 48 *Ibid.*
- 49 *Ibid.*
- 50 «Equipa de Pego Longo, Relatório n.º 25 — Fevereiro/78», em FIMS, pasta 016-0011, caixa 4/37.
- 51 «Fase II — Alterações / Memória Descritiva», 8 de Maio de 1980, em FIMS, pasta 016-0017, caixa 6/37.
- 52 «Câmara Municipal de Sintra / Bairro do Pego Longo / Zona Sul / Memória Descritiva», 10 de Maio de 1980, em FIMS, pasta 016-0045, caixa 14/37.
- 53 O anteprojecto para sete garagens/armazéns, não para a localização inicialmente indicada mas para o topo nordeste do bairro, data já de 10 de Fevereiro de 1989. Ver FIMS, pasta 016-0017, caixa 6/37, e pasta 016-066, caixa 18/37.
- 54 Esta solução — abertura de vão em empena entre coberturas — é proposta por Costa Cabral também nos projectos para o Centro Social de Pego Longo e para o Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior.
- 55 «Equipa de Pego Longo, Relatório n.º 18 — Julho/77», em FIMS, pasta 016-0011, caixa 4/37.

- 56 Em texto referente a uma visita ao bairro em Abril de 1988, escreve o arquitecto: «Pretendem os responsáveis da área desportiva efectivar a curto prazo o início das obras para instalação do campo e respectivos balneários. Foi referido que o campo beneficia de uma óptima localização, o que lhe permite vir a ter uma certa importância na zona circundante, caso seja possível dotá-lo de boas instalações. Para isso, devia ter as dimensões de 100 × 65 metros e possuir pista de atletismo circundante, o que só pode ser feito se for remodelada a denominada área de urbanização nascente, no sentido de uma diminuição do número de lotes.» O plano da zona desportiva e o estudo para o edifício de balneários são entregues em Maio de 1988. (Ver «Bairro de Pego Longo / Visita ao Bairro — 9

BARTOLOMEU COSTA CABRAL, SAAL PEGO LONGO

- 1 Alexandre Alves Costa, «1974-1975, o SAAL e os Anos da Revolução», in *Portugal, Arquitectura do Século XX* (org. Annette Becker, Ana Tostões e Wilfried Wang), Munique: Prestel, 1997, p. 71.
- 2 Fernando Távora, «O Problema da Casa Portuguesa» (1947), in *Fernando Távora* (ed. Luíz Trigueiros), Lisboa: Editorial BLAU, 1993, p. 12.
- 3 Vítor Figueiredo, «Habitação em S. João do Estoril. Em Guisa de Memória Descritiva e Justificativa» [1.ª ed. do autor, 1959], in *Vítor Figueiredo: Fragmentos de um discurso* (ed. Nuno Arenga), s. l.: Circo de Ideias, 2012, p. 19.
- 4 Fernando Távora, *Da Organização do Espaço* [1.ª ed. do autor, 1962], s. l.: Edições do Curso de Arquitectura da ESBA, Textos teóricos-1, 1982, p. 69.
- 5 Jürgen Habermas, «Modernity: An Incomplete Project» [1981], in *Habermas and the Unfinished Project of Modernity: Critical Essays on The Philosophical Discourse of Modernity* (ed. M. Passerin d'Entrèves, Seyla Benhabib), Cambridge, Massachusetts: the MIT Press, 1997.
- 6 Robert Venturi, Denise Scott Brown, Steven Izenour, *Learning from Las Vegas: The Forgotten Symbolism of Architectural Form* [1.ª ed. 1972], 2.ª ed. revista,

- de Abril de 1988», em FIMS, pasta 016-0018, caixa 7/37, e «Câmara Municipal de Sintra / Bairro de Pego Longo / Relatório de Actividades / Janeiro/Outubro 88», 7 de Novembro de 1988, em FIMS, pasta, 016-0018, caixa 7/37.)
- 57 Referindo-se à reconstrução das habitações no núcleo central, Costa Cabral recorda a grande dificuldade desta empresa. Os limites de cada lote tinham de ser respeitados porque qualquer avanço sobre um lote alheio podia levar a contendas entre famílias e agressões entre vizinhos.
- 58 «C.M. Sintra / Bairro de Pego Longo / Plano de Recuperação da área do bairro existente / Memória Descritiva», 1 de Fevereiro de 1982, em FIMS, pasta 016-0018, caixa 7/37.

- Cambridge (Mass.)/ Londres: The Massachusetts Institute of Technology Press, 1977.
- 7 Vittorio Gregotti, «Postmodernismo e Realismo Critico», in *Architettura e Realismo: Riflessioni sulla Costruzione Architettonica della Realtà* (org. Silvia Malcovati et al.), Milão: Maggioli Editore, 2013, pp. 36-37.
- 8 Vítor Figueiredo, «O 'Choro' dos Arquitectos», in *JÁ*, n.º 199, «Paradoxo sobre o Actor 2», p. 45.
- 9 Vítor Figueiredo, «Habitação em S. João do Estoril. Em Guisa de Memória Descritiva e Justificativa» [1.ª ed. do autor, 1959], in *Vítor Figueiredo: Fragmentos de um discurso* (ed. Nuno Arenga), s. l.: Circo de Ideias, 2012, p. 19.
- 10 Giorgio Grassi, «Questioni di Architettura e di Realismo» (1976), in *Scritti Scelti, 1965-1999*, Milão: Franco Angeli, 2000, p. 134.
- 11 Bertolt Brecht, «Formalismo e Realismo: [Observações sobre o Formalismo]» (1938), in João Barrento (sel., introd. e notas), *Realismo, Materialismo, Utopia: Uma Polémica, 1935-40*, Lisboa: Moraes editores, 1978, p. 102, citado por Ana Catarina Costa, *O Campo da Arquitectura na Construção da Cidade Democrática: Processo SAAL/Porto, 2022*; designadamente ao

ponto 11.2 «Realismo e arquitectura» e à discussão que com a autora tive aquando da sua redacção, deve este texto algumas ideias.

12 Giorgio Grassi, *op. cit.*, p. 136.

13 Bertolt Brecht, «Formalismo e Realismo: O Carácter Popular da Arte e o Realismo» (1938), in João Barrento, *op. cit.*, p. 110.

DEPOIMENTOS — NUNO PORTAS

1 Nomeadamente nos trabalhos de V. M. Ferreira ou J. Martins Pereira, além de alguns cronistas es-

14 Sergio Fernandez, *Percurso, Arquitectura Portuguesa, 1930/1974*, Porto: FAUP, 1988 [1.ª ed. do autor 1985], Capítulo 5, «Aproximação ao real», pp. 93-172.

15 Maria Filomena Molder, «Equivalências & Intempestivas», in José Ortega y Gasset, *A Desumanização da Arte*, Lisboa: Vega, 1996, p. 23.

trangeiros — de que devo exceptuar, por exemplo, as lúcidas análises de Pulantzas, Castells ou Topalov.

BIBLIOGRAFIA

DOCUMENTOS DO ARQUIVO BARTOLOMEU COSTA CABRAL, NA FUNDAÇÃO INSTITUTO ARQUITECTO JOSÉ MARQUES DA SILVA

Relatórios da equipa (ordem cronológica)

«Equipa de Pego Longo, Relatório n.º 3 — Abril/76», em FIMS, pasta 016-0011, caixa 4/37
«Equipa de Pego Longo, Relatório n.º 4 — Maio/76», em FIMS, pasta 016-0011, caixa 4/37
«Equipa de Pego Longo, Relatório n.º 5 — Junho/76», em FIMS, pasta 016-0011, caixa 4/37
«Equipa de Pego Longo, Relatório n.º 6 — Julho/76», em FIMS, pasta 016-0011, caixa 4/37
«Equipa de Pego Longo, Relatório n.º 7 — Agosto/76», em FIMS, pasta 016-0011, caixa 4/37
«Equipa de Pego Longo, Relatório n.º 8 — Setembro/76», em FIMS, pasta 016-0011, caixa 4/37
«Equipa de Pego Longo, Relatório n.º 9 — Outubro/76», em FIMS, pasta 016-0011, caixa 4/37
«Equipa de Pego Longo, Relatório n.º 10 — Novembro/76», em FIMS, pasta 016-0011, caixa 4/37
«Equipa de Pego Longo, Relatório n.º 11 — Dezembro/76», em FIMS, pasta 016-0011, caixa 4/37
«Equipa de Pego Longo, Relatório n.º 14 — Março/77», em FIMS, pasta 016-0011, caixa 4/37
«Equipa de Pego Longo, Relatório n.º 16 — Maio/77», em FIMS, pasta 016-0011, caixa 4/37
«Equipa de Pego Longo, Relatório n.º 17 — Junho/77», em FIMS, pasta 016-0011, caixa 4/37
«Equipa de Pego Longo, Relatório n.º 18 — Julho/77», em FIMS, pasta 016-0011, caixa 4/37

«Equipa de Pego Longo, Relatório n.º 19 — Agosto/77», em FIMS, pasta 016-0011, caixa 4/37
«Equipa de Pego Longo, Relatório n.º 20 — Setembro/77», em FIMS, pasta 016-0011, caixa 4/37
«Equipa de Pego Longo, Relatório n.º 23 — Dezembro/77», em FIMS, pasta 016-0011, caixa 4/37
«Equipa de Pego Longo, Relatório n.º 25 — Fevereiro/78», em FIMS, pasta 016-0011, caixa 4/37
«Equipa de Pego Longo, Relatório n.º 32 — Setembro/78», em FIMS, pasta 016-0011, caixa 4/37
«Equipa de Pego Longo, Relatório n.º 39 — Abril/79», em FIMS, pasta 016-0011, caixa 4/37
«Equipa de Pego Longo, Relatório n.º 43 — Agosto/Setembro/79», em FIMS, pasta 016-0011, caixa 4/37
«Equipa de Pego Longo, Relatório n.º 45 — Dezembro/79», em FIMS, pasta 016-0011, caixa 4/37
«Bairro do Pego Longo / Relatório de Actividades / 1983», 21 de Fevereiro de 1984, em FIMS, pasta 016-0018, caixa 7/37
«Câmara Municipal de Sintra — Relatório de Actividades 1984», 14 de Fevereiro de 1985, em FIMS, pasta 016-0018, caixa 7/37
«Câmara Municipal de Sintra / Bairro de Pego Longo / Relatório de Actividades / Maio-Dezembro 87», em FIMS, pasta 016-0018, caixa 7/37

Outros (ordem cronológica)

- «Proposta», Julho de 1975, FIMS, pasta 016-0003, caixa 1/37
- «Proposta de Intervenção SAAL em Pego Longo», 7 de Fevereiro de 1976, FIMS, pasta 016-0006, caixa 3/37
- «Plano de Urbanização do Bairro do Pego Longo — Belas, Memória Descritiva», Agosto de 1976, em FIMS, pasta 016-0007, caixa 3/37
- «Memorando / Equipe S.A.A.L. / Pego Longo», 25 de Novembro de 1976, em FIMS, pasta 016-0017 caixa 6/37
- «Análise e Proposta de Intervenção», documento manuscrito, s.d. [1976], em FIMS, pasta 016-0003, caixa 1/37
- «Pego Longo — Situação Económica, Social e Habitacional (estudo de situação feito no bairro de pego longo, pela equipa de apoio local e pela comissão de moradores)», s.d. [1976], em FIMS, pasta 016-0013, caixa 4/37
- «Reuniões de Trabalho Conjunto / Notícia da 1.ª Reunião», s.d. [1976], em FIMS, pasta 016-0005, caixa 3/37
- «S.A.A.L. / Bairro Pego Longo / Moradia 71/ Projecto-Base / Jun/77 / Memória Descritiva», em FIMS, pasta 016-0020, caixa 8/37
- Langner, Estanislau, «Memorando», s.d. [1977], em FIMS, pasta 016-0010, caixa 4/37
- «Bairro de Pego Longo / Moradias Fase 1 / Memória Descritiva», 18 de Fevereiro de 1979, em FIMS, pasta 016-0028, caixa 10/37
- «Bairro de Pego Longo / Moradias Fase 3 / Memória Descritiva», 2 de Abril de 1979, em FIMS, pasta 016-0017, caixa 6/37
- «Declaração», 2 de Abril de 1979, em FIMS, pasta 016-0016, caixa 6/37
- «Bairro do Pego Longo / Moradias Fase 2 / Memória Descritiva», 23 de Maio de 1979, em FIMS, pasta 016-0017, caixa 6/37
- «Fase II — Alterações / Memória Descritiva», 8 de Maio de 1980, em FIMS, pasta 016-0017, caixa 6/37
- «Câmara Municipal de Sintra / Bairro do Pego Longo / Zona Sul / Memória Descritiva», 10 de Maio de 1980, em FIMS, pasta 016-0045, caixa 14/37

- Pereira, Luís, «Carta Dirigida ao Presidente da Câmara Municipal de Sintra», 4 de Junho de 1980, em FIMS, pasta 016-0052, caixa 15/37
- Acta da Reunião Ordinária da C.M. do Concelho de Sintra, 25 de Março de 1981, em FIMS, pasta 016-0022, caixa 8/37
- «C.M. Sintra / Bairro de Pego Longo / Plano de Recuperação da Área do Bairro Existente / Memória Descritiva», 1 de Fevereiro de 1982, em FIMS, pasta 016-0018, caixa 7/37
- Cabral, Bartolomeu Costa, «Carta dirigida ao Presidente da Junta de Freguesia de Belas», 12 de Novembro de 1984, em FIMS, pasta 016-0018, caixa 7/37
- Nota manuscrita referente a reunião na Câmara Municipal de Sintra com o Vereador e representante(s) da Associação de Moradores, 3 de Fevereiro de 1986, em FIMS, pasta 016-0018, caixa 7/37
- «Câmara Municipal de Sintra / Bairro do Pego Longo / Acções Prioritárias / Fev. 86», 21 de Fevereiro de 1986, em FIMS, pasta 016-0018, caixa 7/37
- «Câmara Municipal de Sintra / Recuperação do Bairro de Pego Longo / Actualização da Proposta de Trabalho», 19 de Março de 1987, em FIMS, pasta 016-0018, caixa 7/37
- «Câmara Municipal de Sintra / Bairro de Pego Longo / Arranjo da Zona Sul / Blocos de Habitação Colectiva», 24 de Março de 1988, em FIMS, pasta 016-0018, caixa 7/37
- «Bairro de Pego Longo / Visita ao Bairro — 9 de Abril de 1988», em FIMS, pasta 016-0018, caixa 7/37
- «Câmara Municipal de Sintra / Bairro de Pego Longo / Relatório de Actividades / Janeiro/ Outubro 88», 7 de Novembro de 1988, em FIMS, pasta 016-0018, caixa 7/37
- Cabral, Bartolomeu Costa, «SAAL: Bairro do Pego Longo, Concelho de Sintra (3 de Março de 2006)», em FIMS, pasta 016-0034, caixa 35/37
- Cartaz referente ao edifício «habitação social do pego longo», [2007], FIMS-arquivo digital

LEGISLAÇÃO

Despacho. *Diário do Governo*. Série I. 182/1974 (74-08-06) 873-874

Despacho. *Diário do Governo*. Série I. 253/1976 (76-10-28) 2460(1)-2460(3)

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- Bandeirinha, J.A., *Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2007.
- Bandeirinha, J.A., Sardo, D., Moniz, G.C. (eds.), 74-14 *SAAL and Architecture*, Proceedings, Coimbra: Edarq, CES, Fundação de Serralves, 2015.
- Burmester, M. (coord.), *O Processo SAAL — Arquitectura e Participação*, catálogo da exposição, Porto: Fundação Serralves, 2014.
- Conselho Nacional do SAAL, *Livro Branco do SAAL 1974-1976*, vol. 1, Novembro de 1976.
- Cabral, B. Costa, Moura, V. de Croft, «Bairro Económico na Chamusca». *Arquitectura*, Lisboa. 3.ª série, n.º 74 (Março de 1962).

- Couto, M., *Bartolomeu Costa Cabral: Arquitecto da Continuidade*. Tese apresentada à Universidade de Coimbra para obtenção do grau de doutor, Coimbra: 2019.
- Providência, P., Baía, P. (eds.), *Bartolomeu Costa Cabral: 18 Obras*, Porto: Circo de Ideias, 2016.
- Rodrigues da Silva, «Trabalhadores e Moradores Divididos em Pego Longo Unidos Hão-de Vencer». *Diário Popular* (21 de outubro de 1975).



© 2026, Autores e Edições tinta-da-china, Lda.
Palacete da Quinta dos Ulmeiros
Alameda das Linhas de Torres, 152 — E.10
1750-149 Lisboa — Portugal
Tels.: 21 726 90 28
E-mail: info@tintadachina.pt

www.tintadachina.pt

Título: *Cidade Participada: Arquitectura e Democracia.*
Operações SAAL — Pego Longo.

Autores: AAVV

Coordenação: Paulo Providência, Carlos Machado

Imagens: © Fundação Instituto Marques da Silva

(excepto nas páginas 20 a 27, © Valter Vinagre, e plantas
das páginas 28 a 31, de Miguel Silva)

Fotografia da capa: Pego Longo, fase 1, Avenida da Igreja
(1978-1979), FIMS fundo Bartolomeu Costa Cabral,
0016-07 foto 0011.

Conselho Editorial: Alexandre Alves Costa, Ana Alves Costa,
Ana Catarina Costa, Carlos Machado, Filipa de Castro
Guerreiro, Luís Urbano, Marta Oliveira, Miguel Reimão
Costa, Ricardo Santos e Sergio Fernandez

Revisão: Tinta-da-china

Capa e composição: Tinta-da-china (P. Serpa)

Composto em ArcherPro e EdmondSand,
impresso na Rainho & Neves, em papel
Arena Ivory Smooth de 120 grs,
no mês de Março de 2026

1.ª edição: Abril de 2026

ISBN: 978-989-671-966-1

DEPÓSITO LEGAL n.º 551593/25